

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

GABRIEL LECZNIESKI KANAAN

1

**O "IMPÉRIO DO CAPITAL" E O "NOVO IMPERIALISMO":**  
AS CONTRIBUIÇÕES DE ELLEN WOOD E DAVID HARVEY PARA O ESTUDO  
DO IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de bacharel e licenciado em História, sob orientação do Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte.

Florianópolis, 2016.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às catorze horas, na Sala 10 do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Adriano Luiz Duarte**, Orientador e Presidente, o Professor **Márcio Roberto Voigt**, Titular da Banca, e Doutorando **Fabiano Garcia**, Suplente, designados pela Portaria nº19/HST/16 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Gabriel Lecznieski Kanaan**, subordinado ao título: “**O Império do Capital' e 'O Novo Imperialismo': as contribuições de Ellen Wood e David Harvey para o estudo do imperialismo no século XXI**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor **Adriano Luiz Duarte**, a nota final 10,0 do Professor **Márcio Roberto Voigt**, a nota final 10,0, e do Doutorando **Fabiano Garcia**, a nota final .....; sendo aprovado com a nota final 10,0. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva em versão digital, ao Departamento de História, até o dia vinte e um dias do mês de julho de dois mil e dezesseis. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 12 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. **Adriano Luiz Duarte**.....

Prof. **Márcio Roberto Voigt**.....

Doutorando **Fabiano Garcia**.....

Candidato **Gabriel Lecznieski Kanaan**.....



## SUMÁRIO

RESUMO.....	06
INTRODUÇÃO.....	07
<b>CAPÍTULO 1: IMPERIALISMO E ACUMULAÇÃO DO CAPITAL.....</b>	<b>11</b>
<b>Subcapítulo I: Os imperativos econômicos.....</b>	<b>11</b>
<i>Parte 1: Histórico dos imperialismos.....</i>	<i>11</i>
<i>Parte 2: A separação capitalista das esferas econômica e política.....</i>	<i>14</i>
A. O trabalho assalariado como forma central da exploração capitalista.....	16
B. A dependência compulsória dos trabalhadores e dos capitalistas em relação aos imperativos de concorrência e produtividade do mercado capitalista.....	18
C. A importância dos imperativos extra-econômicos para a manutenção da exploração econômica.....	19
<i>Parte 3: Imperialismo sem colônias.....</i>	<i>20</i>
A. A predominância da dominação por meio de imperativos econômicos no novo imperialismo.....	20
B. Independência política e dependência econômica: a questão das colônias.....	24
<i>Parte 4: A universalização do capitalismo.....</i>	<i>26</i>
A. A contradição entre o alcance econômico do capital e o alcance político do território.....	26
B. A crítica de Bose, Robinson e Chesnais à análise de Meiksins sobre a separação dos momentos de apropriação e coerção no imperialismo capitalista.....	29
<i>Parte 5: Produção e finanças.....</i>	<i>33</i>
A. O capital monetário portador de juros e dividendos, especulativo e altamente concentrado.....	33
B. A dependência do capitalista monetário (portador de juros) em relação ao capitalista funcionante (extrator de mais-valor).....	40
<b>Subcapítulo II. A acumulação por espoliação.....</b>	<b>45</b>
<i>Parte 1: Sobreacumulação e ajustes espaço-temporais.....</i>	<i>45</i>
A. Ajustes espaço-temporais como forma de resolver o problema da sobreacumulação.....	45

B. Reformas internas ou exportação do capital excedente: uma questão de escolha?.....49

*Parte 2: Espoliação*.....54

A. O duplo aspecto da acumulação do capital.....54

B. A produção de externalidades.....56

C. Os mecanismos da espoliação.....59

D. A origem do capitalismo e sua especificidade.....63

E. Financeirização como resultado do decrescimento na produção.....65

F. A abrangência excessiva do conceito.....68

G. Espoliação ou expropriação?.....69

G.2. Há lado de fora do capital? .....74

H. Expropriação primária e secundária.....75

**Subcapítulo III: A globalização da produção**.....77

**CAPÍTULO 2: ESTADO E CAPITAL-IMPERIALISMO**.....87

**Subcapítulo I: Sistema de Estados Múltiplos**.....87

*Parte 1: Estado*.....87

A. A centralidade crescente do Estado nacional para o imperialismo capitalista.....87

B. Sistema de estados múltiplos x governança global.....88

C. Hegemonia e força militar.....89

D. A função econômica do Estado.....90

*Parte 2: Globalização*.....92

A. A internacionalização do Estado.....92

B. Classe capitalista transnacional (TNC) e aparato estatal transnacional (TNS).....95

C. Globalização e integração da economia mundial.....102

C.2. Livre circulação para as mercadorias, fronteiras para as pessoas.....104

**Subcapítulo II: A lógica do território e a lógica do capital**.....108

**Subcapítulo III: Hegemonia e Guerra**.....116

**CONCLUSÃO**.....119

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**.....121

**Resumo:** Este trabalho é um estudo comparativo entre as teses do livro “O império do capital” (2003), escrito por Ellen Meiksins Wood, e do livro “O novo imperialismo” (2003), escrito por David Harvey. O primeiro capítulo debate a forma como os autores compreendem o processo de acumulação do capital – e, por conseguinte, as suas compreensões acerca da essência do imperialismo no século XXI – ao analisar o conceito “imperativos econômicos” usado por Wood e o conceito de “acumulação por espoliação” usado por Harvey. O segundo capítulo debate a compreensão dos autores acerca do papel desempenhado pelo Estado no novo imperialismo. Por fim, a conclusão reflete sobre as alternativas de resistência anti-imperialista apontadas pelos autores.

**Palavras-chave:** capital-imperialismo; imperativos econômicos; acumulação por espoliação.

**Abstract:** This work is a comparative study of the theses of the book "The capital of the empire" (2003), written by Ellen Meiksins Wood, and the book "The New Imperialism" (2003), written by David Harvey. The first chapter discusses how the authors understand the capital accumulation process – and their consequent understanding of the essence of imperialism in the XXI century - analyzing the concept of "economic imperatives" used by Wood and the concept of "accumulation by dispossession" used by Harvey. The second chapter discusses the understanding of the authors of the role played by the State in the new imperialism. In the end, the conclusion reflects about the alternatives of anti-imperialist resistance pointed by the authors.

**Key-words:** capital-imperialism; economic imperatives; accumulation by dispossession.

## INTRODUÇÃO

“Globalização” é a palavra do novo milênio. Ela é a preferida dos neoliberais para exaltar as virtudes do mercado capitalista global (supostamente) integrado deste admirável “mundo sem fronteiras”. No entanto, a “livre circulação” por este mundo aberto é garantida apenas para as mercadorias, ao passo que as barreiras anti-imigração são reforçadas (basta lembrar do muro que Trump quer construir na fronteira com o México) e os trabalhadores imigrantes cada vez mais caçados. Nas acuradas palavras de John Smith, “isso é uma caricatura da globalização – um mundo sem fronteiras para tudo e todos exceto para as pessoas que trabalham”<sup>1</sup>.

Mas se a existência de uma integração igualitária e benévola é uma farsa, é também inegável que hoje vivemos em mundo em que o capitalismo se universalizou. O seriado mais assistido no Brasil é “Game of Thrones”, seguido por uma gama de outras produções estrangeiras, que deixam as novelas brasileiras cada vez mais para trás. Hoje, é possível que vejamos em tempo real o que está acontecendo na Palestina pelo Twitter ou pelo Facebook. E cada vez mais as roupas, eletrônicos e diversas outras utilidades que compramos vêm de fora do país.

Mas, para além do campo da cultura, das comunicações e do comércio, um marco extremamente significativo da globalização foi o processo de globalização da produção que ocorreu nas últimas 4 décadas, onde empresas espalharam seus processos produtivos para fora das suas fronteiras nacionais por todo o globo. Escrevo estas linhas digitando em um teclado da Dell, olhando para uma tela da Samsung, usando um mouse da Microsoft, todos acoplados em um computador da Sony. Se eu olhar para suas partes de trás, vou ler em todos eles “made in china” – embora os donos das empresas em questão sejam estadunidenses, japoneses e sul-coreanos. Inclusive, o teclado e o mouse comprei diretamente da China através do site de vendas AliExpress (grupo chinês que acaba de superar o Walmart como maior varejista do mundo<sup>2</sup>) – embora quem ficou com a parte do leão foram os estadunidenses donos da Dell e da Microsoft. Para os trabalhadores chineses que produziram os equipamentos que uso agora, sobraram as migalhas.

Dessa forma, para que a economia global capitalista e sua livre circulação de mercadorias funcionem, é necessária a exploração brutal dos bilhões de trabalhadores que produzem as mercadorias que inundam os mercados ao redor do mundo. Mas a exploração intrínseca a este mundo de mercadorias globais permanece oculta. A alienação do trabalho e a fetichização das mercadorias torna invisível as origens das mercadorias que consumimos: como mostrou Marx, a

---

1 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**. New York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 82.

2 Disponível em: <https://www.rt.com/business/338621-alibaba-overtakes-walmart-volume/>.

existência dos produtos do trabalho humano enquanto mercadorias faz com que a “relação social entre os próprios homens [assuma] a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”<sup>3</sup>, ou seja, oculta o trabalho como a origem das mercadorias, configurando um mundo onde “as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam”<sup>4</sup>. Assim, quando usamos uma camiseta que compramos na Renner, não refletimos, geralmente, sobre ela provavelmente ter sido produzida em Bangladesh, país que paga o menor salário mínimo do mundo, abrigando uma classe trabalhadora miserável e super-explorada, e que foi alvo de um dos maiores desastres da história, quando um prédio onde trabalhavam milhares de costureiros e costureiras desabou, deixando 1.133 mortos (acrescente-se a isso que o prédio havia sido interdito no dia anterior por apresentar rachaduras, mas os donos da fábrica obrigaram os empregados a trabalhar no dia seguinte mesmo assim)<sup>5</sup>. Quando compramos um celular da Motorola, não pensamos que ele foi produzido nas linhas de montagem da FoxConn, a maior montadora da China, onde os empregados moram em dormitórios ao lado das fábricas, as cargas horárias são desumanas, os salários baixíssimos e o trabalho é imposto por uma disciplina militar: apenas em 2010, 14 trabalhadores da FoxConn se suicidaram, ao que a empresa respondeu, pasmem, instalando redes ao redor das janelas dos dormitórios dos trabalhadores para impedi-los de se jogar!

Os dois trabalhos escolhidos para serem aqui debatidos integram um grupo mais amplo de pesquisas que se esforçaram em compreender estes fenômenos e em enfrentá-los (no qual outras importantes referências são os trabalhos de Virgínia Fontes, Atilio Borón, Claudio Katz, Alex Callinicos, François Chesnais, Leo Panitch e Sam Gindin, James Petras e Henry Veltmeyer, István Mészáros e outros<sup>6</sup>), sendo considerados pela maioria da literatura como dois dos melhores livros sobre o imperialismo no século XXI<sup>7</sup>. Tanto “O império do capital”, escrito pela historiadora estadunidense Ellen Meiksins Wood<sup>8</sup>, como “O novo imperialismo”, escrito pelo geógrafo inglês

3 MARX, Karl. **O Capital**, Livro I [1867]. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, p. 198.

4 MARX, Karl. **O Capital**, Livro I [1867]. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, p. 34.

5 SMITH, John. **Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation and capitalism’s final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 9.

6 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. BORÓN, Atilio. **Imperio & Imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. KATZ, Claudio. **Bajo el imperio del capital**. Buenos Aires: Espacio Crítico Ediciones, 2011. CALLINICOS, Alex. **Imperialism and global political economy**. Cambridge: Polity Press, 2009. CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996. PANITCH, Leo e GINDIN, Sam. **The making of global capitalism: the political economy of American Empire**. London/New York: Verso, 2012. PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. **Globalization unmasked: Imperialism in the 21st century**. Zed Books, 2001. MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie**.

7 Ver, por exemplo, CALLINICOS, Alex. **Imperialism and global political economy**. Cambridge: Polity Press, 2009. p. 19. No “google scholar”, o livro de Harvey aparece em segundo lugar na pesquisa pela palavra-chave “imperialism” (atrás apenas do livro “Culture and Imperialism” de Edward Said), tendo sido citado por outros 5675 trabalhos, enquanto o livro de Ellen Wood aparece com 679 citações.

8 Ellen Meiksins Wood nasceu na cidade de Nova York (EUA) no ano de 1942 e, para nosso pesar, faleceu no início deste ano. Meiksins foi professora de Ciência Política na “University of York”, em Toronto (Canadá), de



David Harvey<sup>9</sup>, foram publicados em 2003, fazendo parte do retorno ao debate sobre o imperialismo acarretado, em grande medida, pela invasão e destruição do Afeganistão e do Iraque pelas tropas estadunidenses. A repercussão dos dois livros levou a revista inglesa “Historical Materialism” (HM) a dedicar dois números da revista a dossiês para debater as teses de Harvey e de Wood, material que foi de grande utilidade para este trabalho. No primeiro dossiê<sup>10</sup>, escreveram suas contribuições Ellen Meiksins Wood; o geógrafo britânico e professor da “University of Wollongong” Noel Castree; o economista e professor da “Universidade do País Basco” Bob Sutcliffe; o historiador e professor da “University of California (Los Angeles)”, editor do jornal “Against the Current” e da revista “New Left Review”, e fundador (em conjunto com Meiksins) do “marxismo político”<sup>11</sup> Robert Brenner; a professora da “University of Johannesburg” e editora da revista HM Sam Ashman em texto conjunto com o trotskysta inglês e dirigente do SWP (“Socialists Workers Party”) britânico Alex Callinicos; e o professor de economia da “University of London” Ben Fine. Este primeiro dossiê analisa principalmente as teses de Harvey (embora Brenner e Sutcliffe façam uma abordagem comparativa dos dois livros), enquanto o segundo dossiê<sup>12</sup> dá conta das teses de Meiksins, contando com a participação de David Harvey; do economista e ex-membro do Partido Comunista da Índia Prasenjit Bose; do professor de sociologia da “University of California (Santa Barbara)” William I. Robinson; e do professor de economia internacional na “Université Paris 13”, membro do Nouveau Parti Anticapitaliste (NPA) e do ATTAC François Chesnais. Este debate realizado na HM foi absolutamente essencial para a escrita do presente trabalho. Para além deste debate, os livros de Virgínia Fontes, professora de história da UFF e integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-

---

1967 a 1996, e foi editora da revista *New Left Review* de 1984 a 1993, bem como da revista *Monthly Review* de 1997 a 2000. Meiksins escreveu importantes contribuições ao debate historiográfico, sendo “The retreat from class” (1986), o qual recebeu o prêmio “Deutscher Memorial”, “Democracy against capitalism” (1995) e “The origins of capitalism” (1999) livros que impactaram o debate historiográfico e marxista no mundo todo.

9 David Harvey nasceu na cidade de Gillingham (Inglaterra) no ano de 1935. Harvey é professor na “City University of New York” desde 2001, onde dá aulas de antropologia e geografia, e também já lecionou nas universidades John Hopkins e Oxford. Harvey escreveu diversos livros extremamente influentes no pensamento marxista mundial, sendo “The limits to Capital” (1982), *The condition of postmodernity* (1989) e “A companion to Marx’s Capital” (2010) algumas de suas obras que marcaram o debate acerca da compreensão do capitalismo.

10 London: Revista *Historical Materialism*, v.14, n.4, 2006.

11 “Political Marxism” é um grupo de pesquisa desenvolvido em reação aos modelos analíticos marxistas a-históricos acerca das origens do capitalismo. O grupo, fundado por Ellen Wood e Robert Brenner, recolocou a história, a agência dos sujeitos e a luta de classes no centro do marxismo, afastando-se, pois, dos modelos marxistas estruturalistas. Nas palavras de Wood, “PM” “combina a aplicação da crítica de Edward Thompson à utilização crua da metáfora base-superestrutura com a análise alternativa do desenvolvimento capitalista proposta por Brenner”. Ver WOOD, Ellen Meiksins. **The origin of capitalism**. New York: Monthly Review Press, 1999, p. 59. Citada por BLACKLEDGE, Paul. Symposium on Ellen Meiksins Wood’s *Empire of Capital*: Editorial Introduction. London: Revista *Historical Materialism*, v.15, n.3, 2007, p. 47. George Comninel, a quem Wood dedicou “O império do capital”, e Hannes Lacher, a quem ela agradece em sua “resposta aos críticos” pelas “incisivas sugestões”, são hoje dois proeminentes representantes do grupo. Ver mais em: <https://politicalmarxism.wordpress.com/>.

12 London: Revista *Historical Materialism*, v.15, n.3, 2007.

Marx), “O Brasil e o capital-imperialismo”, e de John Smith, professor de economia política internacional na “Kingston University” de Londres, “Imperialism in the twenty-first century”, foram de enorme valor para a análise das teses de Meiksins e Harvey.

Os dois capítulos desse trabalho refletem, em minha leitura, as duas divergências centrais entre as teses de Harvey e Meiksins. A primeira refere-se à natureza do imperialismo capitalista: a análise da autora (subcapítulo I) tem sua base na separação das esferas econômica e política (característica específica e fundamental do capitalismo), ou, em outras palavras, dos momentos da apropriação do trabalho excedente (que funciona por “imperativos econômicos”) e da imposição política, militar e judicial dos interesses capitalistas (os “imperativos extra-econômicos”). Já a análise de Harvey (subcapítulo II) centra na inter-relação entre duas formas de acumulação capitalista, “por reprodução expandida” (exploração através do salário) e “por espoliação” (pura expropriação direta), argumentando que a partir dos anos 70 e da ascensão do neoliberalismo, a espoliação passou a ser o principal motor da acumulação capitalista – ao contrário de Wood, para quem a mobilização dos imperativos econômicos foram e continuam sendo o centro do império do capital. Por fim, o subcapítulo III traz um breve resumo do recente (2016) trabalho de John Smith sobre a globalização da produção. Ele analisa a “Global Labor Arbitrage”, ou seja, como os investimentos externos dos imperialistas são baseados principalmente na busca de mão de obra barata. A meu ver, seu trabalho demonstra empiricamente a centralidade de relação capital-trabalho para o imperialismo no século XXI, desenvolvendo largamente o “insight” de Meiksins, sendo portanto um complemento ao debate dela com Harvey.

Já o segundo capítulo discute a compreensão dos dois autores acerca do papel desempenhado pelos estados nacionais no imperialismo contemporâneo. O subcapítulo I traz a defesa de Meiksins da existência de um “sistema de múltiplos estados” como a forma do império do capital, e, em uma segunda parte, sua respectiva polêmica com William Robinson, que, defensor da tese da “transnacionalização do capitalismo e do estado”, crê que nos últimos tempos, os estados nacionais perdem, e não ganham, importância. O subcapítulo II apresenta o argumento de Harvey sobre o novo imperialismo ser resultado da relação dialética entre a “lógica territorial do poder” e a “lógica capitalista do poder”, noção que toma emprestada de Giovanni Arrighi, o que é questionado principalmente por Robert Brenner e Ellen Wood. Por fim, o subcapítulo III faz uma breve reflexão sobre o significado da guerra no Iraque para o imperialismo estadunidense, carregando consigo a reflexão sobre para onde vai o império norte-americano.

Fica então para a conclusão o debate acerca de “o que fazer?”, onde são apresentadas as saídas apontadas por Harvey e Meiksins com o objetivo de relacionar a teoria marxista do imperialismo com a prática anti-imperialista.

## IMPERIALISMO E ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Este capítulo divide-se em dois subcapítulos. No primeiro momento, apresento a análise da marxista norte-americana Ellen Meiksins Wood acerca do fenômeno do imperialismo capitalista. A autora argumenta como o império do capital tem sua base na mobilização de imperativos econômicos, em decorrência da característica separação do econômico e do político intrínseca ao capital. Isso não quer dizer que o imperialismo capitalista abre mão da força extra-econômica para se impor, mas que os imperativos extra-econômicos são usados mais na manutenção do sistema que possibilita a extração de riquezas através dos imperativos econômicos do que diretamente na extração de riquezas.

No segundo momento, apresento a tese de Harvey para explicar o novo imperialismo. Para ele, a sobreacumulação nos países centrais gera a necessidade de ajustes espaço-temporais que invistam tais excedentes em atividades produtivas e lucrativas, ou seja, exportem o capital excedente para regiões abertas para a acumulação do capital – para o autor, este é o motor do imperialismo capitalista. Esta busca por ajustes espaço-temporais gerou uma onda de espoliações movidas pelo imperialismo ao redor do mundo, o que caracteriza o “novo imperialismo”.

Por fim, num breve terceiro momento, trago o debate de John Smith sobre a globalização da produção e a arbitragem global do trabalho, onde argumenta que a ferramenta central do imperialismo no século XXI se dá na exploração da relação capital-trabalho, trazendo dados empíricos sobre a importância da mudança da produção dos países centrais para os periféricos que corroboram o argumento de Meiksins acerca da predominância do uso de imperativos econômicos no império do capital.

### I. OS IMPERATIVOS ECONÔMICOS

#### *Parte 1: histórico dos imperialismos*

Os Estados Unidos da América consolidaram definitivamente sua posição de potência imperial no início do século XX, escalada que terminou por levar o país ao posto de maior potência mundial no período pós-guerra. A história presenciava o nascimento de um novo império, de proporções jamais vistas anteriormente, com uma força produtiva, poderio militar e dominação (econômica, cultural, política e militar) dos outros países do globo terrestre que só poderia ser

ameaçada – ou assim se acreditava - pelo crescimento da União Soviética. Quando se viu que a URSS não tinha mais forças para travar combate com os EUA, poderíamos dizer que a potência norte-americana atingiu o auge de sua escalada, configurando-se como o primeiro império global, o primeiro império a abarcar toda a superfície da terra, ao voltar a produção dos demais países do mundo, de alguma maneira, aos seus interesses.

Mas o que caracteriza esse novo imperialismo, distinguindo-o dos demais impérios que existiram na história da humanidade? Essa é pergunta central que Ellen Meiksins Wood procura responder no “O império do capital”. Para isso, ela analisa o funcionamento de diversos impérios da história, passando pelos impérios romano, chinês, espanhol, árabe, veneziano, holandês e inglês, no intuito de definir a especificidade do império estadunidense em relação a todas as outras formas de império que existiram na história da humanidade. Vejamos rapidamente os apontamentos de Meiksins.

A antiga China imperial é apontada como um império baseado em um Estado burocrático centralizado, administrado por um vasto aparelho de funcionários. O cargo público era o principal caminho para a riqueza, e não a posse de terras: pelo contrário, o Estado imperial chinês tomava medidas para bloquear o desenvolvimento de classes agrárias poderosas (impediam a concentração de terras nas mãos de senhores locais, que acumulassem poder através da posse de terras) que pudessem ameaçar o poder da burocracia. A burocracia estatal apropriava-se da produção material dos trabalhadores (o campesinato) através da tributação direta, amparada pelo poder coercivo da força militar do Estado. Portanto, eram os imperativos extra-econômicos (a burocracia estatal e a tributação direta, em conjunto com um forte aparato militar coercivo) que mantinham as bases do império chinês<sup>13</sup>.

O império romano, por sua vez, não era fortemente centralizado como o chinês; ao contrário, havia investido na mobilização e criação de aristocracias proprietárias de terra em regiões distantes de Roma como um instrumento do império, “consolidando a propriedade como local alternativo de poder que não o Estado”. A terra concretizou-se então como a única fonte segura e constante de riqueza para as classes dominantes. Para manter esse modo de administração imperial, não se poderia abrir mão de uma poderosa força militar, sendo necessário um enorme exército permanente que agia em conjunto e controlava as elites locais proprietárias de terra. Foi baseado então nesse forte sistema de propriedade privada e numa poderosa força militar que o império romano prosperou, afastando-se significativamente do modelo de outros impérios anteriores aos imperialismos europeus do século XV (das grandes navegações), no momento em que “a terra

---

13 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 33-6.

privada e a riqueza dela obtida eram a essência do exercício imperial”, e não mais a tributação direta sobre as sociedades conquistadas. Ou seja: o império romano não precisava criar um aparato burocrático forte que permitisse a apropriação do trabalho excedente para cada região que anexasse ao seu território, pois utilizava o fortalecimento da propriedade privada com a criação de aristocracias agrárias locais aliadas aos colonizadores romanos como forma de apropriar-se do trabalho excedente<sup>14</sup>.

Isso fez com que fosse possível o império romano estender seu alcance para muito além do espaço territorial que o Estado poderia ter governado diretamente. E mesmo que essa fragmentação do poder (com a existência de muitas aristocracias locais proprietárias de terra) possa ter contribuído com a desagregação do império romano do Ocidente, ela foi a base da expansão territorial romana nos tempos de ascensão do império, e sua combinação de uma “propriedade relativamente forte com Estados centrais fortes mas relativamente pequenos” foi, de modo geral, um padrão para os imperialismos europeus posteriores, que construíram seus impérios com base na conquista e colonização de territórios amplamente dispersos. O império espanhol é um exemplo da permanência deste padrão. Mesmo que o Estado espanhol tenha criado aparelhos burocráticos no “novo mundo” que tinham por objetivo impedir o surgimento de aristocracias locais na América – e que até certo ponto algumas administrações locais que a coroa espanhola implantou para neutralizar o poder dos colonizadores tenham tido êxito – é fato que nenhuma daquelas colônias de extenso território e longínquas poderiam ser administradas diretamente pelo Estado espanhol, sem a dependência dos poderes locais baseados na propriedade. Nas palavras da autora, “o modo primário de expansão imperial (espanhola) não foi a absorção de novos territórios num único aparelho burocrático, mas pelo contrário, a dispersão do poder político e econômico ligado à propriedade privada, governada a enorme distância por um Estado imperial”. Era, pois, impossível governar os territórios na América nos moldes do imperialismo chinês, sem permitir a dominação das terras pelas elites locais<sup>15</sup>.

Portanto, a Espanha, assim como fez o império romano, expandiu seu domínio com base no poder das classes locais proprietárias de terras, o que permitiu a coroa espanhola estender seu alcance econômico a um nível maior do que o alcance político que tinha. No entanto, ambos impérios dependiam completamente da força extra-econômica (conquista militar, trabalho forçado, etc.) para manter-se, de modo que o controle econômico estava limitado pelas capacidades do poder

---

14 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 34-9.

15 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 39-44.

extra-econômico que o império possuía. O determinante na expansão imperial espanhola continuava sendo os imperativos extra-econômicos<sup>16</sup>.

Se os imperialismos romano e espanhol eram em essência “impérios da propriedade”, os imperialismos árabe, veneziano e holandês são chamados por Ellen Wood de “impérios do comércio”. Não que os romanos ou espanhóis não tivessem no comércio uma importante fonte de lucro, afinal de contas, todo imperialismo constrói suas redes comerciais, essenciais para a existência de qualquer grande império. O que caracteriza e diferencia estes impérios comerciais dos demais impérios é a ênfase dada ao controle do comércio, dando-se mais dedicação a isso do que ao controle do território ou dos trabalhadores. No entanto, de acordo com Meiksins, quando os definimos como impérios comerciais não quer dizer que sejam impérios movidos pelo tipo de imposições econômicas que associamos ao capitalismo<sup>17</sup>. Essa argumentação da autora vai, dessa forma, de encontro com a caracterização clássica dos impérios genoveses e holandeses como capitalistas, que tem como o maior expoente Giovanni Arrighi<sup>18</sup>. Segundo ela, os impérios comerciais, da mesma forma que os impérios da propriedade, tinham como base de seu *modus operandi* a força extra-econômica, ao contrário do imperialismo capitalista, o primeiro império a ter como base da sua dominação a força econômica.

### *Parte 2: A separação capitalista das esferas econômica e política*

O modo capitalista de produção e acumulação – e, portanto, a propriedade privada capitalista – exige a aniquilação da propriedade privada fundada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador<sup>19</sup>.

O argumento central do “Império do Capital” é o seguinte: a característica principal do imperialismo capitalista, que define sua especificidade, distinguindo-o das outras formas de imperialismo que existiram na história, é a **predominância da utilização de imperativos econômicos** (e não dos extra-econômicos – “políticos, militares ou judiciais”<sup>20</sup>) pelos países imperialistas para dominar e explorar os países da periferia.

A essência desse argumento baseia-se no seguinte fato: **a classe capitalista possui uma grande capacidade de camuflar a exploração da classe trabalhadora** - ou seja, de camuflar a apropriação que realiza dos frutos do trabalho dos produtores - capacidade muito maior do que a das classes dominantes de qualquer sociedade não-capitalista. A base material que permite essa camuflagem é a **separação dos produtores dos meios de produção**, concretizada ao longo da

16 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 17.

17 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 45-60.

18 ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX** [1994]. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2013.

19 MARX, Karl. **O Capital**, Livro I [1867]. São Paulo: Editora Boitempo, 2013, p. 844.

20 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 17.

formação do sistema capitalista através da **expropriação** dos meios de produção dos produtores (a expulsão dos camponeses ingleses de suas terras durante o século XVIII, por exemplo) – e perpetuada pela manutenção constante de mecanismos de expropriação que mantêm os meios de produção da vida fora do alcance dos produtores, concentrando-os em cada vez menos mãos – processo que Marx chamou de “acumulação primitiva”<sup>21</sup>.

Separados dos meios de produção, aos trabalhadores resta apenas sua força de trabalho, que vendem aos capitalistas em troca de um salário. Desse modo, **a força de trabalho torna-se mercadoria**, tornando o trabalhador dependente do mercado para sobreviver, afinal de contas, o único modo de se ter acesso à comida, teto, roupas, etc., é indo ao mercado e comprando dos capitalistas esses bens e serviços com o dinheiro recebido na forma de salário – o qual também se consegue somente através do mercado onde ofertamos força de trabalho em troca de dinheiro. Deste modo, a **classe trabalhadora torna-se dependente do mercado** pois depende do salário – ou seja, da venda de sua força de trabalho no mercado - para sobreviver.

A separação da classe trabalhadora dos meios de produção é a condição básica para o funcionamento do modo de produção capitalista. É essencial que as ferramentas necessárias para a produção e reprodução da nossa existência (a terra, o trator, o caminhão, a fábrica, o mercado, etc. com os quais se produz o grão e a carne, os transporta, processa-os e por fim disponibiliza-os) estejam nas mãos dos capitalistas, e não, como disse Marx na passagem do “Capital” citada na epígrafe, nas mãos dos trabalhadores. Não podendo plantar sua comida, pois não tem acesso à terra; não podendo costurar suas roupas, pois não tem acesso às máquinas têxteis; não podendo construir sua casa, pois não tem acesso a um chão, nem ao local onde se extrai a argila para fabricar os tijolos, muito menos à olaria onde a argila é moldada e queimada, etc., a pessoa que não possui nenhum meio de produção será obrigada a usar os instrumentos de outra pessoa que as tenha. A única forma dos “despossuídos dos meios de produção” acessarem os instrumentos de trabalho é através da venda da sua força de trabalho para os capitalistas. Sobre a necessidade da separação dos produtores dos meios de produção, a marxista brasileira Virgínia Fontes, em seu livro “O Brasil e o capital-imperialismo”, corrobora com tal visão ao dizer que “a condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção”<sup>22</sup>.

Portanto, é a expropriação dos produtores que possibilita a extração de mais-valor através da contratação, pelos capitalistas, da força de trabalho daqueles que foram expropriados dos meios de

---

21 A compreensão marxiana sobre o processo da acumulação primitiva e as leituras deste conceito que foram feitas pelo marxismo serão debatidas adiante, na parte 'espoliação' do subcapítulo II deste capítulo 1.

22 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 42.

produção e conformam agora a classe trabalhadora. Desse modo, embora os capitalistas sejam os únicos que possuem as ferramentas para trabalhar e produzir as coisas necessárias para vivermos, eles são os únicos que não trabalham, pois outras pessoas produzem para eles tudo aquilo que consomem. Essa parte dos frutos do trabalho dos produtores que fica nas mãos do capitalista é o que Marx chama de “**mais valor**”, ou seja, a parte da produção realizada por um trabalhador que é apropriada pelo capitalista. Um exemplo: segundo Tony Norfield, uma costureira em Bangladesh recebe E1,36 (aprox. U\$2,00) por um dia de trabalho em que produz 2.500 camisetas (250 camisetas por hora em uma jornada diária de 10 horas); sendo o preço médio da venda dessas camisetas é U\$5,00 cada (o total arrecadado com a venda sendo portanto U\$12.500,00), apenas +- 1/6000 do dinheiro ganho com as vendas ficaria com ela<sup>23</sup>. Claro, a produção e venda dessas 2500 camisetas envolveu o trabalho de outras pessoas, como a que planta e colhe o algodão, a que carrega os navios que levarão o algodão para as fábricas de costura e depois os que levarão a camiseta pronta até as lojas, a que atende e opera o caixa nas lojas, a que faz a publicidade da marca; portanto, o mais-valor do capitalista não seria U\$12.498,00, pois parte desse valor é usado para pagar o salário dessas outras pessoas. No entanto, é evidente que o trabalho realizado pela costureira na confecção da camiseta é infinitamente maior do que apenas 1/6000 do processo. Assim sendo, mais-valor é, grosso modo, o valor total da venda das camisetas menos os salários gastos pelo patrão para pagar toda a força de trabalho necessária para a confecção e venda da camiseta, desde o plantio do algodão à venda ao consumidor.

#### *A. O trabalho assalariado como forma central da exploração capitalista*

Portanto, a separação dos produtores dos meios de produção é fundamental para o sistema capitalista porque a classe capitalista necessita que os produtores não tenham outra opção para sobreviver que não seja vender sua força de trabalho para quem possui os meios de produção, que irá então se apropriar do trabalho excedente feito por essa classe trabalhadora através do pagamento de um salário inferior ao valor produzido pelo respectivo trabalho. Na análise de Marx, “[é] a posse dos meios de trabalho o que possibilita ao empregador capitalista produzir mais-valia, ou, o que é o mesmo, apropriar-se de uma determinada quantidade de trabalho não remunerado”<sup>24</sup>, e é **“a forma salário [que] extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho**

23 NORFIELD, Tony. The China price. Citado por SMITH, John. **Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 13-4.

24 MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro** [1867]. Disponível em: [http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx\\_salario.pdf](http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx_salario.pdf).



**necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago.** Todo trabalho aparece como trabalho pago<sup>25</sup> [grifo meu].

Desse modo, o pagamento do salário – valor em dinheiro de apenas uma parcela do total de valor gerado pelo trabalho do produtor – concretiza a exploração, realizada pelo empregador capitalista, do trabalho da pessoa que realmente produziu as coisas necessárias e úteis para a vida da sociedade. Quanto menor o salário pago aos empregados, ou seja, quanto menos do que foi produzido pelo trabalhador ficar em suas mãos (no caso, do que foi ganho com a venda do que foi produzido), maior é, obviamente, a fatia da produção que ficará nas mãos do capitalista. Nas palavras de Meiksins,

os trabalhadores recebem por sua força de trabalho, não pelos frutos do seu trabalho. O capitalista paga um salário para comprar aquela força de trabalho, geralmente por um período fixo de tempo, e assim ganha o controle sobre tudo o que o trabalho produz durante aquele tempo, que pode então ser vendido no mercado. O objetivo é, dessa forma, maximizar a diferença entre o que o capitalista paga pela força de trabalho e o que resulta dos produtos do trabalho<sup>26</sup>.

Por isto, os capitalistas estão sempre em busca de salários menores, pois desejam e são obrigados a aumentar suas taxas de crescimento e margens de lucro<sup>27</sup>. “São obrigados”, pois mesmo os “bons capitalistas” (que contentam-se com a vida abastada que possuem e não desejam o sofrimento dos seus empregados) deparam-se com o seguinte dilema: se não aumentarem seus lucros, começarão a ser superados pelos seus concorrentes capitalistas, que, pagando menores salários (e controlando, através de monopólios, trustes e cartéis, bem como através de relações promíscuas com o Estado, a produção e circulação de uma determinada mercadoria), conseguem vender mercadorias a preços mais baixos e levar seus concorrentes (que não encontram mercados para seus produtos de preços mais altos) à falência. É neste sentido que Meiksins argumenta como não só os trabalhadores, mas também os capitalistas, dependem do mercado: “o capital e o trabalho são profundamente dependentes do mercado para obter as condições mais elementares de sua reprodução<sup>28</sup> [grifo meu]. O ponto central deste argumento de Meiksins é que a dependência em relação ao mercado e, portanto, aos seus **imperativos de concorrência e produtividade**, é indispensável para definir uma sociedade como capitalista.

Assim, para Meiksins, a forma central e mais importante da exploração capitalista é a relação capital-trabalho, caracterizada pelo pagamento de salário a alguém que não tem outra forma de conseguir dinheiro que não seja vendendo sua própria força de trabalho no mercado. Dessa

25 MARX, Karl. **O Capital**, Livro I. São Paulo: Editora Boitempo, 2013, p. 745. Disponível em: <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7jvbv.pdf>.

26 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 16.

27 MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro** [1867]. Disponível em: [http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx\\_salario.pdf](http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx_salario.pdf).

28 WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo** [1999]. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001, p. 78.

forma, **a exploração capitalista fica obscurecida, escondida sob o manto do salário**. Como disse Meiksins, “longe de extorquir renda dos trabalhadores, o empregador lhes paga sob a forma de salário, e esse pagamento parece cobrir todo o trabalho executado pelo trabalhador: um salário referente a oito horas, por exemplo, pelo trabalho executado em oito horas”<sup>29</sup>, o que retoma a passagem acima citada de Marx sobre como **a forma salário extingue o vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho pago e trabalho não-pago**. Virgínia Fontes, em seu já citado livro, constrói uma linha argumentativa muito semelhante à de Meiksins: para ela, “é por obscurecer, por velar tal base social, que a produção capitalista, ou o momento da atividade produtiva de valorização do capital se apresenta como meramente 'econômico', apesar de envolver toda a existência social”<sup>30</sup>.

*B. A dependência compulsória dos trabalhadores e dos capitalistas em relação aos imperativos de concorrência e produtividade do mercado capitalista*

Em sua busca por definir a especificidade da forma como a exploração opera no regime do capital, Meiksins compara a todo momento as relações de classe no capitalismo com as formas de exploração de classe que existiram em sociedades não-capitalistas. Para ela, a **mediação do mercado na relação entre capitalistas e trabalhadores assalariados** é a essência da especificidade da exploração capitalista, estando “em nítido contraste com as sociedades não-capitalistas, nas quais produtores diretos tinham acesso por outras vias que não o mercado aos meios de produção” e portanto, a apropriação do trabalho excedente pela classe dominante era através de pagamento direto dos produtores ao seu senhor - seja em “produto, trabalho, ou dinheiro”. Isso configura-se como o oposto da “opacidade da relação entre capital e trabalho”<sup>31</sup>. É a mediação do mercado que faz com que a compulsão que leva os produtores a venderem sua força de trabalho – como já dito, “o trabalhador sem propriedade tem pouco espaço de manobra quando a venda da força de trabalho em troca de um salário é a única maneira de ter acesso aos meios de subsistência” – pareça ser “impessoal (...) imposta não por homens, mas por mercados”<sup>32</sup>. Assim, quando operários, pedreiros, atendentes de caixa, etc. submetem-se a jornadas exaustivas de trabalho por baixíssimos salários, a aparência é que essa é uma “questão de escolha”, pois “a única relação formalmente reconhecida entre capitalistas e trabalhadores – em nítido contraste, por

29 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 15-6.

30 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 42.

31 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 16.

32 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 16.

exemplo, com a relação juridicamente reconhecida de dominação e subordinação entre senhor feudal e servo – é uma transação entre indivíduos livres e iguais”<sup>33</sup>.

Essa “**compulsoriedade**”<sup>34</sup>, criada pela expropriação dos produtores dos meios de produção que os tornou dependentes do mercado, leva os trabalhadores a terem de escolher entre trabalhar ou morrer de fome. É então o mercado que obriga a trabalhar, não um chicote nas costas ou uma arma apontada. A aparente separação das esferas econômica e política então se concretiza, ao passo que a compulsão a trabalhar sofrida pelos trabalhadores expropriados aparece como um momento puramente econômico. Virgínia Fontes percebe isto quando argumenta como a separação dos trabalhadores dos meios de produção cria massas de trabalhadores “disponíveis [aos empregadores] sem a utilização de coerção direta pelo capital que as explora”<sup>35</sup>. Esta é, afinal de contas, a tese central do “Capital” de Marx. Para John Smith, o autor do recente livro “Imperialismo no século XXI”, “os 'imperativos capitalistas' de Wood são sinônimo do que Marx chamou de “a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente”<sup>36</sup> [grifo meu].

### *C. A importância dos imperativos extra-econômicos para a manutenção da exploração econômica*

Seguindo esta linha marxiana, Meiksins insiste incessantemente ao longo do livro sobre como a força extra-econômica não perde, de maneira nenhuma, sua importância crucial na manutenção do capitalismo: “o imperialismo capitalista exige apoio extra-econômico. A força extra-econômica é claramente essencial para a manutenção da coerção econômica em si”<sup>37</sup>. A questão, para Meiksins, é em que momento ela é desempenhada. Ao contrário do que ocorria nas sociedades não-capitalistas, onde a coerção era utilizada diretamente pelos apropriadores, quem opera a violência não são diretamente os capitalistas, mas o Estado, que aparenta representar a sociedade como um todo, de maneira neutra.

33 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 16.

34 Sigo aqui a indicação de Virgínia Fontes: de acordo com ela, “a tradutora brasileira optou por 'compulsão', mas creio que o termo compulsoriedade torna mais claro o sentido impresso por E. Wood, de imposição que é introjetada, e não de uma origem psíquica ou psicológica, ainda que contenha também este sentido”. FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 96.

35 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 65.

36 MARX, Karl. **O Capital**, livro 1, tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, p. 359. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_fontes/acer\\_marx/ocapital-2.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-2.pdf). Citado por: SMITH, John. *Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis*. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 352.

37 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 17. Editora Boitempo, 2014, p. 17.

Para Meiksins, os **imperativos extra-econômicos no capitalismo não desempenham uma função direta na apropriação 'per se' de trabalho excedente**. A violência não é aplicada na extração direta de riquezas, mas na manutenção das formas sociais que permitem que mais-valor seja extraído, ou seja, para a manutenção da propriedade privada e dos expropriados. A prisão de grevistas pela polícia, por exemplo, é uma das formas em que o Estado reprime qualquer tentativa de questionar essa estrutura de funcionamento da sociedade. O Estado desempenha um papel indispensável e insubstituível na **manutenção das relações de propriedade essenciais para a apropriação de trabalho excedente através dos mecanismos do mercado, principalmente, da compra da força de trabalho** – como por exemplo, regular e defender a propriedade privada com seu aparato de juízes e soldados; estipular os termos dos contratos entre empregadores e empregados (as leis trabalhistas: o salário mínimo, a carga horária, o seguro desemprego, a aposentadoria); ou regular o fluxo de investimentos de capital entre Estados-nação (os impostos e tarifas alfandegárias, os termos para o investimento estrangeiro direto e de carteira no país, os termos para a exploração de recursos naturais do país por empresas estrangeiras, etc.).

As teses do cientista político alemão Joachim Hirsch corroboram com a forma como Wood compreende a relação dos imperativos econômicos e extra-econômicos no capital. De acordo com Rejane Hoeveler,

Toda a teoria de Hirsch está baseada nas teses regulacionistas de “regime de acumulação” e “modo de regulação” – o primeiro, entendido como o conjunto de técnicas de produção, organização do trabalho, formas de extração do mais-valor e relações entre os setores de produção; e o segundo, como a rede de instituições e normas políticas que regulam e permitem a reprodução do regime de acumulação”<sup>38</sup>.

A **separação entre apropriação e coerção em dois momentos distintos** contrasta com a “unidade entre apropriação e coerção” característica da exploração de classes em sociedades não capitalistas<sup>39</sup>.

### ***Parte 3: Imperialismo sem colônias***

#### ***A. A predominância da dominação por meio de imperativos econômicos no novo imperialismo***

É a partir dessa definição da especificidade do capitalismo que Ellen Wood procura compreender o modus operandi do império do capital. O novo imperialismo é “criatura do capitalismo, um sistema em que todos os atores econômicos – produtores e apropriadores –

38 HIRSCH, Joaquim. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010. Citado por HOEVELER, Rejane. A internacionalização do estado na história contemporânea: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 128.

39 WOOD, Ellen Meiksins. **Empire of Capital** [2003]. London/New York: Verso Books, 2005, p. 16.

dependem do mercado para suas necessidades mais básicas”<sup>40</sup>. A natureza específica do império capitalista é operar o máximo possível por meio dos imperativos econômicos, e não pelo domínio colonial direto. A correlação observada por Meiksins entre a forma como o capitalista se apropria do valor gerado pelo trabalho da classe trabalhadora e a forma como o país imperialista se apropria do valor gerado pelo trabalho da classe trabalhadora do país dominado fica nítida na seguinte passagem:

assim como o capital exerce sua dominação sobre o trabalho sem o poder coercivo direto, porque os trabalhadores dependem do mercado e são obrigados a entrar nele para vender sua força de trabalho, coisa análoga aconteceu no plano global, onde mais e mais partes do mundo foram submetidas a esses imperativos de mercado que as tornaram dependentes<sup>41</sup>.

As condições criadas pelo capital internacional e instituições como o FMI, as quais tornam as economias 'em desenvolvimento' completamente dependentes das economias 'desenvolvidas', são um exemplo de submissão de economias periféricas aos imperativos de mercado. A preocupação central de Meiksins me parece ser pensar sobre a dificuldade de uma economia 'em desenvolvimento' romper com a ordem imposta pelo mercado global, demonstrando como a entrada de um país 'em desenvolvimento' no jogo do mercado global e a concomitante aceitação dos princípios capitalistas de produção e troca (a aceitação dos imperativos econômicos do capital) é análoga à entrada do trabalhador no mercado de trabalho. Meiksins dá como exemplo da impossibilidade de independência ou desligamento da economia global o Brasil de Lula e Dilma, governos que se vangloriaram por supostamente terem construído uma posição de independência no cenário internacional, “mas que se tornaram ainda mais dependentes e submissos ao capital internacional”<sup>42</sup>. Portanto, a linha argumentativa da autora nega a possibilidade de construir, por dentro do mercado global, uma economia independente e não submissa ao poder do império do capital.

Meiksins argumenta que na dominação do imperialismo capitalista, “as compulsões têm maior probabilidade de serem 'econômicas', impostas não pelos senhores (diretamente), mas pelos mercados”. Ao contrário da exploração de colônias, submetidas formalmente ao poder imperial por vias militares, judiciais e/ou políticas, “a única relação formalmente reconhecida [entre países exploradores e explorados] é a que existe entre entidades legalmente livres e iguais, como compradores e vendedores, tomadores de empréstimos e emprestadores, ou até mesmo entre estados

40 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 21.

41 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 9-10.

42 WOOD, Ellen Meiksins. Prefácio à edição brasileira [2013] em **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 10.

claramente soberanos”<sup>43</sup>. Insistindo na comparação histórica das diferentes formas de exploração, Meiksins argumenta que

Houve um tempo em que não somente o governo colonial, mas também a exploração econômica de colônias por potências imperiais, era um negócio razoavelmente transparente. Quem observasse os espanhóis na América do Sul ou, mais tarde, os belgas no Congo não teria dificuldade para entender os meios pelos quais a riqueza do súdito era transferida para o senhor. Sob esse aspecto, o imperialismo tradicional tinha muito em comum com certas relações internas de classe. Assim como não havia nada particularmente opaco nas relações entre os senhores feudais e os camponeses cujo trabalho ou renda eles apropriavam, ou entre o Estado absolutista e os camponeses cujos impostos ele extorquia, a relação entre os senhores coloniais e seus súditos era razoavelmente clara: o primeiro exercia a força, até o genocídio, e compelia os outros a abrirem mão da sua riqueza<sup>44</sup>.

Já no império capitalista, a forma como o valor produzido nos países da periferia é apropriado pelos países imperialistas é muito menos nítida (tanto é assim que, da mesma forma como muitos trabalhadores olham com admiração para os donos das fábricas em que trabalham, os EUA são vistos positivamente por milhões de pessoas da classe trabalhadora que moram em países explorados pelo império do capital). A capacidade do sistema capitalista de construir fortes hegemonias, baseadas em um grande convencimento dos explorados da veracidade das ideias da ideologia dominante, tem sua base material em algum lugar, para além dos seus “aparelhos ideológicos”. Assim, se a base da camuflagem da exploração do empregado pelo patrão é a restrição do acesso dos produtores aos meios de produção e a consequente dependência destes em relação ao mercado, a base da camuflagem da exploração dos países periféricos pelos imperialistas é a dependência dos primeiros em relação à economia dos últimos, ou seja, a dependência em relação ao mercado mundial e aos seus imperativos de concorrência e produtividade. A dominação “por meios econômicos, pela manipulação das forças do mercado”<sup>45</sup> é o que caracteriza o pilar central da hegemonia do império do capital<sup>46</sup>. E é este predomínio da dominação por meios econômicos que torna a dominação imperial – da mesma forma como torna a dominação de classe no interior de um país – muito mais “obscura”.

Assim, da mesma forma como a classe capitalista não precisa de controle político direto sobre os trabalhadores expropriados, “impérios capitalistas podem amparar-se em pressões econômicas para explorar sociedades subordinadas”. A fuga de capitais que ocorreu na Grécia na iminência do partido anti-capitalista Syriza chegar ao poder – orquestrada pelo capital global – apresenta-se como um ótimo exemplo da força desempenhada pelos imperativos econômicos

43 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 16.

44 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 15.

45 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 23.

46 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 10.

mobilizados pelo imperialismo capitalista. O Syriza, que pautou sua campanha na renegociação da dívida grega com a União Europeia e na rejeição das políticas de austeridade impostas ao seu país pela Troika (Fundo Monetário Internacional, União Europeia e Banco Central Europeu), viu a fuga de capitais crescer no mesmo ritmo em que se aproximavam de chegar ao poder. Nos três meses que precederam a posse do Syriza, em torno de meio bilhão de euros por dia foram retirados da Grécia e aplicados em outros países<sup>47</sup>. A projeção é que, se Tsipras (o presidente eleito pelo Syriza) não tivesse cedido e firmado o acordo de fins de junho de 2015 com a Troika, aceitando impor ao povo grego medidas de austeridade (principalmente a reforma previdenciária e o compromisso de pagar a dívida), os bancos gregos não teriam aberto no dia seguinte<sup>48</sup>. O que significaria o fechamento dos bancos para uma economia capitalista no século XXI é algo difícil de imaginar. É notável, no entanto, a capacidade do imperialismo capitalista em destruir a revolta política grega – a qual tomava proporções organizativas inéditas no século e parecia apontar para um horizonte de esperança para os socialistas do mundo todo – sem disparar uma bala. Nas palavras do comentarista português José Vitor Malheiros, foi feita “uma invasão não pelo ar nem pelo mar nem por terra mas 'por euro'”<sup>49</sup>. Podemos nos perguntar o que teria acontecido se a ala esquerda do Syriza tivesse conseguido convencer mais que 44% do partido a não pagar a dívida e romper com a União Europeia. Será que aí então veríamos os imperativos extra-econômicos do imperialismo europeu (em especial o alemão) entrarem em ação? Ou veríamos a Grécia definhando economicamente até a situação política tornar-se insustentável? De todo modo, o que aconteceu foi que, em concordância com o argumento de Meiksins, a dependência grega aos imperativos do mercado mundial capitalista – e a escolha reformista por não romper com tal dependência – travou sua luta por independência política.

Mas, acrescenta Meiksins, “da mesma forma como é necessário tornar e manter os trabalhadores dependentes do capital, também é necessário tornar as economias dominadas vulneráveis à manipulações econômicas do capital, o que pode ser um processo muito violento”<sup>50</sup>. Outra vez, Meiksins repete o argumento de que os imperativos extra-econômicos são indispensáveis para o domínio do império do capital, mas não são utilizados diretamente na extração de riquezas dos países periféricos, mas sim na manutenção das regras do mercado mundial que permitem a

47 Ver: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/fuga-de-capital-da-grecia-chegou-a-us-meio-bilhao-por-dia>.

48 Ver: <http://www.valor.com.br/internacional/4112024/bancos-gregos-ficaram-seis-dias-fechados-partir-desta-segunda-feira>.

49 Ver: <https://www.publico.pt/economia/noticia/a-fuga-de-capitais-como-instrumento-da-conquista-moderna-1703307>.

50 WOOD, Ellen Meiksins. **Empire of Capital** [2003]. London/New York: Verso, 2005, p. 38.

extração “puramente econômica” dos frutos do trabalho da classe trabalhadora dos países periféricos<sup>51</sup>.

### *B. Independência política e dependência econômica: a questão das colônias*

Nem os EUA nem qualquer outra grande potência ocidental é hoje um império colonial em comando direto de vastos territórios dominados. Embora os Estados Unidos tenham presença militar em cerca de 140 países, não se pode dizer que o poder imperial imponha claramente a sua dominação por meio de regimes títeres mantidos pelo poder militar imperial. Nem existe hoje nada semelhante aos impérios comerciais que prevaleceram no passado por dominarem as rotas de comércio por meio de força superior ou pelo domínio de uma tecnologia naval mais avançada<sup>52</sup>.

O novo imperialismo, que domina predominantemente por meios econômicos, “não seria uma relação entre senhores imperiais e súditos coloniais, mas uma interação complexa entre Estados mais ou menos soberanos”<sup>53</sup>. Para Meiksins, “o imperialismo capitalista certamente absorveu o mundo em sua órbita econômica”<sup>54</sup>, construindo a dependência econômica dos países subjugados e mantendo-os com certo nível de dependência política (“mais ou menos soberanos”).

Segundo Meiksins, os teóricos do marxismo clássico, por maiores que fossem suas divergências, partilhavam de uma premissa fundamental comum: “o imperialismo estava relacionado com a localização do capitalismo num mundo que não era, e aparentemente nunca seria, completamente, nem mesmo, predominantemente capitalista”<sup>55</sup>. Isso se deu pois eles escreviam em um tempo em que o capitalismo ainda não havia se universalizado, quando as “relações imperiais tomavam a forma de interações entre um pequeno centro capitalista e um mundo predominantemente não-capitalista”, e onde as “potências capitalistas exploravam os territórios não-capitalistas majoritariamente através do saque, violência, opressão e fraude”<sup>56</sup>. Para a autora, “há poucas dúvidas em relação ao fato das teorias marxistas clássicas acerca do imperialismo, de modo geral, terem mais a ver com imperialismo territorial do que com uma forma de dominação análoga à exploração de classe capitalista”, onde a dominação “se dá através do mercado e carece da transparência do imperialismo pré-capitalista”<sup>57</sup>.

Para Eduardo Barros Mariutti, economista da Unicamp, Meiksins erra ao dizer que as análises de Lenin, por terem sido pensadas em um mundo predominantemente não-capitalista, não

51 O ponto “Hegemonia e força militar”, no segundo capítulo, retomará esta questão.

52 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 15.

53 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 99.

54 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 100.

55 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 98.

56 WOOD, Ellen Meiksins. **Logics of power: a conversation with David Harvey**. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2007, p. 22.

57 WOOD, Ellen Meiksins. **Logics of power: a conversation with David Harvey**. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2007, p. 22.



serviriam para os dias de hoje. Em primeiro lugar, ele questiona a noção do capitalismo ter se universalizado, e, em segundo lugar, argumenta que “o capitalismo ser mais ou menos universal não muda a questão”, pois a tese de Lenin sobre a concentração e centralização de capitais, que põe em marcha a intensificação da socialização da produção, faz com que “a interpretação proposta por Ellen Wood não discrepa fundamentalmente do quadro geral proposto por Lênin”, pois tal tese apontaria para um mundo onde o capitalismo tornar-se-ia universal. John Smith também acredita que Wood “mal interpreta Lenin”, dizendo que tal argumento poderia ser aplicado à Rosa, que acreditava que o capitalismo precisava de outros sistemas econômicos para sobreviver, mas não à Lenin, “que enfatizou como os capitalistas das grandes potências tornaram-se imperialistas – isso é, expansionistas e predatórios no resto do mundo – como uma resposta necessária à sobreacumulação doméstica do capital” bem como ao “acirramento das lutas de classe, ambos os quais provocaram suas expansões predatórias além-mar”<sup>58</sup>.

Para John Smith, “o fato das finanças imperialistas terem surgido em um mundo onde formas pré-capitalistas prevaleciam era uma circunstância, e não um predicado, da teoria de Lenin”, o que faria a afirmação de Wood não fazer sentido<sup>59</sup>. É válido trazer aqui, portanto, um trecho do “Imperialismo” de Lenin onde ele aponta para a capacidade do sistema capitalista de subordinar, através do capital financeiro, estados soberanos – indo ao encontro do argumento de Wood – mas também onde ele depois ressalta como a subordinação colonial seria a preferida pelos capitalistas:

o capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais, que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e cômoda para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos<sup>60</sup>.

Mesmo que Lenin dê essa sugestão, sem dúvida é verdade, como diz Harry Magdoff na “Era do Imperialismo”, que “a ultra simplificação que identifica o imperialismo com o colonialismo puro e simples em nada se parece com a teoria de Lenin”<sup>61</sup>. Wood não faz isso, mas Mariutti e Smith talvez tenham certa razão ao ressaltar como a teoria de Lenin não é incompatível com um mundo onde o capitalismo se universalizou, visto que, como apontou Mariutti, a própria tese da concentração e centralização de capital e a consequente criação de monopólios prevê tal processo de universalização.

58 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**. New York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 226.

59 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**. New York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 226.

60 LENIN, Vladimir. **O Imperialismo**, fase superior do capitalismo [1916]. São Paulo: Centauro Editora, 2010, p. 80.

61 MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. São Paulo: Editora Huicitec, 1978, p. 40.

Por outro lado, Meiksins evidentemente está certa ao lembrar que Lenin não vivenciou a inédita forma como o império estadunidense se expandiu, o que sem dúvida o teria feito repensar sua compreensão do imperialismo capitalista e o respectivo lugar das colônias. Paul Barán e Paul Sweezy, dando continuidade à teoria leninista, percebem, no “Capitalismo Monopolista”, que “em grande parte devido à sua própria história como ex-colônia, que teve de lutar pela sua independência, o expansionismo dos Estados Unidos raramente tomou a forma de colonialismo”<sup>62</sup>. Eric Hobsbawm também observa a preferência dos EUA por dominar Estados, na terminologia de Meiksins, “mais ou menos soberanos”, ou, nas palavras dele, Estados “tecnicamente independentes seguindo, na essência, os comandos de Washington”, o que exige “contínua e substancial prontidão em exercer pressão direta e indireta [sobre estes] governos e, se preciso, periódica e unilateral intervenção armada”. Para o marxista britânico, isso caracteriza o “peculiar modo de atuação do império americano, que sempre preferiu Estados-satélite ou protetorados a colônias formais”<sup>63</sup>. Victor Kiernan (outro historiador que, como Hobsbawm, integrou, junto com E. P. Thompson, o famoso grupo dos historiadores do Partido Comunista britânico – CPHG), cunha tal forma de atuação do novo imperialismo estadunidense de “neocolonialismo”, a qual “contrasta de modo muito marcante com o estágio anterior (...) representado pelos impérios europeus que anexavam e ocupavam territórios, sujeitando seus povos a um controle direto”<sup>64</sup>.

#### *Parte 4: A universalização do capitalismo*

##### *A. A contradição entre o alcance econômico do capital e o alcance político do território*

Na leitura de Prasenjit Bose, o economista indiano que assina o artigo “Novo imperialismo: sobre globalização e estados-nação” na HM, o erro fundamental da análise de Meiksins é focar exclusivamente no descolamento das formas “econômica” e “extra-econômica” de apropriação de excedente para definir o capitalismo, “não obstante a união histórica das duas”<sup>65</sup>. Assim, por sua definição do imperialismo capitalista basear-se nessa tese do descolamento, Meiksins cometeria um grave erro ao apontar uma contradição entre o alcance geográfico do capital e o alcance geográfico dos Estados-nação.

62 SWEEZY, Paul e BARAN, Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966, p. 184.

63 HOBBSAWM, Eric. **Prefácio**. Em KIERNAN, Victor. Estados Unidos, o novo imperialismo: da colonização branca à hegemonia mundial. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009, p. 11.

64 KIERNAN, Victor. **Estados Unidos, o novo imperialismo**: da colonização branca à hegemonia mundial. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009, p. 15.

65 BOSE, Prasenjit. 'New' Imperialism? On Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.109.

**Meiksins argumenta que o alcance econômico do império do capital vai muito além do seu controle político.** É a característica separação do econômico e do político existente na apropriação capitalista “que tornou possível a extensão do alcance econômico do capital para muito além do seu controle político – de uma maneira que era impossível para formas anteriores de exploração diretamente dependentes do poder militar e da dominação política”. Segundo a autora, “a hegemonia econômica do capital pode se estender muito além dos limites da dominação política direta”<sup>66</sup>. Leo Panitch e Sam Gindin vão pelo mesmo caminho de Meiksins quando dizem que “como parte da diferenciação entre as esferas econômica e política, capitalistas particulares estenderam seu alcance de atividades para além das fronteiras territoriais de seus respectivos Estados”<sup>67</sup>.

Ao passo em que aumenta a lacuna entre o alcance econômico do capital e alcance extra-econômico dos estados territoriais, novas formas de força extra-econômica surgem para lidar com esta contradição. Essas novas formas seriam caracterizadas por estabelecer as condições para a exploração capitalista – repetamos, a ordem necessária para a extração de excedente – ao invés de realizarem diretamente a expropriação de trabalho excedente. Por exemplo, o FMI abre as portas dos países da periferia para investimentos externos, diferentemente do exército britânico na Índia, que cobrava tributos à força. Tentemos pensar um exemplo para ilustrar o postulado teórico de Meiksins: a ausência do Estado nos rincões dos países pobres não impede a saída de café ou minério de ferro – momento onde ocorre a apropriação do trabalho excedente dos mineiros e agricultores pela empresa que os contrata ou pela empresa que compra o café ou o minério de ferro a preços mais baixos que o valor agregado às mercadorias pelo trabalho daqueles produtores - operações movidas por imperativos econômicos, ou seja, pelas leis do mercado de compra e venda de mercadorias (tanto a força de trabalho quanto o café e o minério de ferro). Repete-se o argumento: a apropriação direta do trabalho excedente no capitalismo se dá na esfera econômica, mas tal sistema exige mais do que qualquer outro uma esfera extra-econômica que garanta a “ordem administrativa e a força coerciva que o capital necessita mas não tem”<sup>68</sup>, ou seja, as leis que estabelecem os termos da relação patrão-empregado e da relação de compra e venda, e a polícia que reprime qualquer tentativa de fugir das regras do mercado. Me parece que o ponto de Wood seja que as leis e a polícia não precisam necessariamente chegar a esses rincões – mas é fundamental a *possibilidade* de lá chegarem caso necessário.

66 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 23.

67 PANITCH, Leo e GINDIN, Sam. **The making of global capitalism: the political economy of American Empire**. London/New York: Verso, 2012, p. 4. Citado e traduzido por HOEVELER, Rejane. A internacionalização do estado na história contemporânea: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 115.

68 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 30.

Segundo Bose, esta contradição entre alcance econômico e político não faz sentido. O 1º apontamento que faz é que o capitalismo possui uma “tendência intrínseca à auto-expansão”<sup>69</sup>. No entanto, Bose não desenvolve seu raciocínio acerca do porquê essa tendência – a qual, como ele mesmo diz, também é observada por Meiksins – negaria que existe uma contradição no processo de crescimento do alcance econômico do capital em relação ao alcance político dos Estados-nação. A confirmação dessa tendência simplesmente prova que o capitalismo é intrinsecamente imperialista, mas não que a expansão dos imperativos econômicos do império do capital pelo mundo acontece sem nenhuma contradição com os imperativos extra-econômicos dos Estados-nação.

Seu 2º argumento é que “a origem dos Estados-nação modernos é intrinsecamente ligada às exigências do desenvolvimento capitalista”<sup>70</sup>, afirmando isto no sentido de negar a existência de uma contradição entre o desenvolvimento do capitalismo e o desenvolvimento dos Estados-nação. Este ponto sobre a relação entre capital e Estado será discutido mais profundamente no segundo capítulo, mas cabe aqui dizer que Meiksins não compreende os estados unicamente como resultados históricos do capitalismo, visto que a formação dos estados-nação se deu antes da consolidação das relações capitalistas. Nas palavras dela, “se estamos falando da origem da emergência dos Estados-nação, nunca houve tal Estado nascido do capitalismo ou em resposta às suas necessidades”, sendo dois exemplos de Estados-nação que “passaram pelo processo de formação (...) antes de sofrerem a transformação para relações sociais de propriedade capitalistas”<sup>71</sup> a França e a Inglaterra.

Continuando esse segundo argumento, Bose defende que “a desconexão entre os momentos econômico e político do capital não parece ter sido uma contradição nos estágios históricos anteriores do capitalismo”, posto que os Estados-nação desempenharam um papel vital no desenvolvimento e expansão do capitalismo<sup>72</sup>. No entanto, o fato dos Estados-nação desempenharem um papel vital para a acumulação do capital não quer dizer que não existam contradições nesse processo. Meiksins argumenta exaustivamente durante todo o livro o papel do Estado no desenvolvimento do capital – ou seja, não é aqui que reside a divergência. A questão é de que forma a atuação do Estado na apropriação capitalista difere da sua atuação em formas de apropriação não-capitalistas. Para Meiksins, a apropriação imperialista especificamente capitalista só se concretiza com o império dos Estados Unidos, portanto, argumentar que não existia uma contradição entre o alcance econômico e político dos impérios dos estágios anteriores do

69 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** In *Globalisation and Nation-States*. London: *Revista Historical Materialism*, v.15, n.3, 2007, p. 98.

70 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** In *Globalisation and Nation-States*. London: *Revista Historical Materialism*, v.15, n.3, 2007, p. 99.

71 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: *Revista Historical Materialism*, v.15, n.3, 2007, p. 153.

72 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** In *Globalisation and Nation-States*. London: *Revista Historical Materialism*, v.15, n.3, 2007, p. 98.

capitalismo seria simplesmente, para ela, argumentar que tais impérios ainda não operavam com base em imperativos especificamente capitalistas. Assim, diz que Bose vê capitalismo na história pré-capitalista, “equivocando-se ao confundir transformações trazidas pela emergência do capitalismo com transformações internas do capitalismo”<sup>73</sup>.

O 3º argumento de Bose é que, para afirmar que essa contradição emergiu sob a globalização (mais precisamente, Meiksins refere-se ao período pós Segunda Guerra), a autora precisaria provar que, durante a globalização, ou alguma transformação substancial ocorreu no processo de acumulação do capital, ou que o caráter dos Estados-nação mudou e as funções normais desempenhadas por ele não são mais cumpridas. Segundo ele, o único aspecto novo - ou seja, trazido pela globalização – acerca da natureza do imperialismo capitalista apontado por ela é que o alcance geográfico do capital aumentou nessa sua última fase. Bose diz que fica com a impressão que Meiksins compreende a globalização como um fenômeno que trouxe transformações meramente quantitativas, no caso, o aumento do espaço geográfico alcançado pelo capital, e não qualitativas.

***B. A crítica de Bose, Robinson e Chesnais à análise de Meiksins sobre a separação dos momentos de apropriação e coerção no imperialismo capitalista***

Com base nestes três apontamentos, Bose defende que a categoria de imperativos de mercado, usada na definição da exploração de classe doméstica, é “insuficiente para a compreensão da complexa relação da exploração imperialista”. Ela falha ao “justapor a apropriação de excedente através da exploração de classe sob o capitalismo com a exploração imperialista de economias subordinadas”. Para ele, “postular [que o imperialismo capitalista opera] de um jeito parecido com a exploração de classe dentro de um modelo abstrato de um sistema capitalista fechado, através da imposição de imperativos de mercado, é uma simplificação teórica”<sup>74</sup>. Segundo ele, na relação de “interdependência desigual” entre os países imperialistas e os explorados, a transferência de riqueza ocorre de diversas formas, “sendo a perpetuação da divisão internacional do trabalho apenas uma delas”<sup>75</sup>.

William Robinson, em concordância com Bose, também não vê com bons olhos o entendimento de Meiksins sobre o papel desempenhado pela coerção direta e pelos imperativos do

73 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 142.

74 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** On Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 101.

75 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** On Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 101.

mercado. Em relação à afirmação de Meiksins sobre a especificidade do imperialismo ser a predominância da coerção econômica, William Robinson comenta que

por si própria, essa proposição é logicamente coerente na medida em que a coerção do mercado reproduz através do seu funcionamento “normal” as relações de classe de exploração econômica, uma vez que a acumulação primitiva separou os produtores dos meios de produção. O problema é que o funcionamento normal do mercado dificilmente é normal no capitalismo. Todas as relações de exploração de uma classe sobre outra são, em última instância, apoiadas por coerção direta e qualquer concepção de imperialismo não pode prescindir da coerção como imanente ao próprio conceito<sup>76</sup>.

Continuando seu raciocínio, Robinson se opõe à visão de Meiksins acerca da colonização da Índia não ter sido estritamente capitalista. Segundo ele, as taxas e tributos arrancados pela ocupação militar do império britânico na Índia eram internos ao desenvolvimento do capitalismo mundial, e diz também que a autora negligencia a chegada dos europeus nas Américas como um marco na formação do capitalismo<sup>77</sup>. No entanto, Meiksins não nega a importância da chegada dos europeus nas Américas para o desenvolvimento do capitalismo. Ela prossegue dizendo que o sistema feudal, por exemplo, também tem traços muito relevantes para a conformação do capitalismo, assim como as formas de propriedade greco-romanas. No entanto, há uma grande diferença entre um processo histórico que contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo e um processo histórico que se desenvolve de maneira especificamente capitalista, ou seja, “com base nas relações de propriedade capitalistas”. Assim, mesmo que a “conquista, a pilhagem e o comércio militarizado”<sup>78</sup> da colonização das Américas tenham contribuído de alguma forma para o desenvolvimento do capitalismo mundial, isso não quer dizer que Espanha ou Portugal eram capitalistas, ou que o capitalismo era o desenvolvimento histórico pré-determinado por tal processo<sup>79</sup>.

Bose, da mesma forma que Robinson, ao não compreender os imperativos econômicos como o principal mecanismo do imperialismo capitalista, critica a recusa de Wood em entender a colônia britânica na Índia como capitalista. Diz ele que a “simpatia dela pelo argumento de que 'os custos do colonialismo britânico eram maiores que seus benefícios' (...) é uma das principais

76 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 72.

77 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 74.

78 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 73.

79 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 158.

fraquezas de sua análise”<sup>80</sup>, pois ela negaria a ”possibilidade de transferências coloniais contribuindo para o desenvolvimento do capitalismo”<sup>81</sup>.

Bose e Robinson, continuando suas tentativas de negar os argumentos de Wood sobre a predominância no novo imperialismo da dominação econômica, insistem na importância de formas de apropriação não-capitalistas para o desenvolvimento do capital. Bose dá o exemplo do trabalho escravo:

a dependência da indústria britânica baseada nos têxteis de algodão em relação ao algodão produzido por escravos nas colônias, ou em relação aos excedentes gerados pelo próprio comércio de escravos, era diferente da sua dependência em relação aos poderes coercitivos do estado britânico que reforçavam as relações de propriedade capitalistas. Nesse caso, a exploração não-capitalista assume um papel distintamente econômico. A análise de Wood deixa de fora a acumulação primitiva do capital ou a contínua interação econômica entre os setores capitalistas e não-capitalistas, tão essencial para o capitalismo até mesmo nos dias de hoje. O capitalismo, além de ser um sistema de apropriação do excedente baseado na produção, historicamente também apropriou excedente através de meios não-capitalistas (...) é difícil segregar os dois modos de exploração em duas épocas históricas diferentes<sup>82</sup>.

Em suma, Bose fala que Meiksins erra ao tentar explicar as diferenças entre o imperialismo capitalista e as formas anteriores de imperialismo utilizando somente as categorias de “imperativos econômicos” e “imperativos extra-econômicos”<sup>83</sup>. Na sua leitura, ela segrega temporalmente a apropriação de excedente por meios não-capitalistas da apropriação de excedente por meio da exploração do trabalho assalariado, identificando esses dois modos de exploração como pertencentes a duas épocas históricas diferentes. Na tentativa de responder Meiksins, Bose diz então que “o capitalismo, além de ser um sistema de apropriação do excedente baseado na produção, historicamente também apropriou excedente através de meios não-capitalistas”, e por isso “é difícil segregar os dois modos de exploração em duas épocas históricas diferentes”<sup>84</sup>:

Está Wood argumentando que as práticas coercitivas do imperialismo capitalista recente visam fortalecer estritamente mecanismos econômicos compulsórios, ao passo que, em épocas anteriores da história do mundo moderno, o imperialismo envolveu a apropriação forçada, aberta e sem disfarces de riquezas ou a organização coercitiva de processos econômicos e sociais? Se a força (extra-

80 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** In Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 109.

81 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** In Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 109.

82 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** In Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 107-8.

83 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** In Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 104.

84 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** On Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 107-8.

econômica) é requerida continuamente para reproduzir as relações de mercado então claramente ela não é externa ao capitalismo<sup>85</sup>.

Em primeiro lugar, o exemplo da produção de algodão por escravos nas colônias dado por Bose é de uma época histórica onde o capitalismo ainda não era global, então obviamente se beneficiava de formas de apropriação de excedente não-capitalistas que predominavam em grande parte do globo onde a relação capital-trabalho e o mercado de competição capitalista ainda não predominava. Bose não dá exemplos da interação entre setores capitalistas e não-capitalistas dos dias de hoje. E mesmo que o imperialismo capitalista se beneficie de formas de exploração “não-capitalistas” atualmente, isso ocorre de modo bem diferente da dependência dos industriais britânicos em relação à produção de algodão pelos escravos nas colônias.

Em segundo lugar e mais importante, Meiksins não segrega *no tempo* dois momentos históricos onde, num primeiro, só existiam formas de apropriação baseadas na extração extra-econômica de riqueza, e uma segunda onde os imperativos econômicos atuam sozinhos. Ela compreende como as diferentes formas de exploração se relacionam dialeticamente. Assim, Wood não compreende os imperativos extra-econômicos como externos ao capitalismo<sup>86</sup>.

Por fim, Bose argumenta que a contradição vista por Meiksins ao analisar o processo de difusão do capitalismo por suas colônias, caracterizada pelo alcance econômico começar a ir além da área que o estado imperial consegue dominar, é resolvida “recorrendo-se a formas imperiais pré-capitalistas de dominação”. Esse foi o caminho seguido pelo império britânico ao investir no monopólio comercial sobre a Índia durante o período da “Companhia das Índias Oriental”, e posteriormente ao realizar a extração direta de taxas e tributos pela companhia, seguida depois pelo estabelecimento de um império territorial – o que talvez seja, segundo Meiksins, o caminho que os EUA tenham começado a trilhar com as guerras do Afeganistão e do Iraque (ver subcapítulo III do capítulo 2) – mas, na análise da autora, não é necessariamente o caminho a ser seguido.

As leituras de Bose e Robinson neste ponto me parecem ser decorrentes de uma má interpretação do argumento da autora, pois em minha leitura o 'Império do Capital' não nega que o capitalismo britânico possa ter se beneficiado dos tributos arrancados da Índia – agora, isso não quer dizer que tal extração de tributos funcionava de acordo com os imperativos capitalistas, que para Wood se baseiam na predominância de compulsões econômicas na imposição dos interesses do império do capital. O cerne do argumento da autora gira em torno do raciocínio de que “dizer que eles [Estados Unidos] foram o primeiro império capitalista não significa que tenham sido a

85 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital.** London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 72.

86 Continuaremos este debate quando formos discutir, na parte 'espoliação' do subcapítulo II deste capítulo 1, a importância para Harvey da noção de Rosa Luxemburgo sobre a necessidade do capital em possuir algo externo a ele.



primeira potência capitalista a possuir um império”<sup>87</sup>: **a questão é como o império opera a extração de valor dos países dominados**. Seguindo esta linha de raciocínio, não haveria nenhum problema em afirmar (e não somente ter simpatia pelo argumento) que a hegemonia econômica, preferida pelos Estados Unidos no lugar da dominação colonial direta, é “menos custosa, menos arriscada e mais lucrativa”<sup>88</sup>, e é precisamente isto que faz os Estados Unidos preferirem-na.

É neste sentido que Meiksins argumenta que “uma vez que caracterizamos a nova lógica econômica do capitalismo, nós ainda podemos reconhecer que o capital pode se beneficiar de formas de apropriação de excedente por meios não essencialmente diferentes da exploração não-capitalista”<sup>89</sup>. O economista francês François Chesnais, em seu artigo “As bases econômicas do imperialismo contemporâneo” do dossiê da HM, segue Bose e Robinson ao argumentar que exploração do trabalho assalariado e a criação de mais valor nunca foram exclusivos no modo de produção capitalista, citando o exemplo da colonização britânica da Índia, onde “a forma dominante de apropriação do produto-excedente indiano eram inevitavelmente rendas e taxas, e não mais-valor criado através da exploração de trabalho livre assalariado”<sup>90</sup>. Em resposta a isso, Meiksins reafirma: “uma coisa é reconhecer os benefícios obtidos pelo capitalismo, em condições várias e em diferentes estágios do seu desenvolvimento, de formas de apropriação de excedente além da extração de mais-valia. Outra coisa bem diferente é descrever todas essas formas de exploração como capitalistas”<sup>91</sup>.

### *Parte 5: Produção e finanças*

#### *A. O “capital monetário portador de juros e dividendos, especulativo e altamente concentrado”*

Ao contrário de Bose e Robinson, que apresentam uma análise bastante divergente da de Meiksins, François Chesnais reconhece o trabalho da marxista inglesa como uma “profunda contribuição”<sup>92</sup> ao debate acerca do imperialismo. De todo modo, Chesnais apresenta uma importante divergência analítica com a autora no que se refere a ênfase excessiva que ela dá, segundo ele, à importância da apropriação de mais-valor no decurso da produção industrial, negligenciando as outras importantes formas através das quais o capital se apropria de produtos

87 WOOD, Ellen Meiksins. Prefácio à edição brasileira [2013] em **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 10.

88 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 10.

89 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 151.

90 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 128.

91 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 150.

92 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 122.

excedentes, como os fundos de pensão e as companhias de seguros<sup>93</sup>. Isto posto, o marxista francês retoma a discussão sobre a hipótese de Meiksins sobre a predominância dos imperativos econômicos no novo imperialismo e adentra na intrincada questão sobre a relação da produção com as finanças. A questão levantada por François é aqui de grande relevância, pois introduz parte da argumentação lançada também por Harvey para caracterizar o novo imperialismo, como veremos no subcapítulo seguinte.

A definição de “imperialismo capitalista” de François Chesnais baseia-se no que chama de **“capital monetário portador de juros e dividendos, especulativo e altamente concentrado”** (“highly concentrated interest- and dividend-bearing money-capital”)<sup>94</sup>. Com esse termo, procura definir o papel do capital financeiro no sistema capitalista contemporâneo, onde **as finanças**, segundo ele, **estão muito mais “acumuladas, centralizadas e concentradas”**<sup>95</sup> [grifo meu] do que nos tempos de Lenin e Hilferding, dando a entender que a definição destes de capital financeiro – fusão do capital bancário com o capital industrial – não daria mais conta de explicar o papel das finanças na atualidade. Embora Chesnais argumente que “siga a pista” das teses marxianas onde “capital industrial, comercial e monetário representam distinções dentro de uma unidade, ou elementos componentes dentro de uma totalidade”<sup>96</sup>, ele entende que o imperialismo contemporâneo está “centralmente relacionado com a dominação de uma forma precisa de capital, nomeadamente capital monetário portador de juros e dividendos, especulativo e altamente concentrado”<sup>97</sup>. Essa forma de capital opera a nível global e colhe, nos mercados financeiros, rendimentos financeiros “que requerem a prévia apropriação de excedente, tanto na forma de mais-valor, mas também na forma de outras variedades de produto excedente”<sup>98</sup> [grifo meu].

Quem realizaria essa colheita (os mecanismos da acumulação financeira) seriam os “investimentos diretos de corporações transnacionais” e o “amplo leque de operações financeiras (empréstimos e investimentos de curto prazo em títulos governamentais e em todo tipo de ações financeiras)”<sup>99</sup>. Embora Chesnais não coloque isso de forma nítida, fico com a impressão que entende os investimentos diretos como “apropriação do excedente na forma de mais-valor” e as

93 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 127-8.

94 Tradução minha.

95 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 123.

96 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 122.

97 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 123.

98 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 123.

99 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 123.

operações financeiras como “outras variedades de produto excedente”. De todo modo, não fica muito nítido quais são e como se dão essas outras formas de apropriação de produto excedente. As fontes [os mecanismos] da acumulação financeira, diz ele em outra parte do artigo, “incluem os lucros realizados na produção industrial” (“que não são nem reinvestidos nem consumidos pelos capitalistas”<sup>100</sup> e que vão para as mãos dos capitalistas monetários, fazendo da sobreacumulação um dos mecanismos da acumulação financeira)<sup>101</sup>, “como também rendas de todos os tipos”, com remessas de dinheiro de trabalhadores e empregadores ao mercado financeiro, onde fundos de investimento, como os de pensão, ocupam um lugar importante desde os anos 70<sup>102</sup>. No trecho acima, fica mais clara a separação que Chesnais faz entre uma forma “industrial” e uma forma “rentista” de apropriação de produto excedente, que, como veremos a seguir, é a base da sua crítica à análise de Meiksins (e que guarda forte semelhança, como veremos, com a diferenciação que Harvey faz entre acumulação expandida e acumulação por espoliação).

Após apontar para essa separação, Chesnais coloca como esses mecanismos levaram à “consolidação e dominação” de uma forma de capital que “aparenta produzir dinheiro do dinheiro” [grifo meu], o que Marx chamou de “forma mais fetichista de acumulação”, M-M', ou seja, dinheiro gerando mais dinheiro sem, aparentemente, precisar virar capital e passar pelo processo produtivo<sup>103</sup>. Nessa forma, o capital especulativo ('bearing') portador de juros ('interest') é a consumação do “fetiche automático”, “valor que se auto-expande”, “dinheiro gerando dinheiro”, não guardando nenhum traço da sua origem, criando ilusões sobre a origem da riqueza gerada, ao que acrescenta: “valor que se auto-expande na forma de dinheiro é, é claro, uma miragem”<sup>104</sup>. Assim, Chesnais parece concordar que **valor só é gerado pelo trabalho**, ou seja, um quantia de dinheiro só aumenta se for investida no processo produtivo, onde os frutos do trabalho de outros serão apropriados pelo investidor que sairá, portanto, com mais dinheiro; em outras palavras, **m-m' é uma ilusão**, ou apenas uma parte do ciclo do dinheiro, que para se expandir, necessariamente precisa passar pelo processo produtivo, virar capital (que compra matérias-primas, máquinas e força de trabalho para produzir mercadorias e vendê-las), m-c-m'. “Dinheiro pode parecer ser feito a partir de dinheiro somente na condição e na medida em que excedente é criado e apropriado tanto

100 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 123.

101 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 123.

102 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 123.

103 MARX, Karl. **O Capital**, volume 2, capítulo 1. Citado por CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 124.

104 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 124.

como mais-valor como mais-produto em outras formas”<sup>105</sup>: reformulando, eu diria que o capital monetário só pode crescer existindo uma concomitante extração de mais-valor através da relação capital-trabalho, realizada pelos capitalistas que contratam mão de obra e tocam a produção, os “capitalistas funcionantes” (nesse sentido, Marx argumenta, como veremos adiante, como os juros são uma parcela do lucro do capitalista funcionante paga ao capitalista monetário).

A isto Chesnais acrescentaria “e extração de mais-produtos em outras formas”. Para ele, a “produção de mais-valor com base na exploração do trabalho assalariado é a espinha dorsal da dominação do imperialismo capitalista”<sup>106</sup>. No entanto,

como meio de satisfazer as reivindicações de acionistas e detentores de títulos, a produção de mais-valor baseada na apropriação de trabalho não-pago é insuficiente. Com o objetivo de satisfazer o apetite do capital *monetário portador de juros e especulativo altamente concentrado* (e também, nas circunstâncias atuais, para satisfazer as necessidades de pagamento das pensões de aposentadoria), recorrer à apropriação em larga-escala de produto-excedente através de taxas e rendas torna-se necessário. Isso requer a ativação ou reativação de um amplo leque de mecanismos de 'acumulação por despossessão'<sup>107</sup> (sublinhado meu, itálico dele).

Mas, se é o trabalho o único gerador de valor, a forma “rentista” que sustenta a acumulação financeira junto com a forma “industrial” também se baseia e só existe por causa da prévia exploração via relação capital-trabalho (que Chesnais identifica estritamente como “forma industrial de extração de mais-valor”): as “remessas de dinheiro de trabalhadores e empregadores ao mercado financeiro” são remessas de valor gerado na relação capital-trabalho, o qual ficou em grande parte nas mãos dos empregadores, através da extração do mais valor, e uma parte menor nas mãos dos trabalhadores, que a receberam na forma de salário. A grande maioria não são remessas de valor gerado pelo trabalho próprio e arrancadas através de taxas e tributos. Assim, a parte do valor que capitalistas monetários arrancam de capitalistas do setor produtivo (funcionantes) é uma apropriação intra-capitalista, somente possível após o capitalista funcionante ter extraído valor através da exploração de força de trabalho. A apropriação do valor que ficou nas mãos do trabalhador (que ficou através do pagamento do seu salário) e é arrancada por capitalistas monetários através, por exemplo, de fundos de pensão ou planos de seguros poderia, assim, configurar uma espécie de apropriação de trabalho excedente, cristalizado na forma de dinheiro, que não é feita através da relação capital-trabalho, mas sim através da cobrança de rendas. De todo

105 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 124.

106 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 124.

107 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 125. A expressão 'acumulação por despossessão' é tomada emprestada de Harvey; no entanto, Chesnais diz usá-la de uma forma que estabelece uma relação direta entre esse fenômeno e a escala das reivindicações dos acionistas na produção presente e futura, relação que estaria ausente no trabalho de Harvey.

modo, o valor só está na mão do trabalhador na forma de dinheiro pois foi ganho enquanto salário na relação capital-trabalho. **A apropriação por despossessão continua intrinsecamente ligada, a meu ver, à relação capital-trabalho.**

Na análise de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani, o pensamento de Chesnais acerca da centralidade das finanças e da relação destas com o capital produtivo teria passado por mudanças significativas ao longo de seus escritos na década de 90 e nos anos 2000. Quando escreveu “A mundialização do capital”, em 1994, ele entendia que “a interpretação do movimento do conjunto do capitalismo mundial tinha como base as operações do capital industrial”<sup>108</sup>. Ele mantém esta ideia em artigo de 96, onde argumenta que o capital que conserva a forma dinheiro “se valoriza por punções nas rendas formadas na produção de valor e de mais-valia”, mas acrescenta que tal capital “não sai da esfera financeira”, iniciando as bases de uma linha de pensamento que vê as finanças autônomas em relação à produção. Em seus próximos trabalhos, Chesnais passa a dar cada vez mais centralidade para as finanças, o que caracterizaria o novo capitalismo “rentista e parasitário”<sup>109</sup>, e vê-las como cada vez mais autônomas em relação à produção, percebendo, por exemplo, os “detentores das ações e de volumes importantes de títulos da dívida pública (...) como proprietários situados em posição de exterioridade à produção, e não como credores”<sup>110</sup> [grifo meu]. Chesnais passaria a crer, dessa forma, que o capitalismo mundial adentrou numa nova fase nos anos 80, caracterizada pelo “domínio do capital portador de juros sobre o capital produtivo, o que se evidencia não só pelo aumento de sua exigência na participação da mais-valia, como nas inúmeras formas de fazer valer sua lógica [sobre a lógica do capital produtivo]”<sup>111</sup>.

Mesmo assim, a análise de Chesnais (inclusive pelos argumentos que apresenta no dossiê da HM, os quais talvez apontem para um certo exagero na análise de Rosa e Nakatani) se distancia muito das teorias sobre o capital financeiro que o entendem completamente separado da produção. A análise de John Bellamy Foster e Robert McChesnais – que compreendem as finanças e a produção como intrinsecamente relacionadas – apresentada no livro “Endless Crisis”, caminha no mesmo sentido ao identificar lógicas distintas entre os donos do capital produtivo e os donos do

108 MARQUES, Rosa Maria e NAKATANI, Paulo. **A finança capitalista**: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Uberlândia: Revista Economia Ensaios, v.24, n.1, 2009, p. 2.

109 CHESNAIS, François. Contribution au débat sur le cours du capitalisme à la fin du XX e siècle. In Actualiser l'économie de Marx, actuel Marx confrontation. Paris: Presse Universitaire de France, 1996. Citado por MARQUES, Rosa Maria e NAKATANI, Paulo. **A finança capitalista**: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Uberlândia: Revista Economia Ensaios, v.24, n.1, 2009, p. 4.

110 CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. Em CHESNAIS, François (org). A finança mundializada. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. Citado por MARQUES, Rosa Maria e NAKATANI, Paulo. **A finança capitalista**: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Uberlândia: Revista Economia Ensaios, v.24, n.1, 2009, p. 8.

111 MARQUES, Rosa Maria e NAKATANI, Paulo. **A finança capitalista**: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Uberlândia: Revista Economia Ensaios, v.24, n.1, 2009, p. 18.

capital financeiro. Para eles, ao passo que “a base econômica da hegemonia política mudou da produção econômica real para o mundo financeiro”, os interesses do último teriam se tornado predominantes<sup>112</sup>. Já na análise de Bose, o capital financeiro hoje “não está ligado à indústria nem baseado em nações estado”<sup>113</sup>. Para o economista indiano, “a globalização das finanças não só é autônoma dos crescentes fluxos de mercadorias ou exportações de capital, como na realidade impede eles criando condições deflacionárias”<sup>114</sup>, ao passo que “a magnitude dos investimentos produtivos é uma proporção minúscula dos fluxos de “dinheiro-quente”, que entrou e saiu em países durante a última década, muitas vezes precipitando crises monetárias”<sup>115</sup>.

Em resposta a estas “concepções correntes” de financialização, Meiksins traz a defesa da existência de uma relação intrínseca entre as finanças e a produção citando David McNally, autor que realiza uma crítica às teorias de financeirização que desvinculam o capital produtivo do financeiro, “como se o capital tivesse encontrado sua forma pura: dinheiro gerando dinheiro sem passar pela mediação do trabalho e valores-de-uso concretos”, ao que ele acrescenta, “de fato, o capital monetário portador de juros e dividendos não pode escapar das amarras que o prendem ao mundano mundo do trabalho e da produção”<sup>116</sup>. Na sequência, Meiksins recorda que “quando Lenin adotou a noção 'capital financeiro' de Hilferding (...) ele certamente não estava falando sobre o rompimento das finanças em relação ao capital produtivo”: pelo contrário, ele ressaltou o papel cumprido pelos bancos alemães “na consolidação da produção industrial em 'cartéis' e como eles fundiram-se, neste processo, com o capital industrial”. Embora o livro de Lenin deixe claro como sua concepção de capital financeiro não significa este rompimento, é digno de nota o trecho em que Lenin fala sobre o “divórcio completo entre o setor dos *rentiers* e a produção (...) o rendimento dos *rentiers* é cinco vezes maior que o rendimento do comércio externo do país mais comercial do mundo!”<sup>117</sup> [grifo meu].

É a partir dessa sua definição do “capital monetário portador de juros e dividendos, especulativo e altamente concentrado” que ele diz ser a compreensão de Meiksins do capitalismo “excessivamente restrita”, pois “vê o capitalismo contemporâneo como um modo de dominação no

112 FOSTER, John Bellamy e McCHESNAIS, Robert. **The Endless Crisis**: how Monopoly-Finance Capital produces stagnation and upheaval from the USA to China. New York: Monthly Review Press, 2012, p. 32.

113 BOSE, Prasenjit. 'New' **Imperialism?** On Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.112.

114 BOSE, Prasenjit. 'New' **Imperialism?** On Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.113.

115 BOSE, Prasenjit. 'New' **Imperialism?** On Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.113.

116 McNALLY, David. **Turbulence in the World Economy**. Revista Monthly Review, v.51, n.2, 1999, p. 41. WOOD, Ellen Meiksins. A reply to critics. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 164.

117 LENIN, Vladimir. **O Imperialismo**, fase superior do capitalismo [1916]. São Paulo: Centauro Editora, 2010, p. 100.

qual a categoria primordial, se não a única, de produto-excedente apropriado pelo capital é aquela que é produzida por firmas no curso da produção industrial e toma a forma de mais-valor”<sup>118</sup>, o que seria uma concepção estrita “mesmo no auge do capitalismo industrial”, e mais ainda hoje, com o papel central desempenhado pelo capital portador de juros<sup>119</sup>. Chesnais então traz uma citação de Marx para amparar sua tese, onde este argumenta que para aqueles que possuem capital monetário, “o processo de produção aparenta [grifo meu] meramente como um intermediário inevitável, como um mal necessário para o bem do fazer dinheiro (...) [levando a uma] periódica tentativa febril de fazer dinheiro sem a intervenção do processo de produção”<sup>120</sup>, tentativa que, agora segundo Chesnais, deixou de ser periódica e tornou-se consubstancial à existência do capitalismo e do imperialismo<sup>121</sup>. Me parece que aqui Chesnais mal interpreta Marx, vendo nele a negação da necessidade do processo produtivo para fazer dinheiro, contradizendo inclusive sua afirmação que trouxemos ao início sobre a impossibilidade de dinheiro gerar dinheiro sem precisar passar pelo processo produtivo (contradição provavelmente decorrente da mudança no seu pensamento apontada por Rosa e Nakatani).

Em resposta a isto, Meiksins nega ver a produção industrial como a forma central ou única de apropriação no capitalismo, bem como nega que não percebe que o capitalismo se beneficia de outras formas de apropriação de excedente. Em primeiro lugar, ressalta sua insistência na importância do capitalismo agrário. Em segundo lugar, coloca como o “trabalho produtivo”, que gera mais-valor para o capital, não é necessariamente “trabalho industrial”, pois a provisão de serviços gera valor assim como a produção de mercadorias<sup>122</sup>. Mas centra sua resposta à Chesnais acusando-o, em terceiro lugar, de não perceber a especificidade do capitalismo, “criando problemas para si mesmo ao misturar vários modos de apropriação do excedente como igualmente capitalistas”<sup>123</sup>.

Assim, para melhor problematizar a questão do **papel das formas de apropriação de produto excedente que não a exploração do trabalho assalariado** (tema central para avaliarmos se a ênfase de Wood na predominância da utilização de imperativos econômicos no novo imperialismo é válida ou não, bem como para introduzir a concepção de Harvey sobre a questão,

118 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 127.

119 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 127-8.

120 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 128.

121 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 128.

122 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 149.

123 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 151.

que, como já citamos, aproxima-se da ideia de Chesnais sobre um novo imperialismo “rentista e predatório”) trarei os argumentos defendidos por Virgínia Fontes acerca da relação do capital monetário com o processo produtivo, o que se faz relevante ao passo que Chesnais aponta os mecanismos do mercado financeiro – fundos de investimento e planos de seguro, em conjunto com empréstimos e investimentos em títulos e ações – como os principais mecanismos dessas outras formas de apropriação de produto excedente. Essa apropriação de produto excedente realizada principalmente por mecanismos financeiros através da cobrança de taxas e rendas é o que caracterizaria a acumulação por espoliação defendida por Harvey como a forma central de acumulação do capitalismo contemporâneo. Por este motivo, terminaremos este subcapítulo finalizando o debate sobre a relação do capital monetário com processo produtivo, o que será o gancho para a continuação do debate sobre a acumulação por espoliação no subcapítulo seguinte.

*B. A dependência do capitalista monetário (portador de juros) em relação ao capitalista  
funcionante (extrator de mais-valor)*

Partindo da leitura do “Capital”, Fontes (assim como Meiksins) polemiza com as “concepções de financeirização que defendem a separação entre capital financeiro e capital produtivo”<sup>124</sup>, argumentando que **longe de estarem separados, o capital monetário (portador de juros) estimula o processo produtivo**<sup>125</sup>. De acordo com Virgínia, Marx argumenta (em especial no Livro III do “Capital”) como “o relativo isolamento dos grandes proprietários de capital monetário (portador de juros) diante do capital funcionante (extrator de mais-valor) não significa a redução deste último, mas sua maior expansão” [grifo meu]. Segundo ela, “o capital monetário *não se limita a punccionar: precisa expandir relações sociais capitalistas*”<sup>126</sup> (itálico dela), ou seja, os capitalistas monetários incentivam o aumento da produção, não sendo o capital monetário oposto ao capital produtivo. Para ela, a conversão dos grandes proprietários capitalistas em proprietários de capital sob forma monetária “historicamente impulsionou a expansão ainda mais acirrada e acelerada da forma valor e da dinâmica propriamente capitalista, que é a extração de mais-valor do trabalho livre”<sup>127</sup>.

124 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 163.

125 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 30.

126 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 28.

127 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 28.



A **diferenciação** feita por Marx, na primeira citação sua que trouxemos no parágrafo anterior, **entre a “propriedade dos recursos sociais de produção da propriedade dos meios diretos de produção”** é fundamental para entendermos a relação “de relativo isolamento” entre o capital monetário e o capital funcionante. Os detentores de grandes massas de capital-monetário possuem a “propriedade dos recursos sociais de produção”, pois detém as enormes quantias de trabalho cristalizado (no caso, na forma de capital-monetário) necessárias para trocar pelas matérias-primas, pelas máquinas e pela força de trabalho necessárias para mover o processo produtivo (ou seja, eles têm os recursos necessários para iniciar a produção de mercadorias – eles têm a *propriedade da capacidade potencial da produção*<sup>128</sup>). Um burguês que detém uma fábrica, mas não possui capital monetário para comprar o trio indispensável ao processo produtivo (força de trabalho, matérias-primas e máquinas), terá de pegá-lo emprestado com outro capitalista que possua a quantia de capital-monetário necessária para viabilizar um ciclo do processo produtivo. Nesse sentido, *o próprio capital se converte em mercadoria*, no momento em que o burguês dono da fábrica procura ofertas de capital-monetário para comprar e então utilizar na compra do trio necessário ao processo produtivo. O valor de uso do dinheiro que o capitalista monetário detém é justamente que ele pode ser transformado em capital, ser usado para mover o processo produtivo. Nas palavras de Fontes, “o valor de uso do capital portador de juros (ou capital que imagina se manter permanentemente sob forma monetária) é o de ser utilizado como capital”<sup>129</sup>. Nas palavras de Marx,

qual é então o valor de uso que o capitalista monetário aliena durante o prazo do empréstimo e cede ao capitalista produtivo, o mutuário? É o valor de uso que o dinheiro adquire pelo fato de poder ser transformado em capital, de poder funcionar como capital e assim produzir em seu movimento determinado mais-valor<sup>130</sup>.

Recapitulando, Fontes define como 'atividade' do capital o momento da extração de mais-valor. Quem realiza essa extração, nas palavras de Marx, é o “capitalista funcionante” [*fungierenden Kapitalisten*]: ele faz o sistema de extração de mais-valor funcionar comprando matérias-primas, as quais serão transformadas em mercadorias pelos assalariados por ele contratados, os quais usarão as máquinas por ele compradas para realizar tal transformação. Vendendo as mercadorias por uma quantia de dinheiro muito maior do que a soma do que foi pago em salários mais o que foi gasto em maquinário e matérias-primas, o capitalista funcionante realiza

128 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 23.

129 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 24.

130 MARX, Karl. **O Capital**, livro III, volume IV. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985, p. 266. Citado por FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 32.

o complexo processo de se apropriar do valor gerado pelo trabalho dos assalariados. Ele é a “personificação do capital que produz o mais-valor, ao realizar o percurso d-m-d”<sup>131</sup>. Se um capitalista funcionante, dono de uma fábrica de camisetas, investiu, no mês de janeiro, 70\$ no pagamento dos salários e 30\$ na compra de matérias-primas e maquinário (desconsiderando aqui, para simplificar, que o investimento em máquinas obviamente se mantém, pois ao contrário da força de trabalho e das matérias-primas, a máquina não precisa ser comprada novamente a cada novo ciclo produtivo...) e produziu 100 camisetas, vendidas cada uma por 5\$ (desconsiderando também os custos do transporte e venda, etc...), ele terá uma entrada de 500\$ no final do mês, que, menos os 100\$ gastos, lhe dará um lucro de 400\$. No entanto, lembremos que dos 100\$ iniciais investidos, 50\$ foram pegos emprestados de um capitalista monetário. Esse lucro de 400\$, portanto, terá de ser dividido entre os dois capitalistas. Na prática, a parcela do capitalista monetário será paga pelo funcionante na forma de juros pelo empréstimo.

É neste sentido que “os juros, ou a remuneração do capital que se converte em mercadoria, correspondem a uma parcela do mais-valor extraído por outros capitalistas”<sup>132</sup>. Ou seja, “os juros são uma parte do lucro produzido”<sup>133</sup>. Nas palavras de Marx, “chama-se juro (...) uma parte do lucro, a qual o capital em funcionamento, em vez de pôr no próprio bolso, tem de pagar ao proprietário do capital”<sup>134</sup>.

B [o capital funcionante, o mutuário] tem de entregar a A [o capital portador de juros, o prestamista] parte do lucro obtido com essa soma de capital sob o nome de juro, pois A só lhe deu o dinheiro como capital, isto é, como valor que não apenas se conserva no movimento, mas cria mais-valor para seu proprietário. Permanece nas mãos de B apenas enquanto é capital funcionante<sup>135</sup>.

Virgínia insiste que para Marx “o juro é uma cota-parte do mais-valor, é uma parcela do mais-valor! Resulta dela, depende dela e, portanto, está a cada dia mais estreitamente ligado à extração de mais-valor”. Assim, ilumina o “chão social, a relação social na qual segue enraizado o capital monetário”<sup>136</sup>. Por isto, “o proprietário de capital monetário exige do capitalista funcionante crescente eficácia nessa extração, de maneira a remunerar tanto o próprio capital funcionante como

---

131 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 24.

132 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 23.

133 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 23.

134 MARX, Karl. **O Capital**, p. 256. Citado por FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 23.

135 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 24.

136 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 29.

o capital monetário”<sup>137</sup>, e é neste sentido que Fontes argumenta como o capital monetário “se trata de capital que resulta da expansão do capital industrial ou funcionante e que, por seu turno, a impulsiona”<sup>138</sup> [grifo meu]. John Bellamy Foster e Robert McChesnais – que como vimos anteriormente, partilharem em parte da ideia de Chesnais sobre a financeirização do capitalismo contemporâneo – argumentam, com base no trabalho de Paul Sweezy, como a financialização acelera a produção capitalista<sup>139</sup>.

De todo modo, a separação entre os capitalistas monetários e funcionantes configura uma separação entre a propriedade e a gestão da propriedade. Mas se os donos de enormes massas de capital monetário têm a possibilidade de “afastar-se da propriedade direta dos meios de produção e das atividades que envolvem a extração da mais-valor”, eles só o podem fazer porque concentram “a pura propriedade das condições e recursos sociais da produção”<sup>140</sup>, e com ela impõe aos seus mutuários que atuem de acordo com seus interesses capitalistas:

O movimento de separação entre a propriedade e a gestão [grifo meu] (processo que assegura a extração de mais-valor) se evidencia através da imposição, pela magnitude da propriedade do capital monetário, da extrema intensificação dessa extração. O capital monetário converte seus mutuários em agentes funcionantes para a extração de mais-valor: mesmo quando se concede crédito a um homem sem fortuna – industrial ou comerciante – isso ocorre confiando que ele agirá como capitalista: com o capital emprestado, se apropriará de trabalho não pago. Ele recebe crédito na condição de capitalista em potencial<sup>141</sup>.

Este processo de não significa, conclui Fontes, que a propriedade dos meios de produção perde importância, mas demonstra a importância fundamental, na fase monopolista do capital, da “propriedade sobre o trabalho morto” (ou seja, se toda riqueza é resultado do trabalho “vivo” dos produtores, produtos e dinheiro cristalizam trabalho realizado no passado, já “morto”) sob a forma de capital monetário, visto que é a posse sobre grandes massas de capital-dinheiro que permitem o acesso direto ou indireto aos meios de produção” – afinal de contas, o processo produtivo, cada vez mais, exige enormes quantias de dinheiro para ser viabilizado, pois, com fábricas cada vez maiores, a compra da força de trabalho, das matérias-primas e do maquinário ocorre em proporções cada vez mais gigantescas.

A tabela seguinte, construída por Fontes, nos ajuda compreender tal movimento do capital:

137 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 24.

138 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 23.

139 FOSTER, John Bellamy e McCHESNAIS, Robert. **The Endless Crisis**: how Monopoly-Finance Capital produces stagnation and upheaval from the USA to China. New York: Monthly Review Press, 2012, p. 24.

140 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 34.

141 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 24.

**D-** (capital-portador-de-juros, ou dinheiro nas mãos de detentores de grandes massas monetárias, bancos ou outros) é convertido em capital através de empréstimo (ou outras formas de aplicação) para →  
**d-** (dinheiro nas mãos de quem vai extrair sobretrabalho, capitalista funcionante, quer seja ou não proprietário dos meios de produção) →  
**M-** processo de produção, realizado através da compra de força de trabalho e de meios de produção, quando o dinheiro “d” se imobiliza durante o processo de produção →  
**d’-** após o processo produtivo, ocorre a venda das novas mercadorias produzidas e reconversão em dinheiro, com um lucro (’) →  
**D’-** pagamento de juros ou remuneração ao capital-portador- de-juros ou capital monetário (’), como parcela do lucro gerado no processo produtivo.

Do ponto de vista do capitalista monetário, “o movimento se limita a D-D’, que corresponde aos seus interesses diretos e que lhe aparece como sendo sua única relação real – a venda mercadoria-capital inicia-se e se conclui como troca de dinheiro”<sup>142</sup>. É neste sentido que a forma dinheiro do capital aparenta manter-se sob tal forma, mas apenas aparenta. Não existem “atividades puramente monetárias, sem envolvimento com os processos produtivos”<sup>143</sup>, nem tampouco existem interesses essencialmente opostos entre ambos, pois “quanto maior a extração de mais-valor, melhor o resultado final”<sup>144</sup> tanto para o dono da fábrica de camisetas como para o dono do banco que financia-o. Virgínia não deixa espaço para dúvidas, então, afirmando que “o sonho dourado D-D’ depende da transfusão permanente que resulta da atividade da força de trabalho, concatenada por d-m-d”<sup>145</sup> e que “o capital monetário só pode se realizar expandindo a atuação funcionante, a extração do mais-valor que o nutre”<sup>146</sup>.

142 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 26.

143 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 26.

144 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 30.

145 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 30.

146 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 35.

## II. A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

### *Parte 1: Sobreacumulação e ajustes espaço-temporais*

#### *A. Ajustes espaço-temporais como forma de resolver o problema da sobreacumulação*

Para Harvey, a necessidade de exportar capital excedente é o motor do imperialismo. As empresas dos países capitalistas desenvolvidos, ao não encontrarem mais espaço para investir o dinheiro que têm “sobrando” (dinheiro que se acumulou nas mãos das empresas após venderem bens e serviços por um valor muito maior do que o investido na produção deles) dentro de suas fronteiras, vão atrás de outras regiões que ofereçam as oportunidades lucrativas necessárias a ela, ou seja, que ofereçam possibilidades de atividades produtivas que irão gerar bens ou prestar serviços que serão comprados por consumidores. Em outras palavras, as empresas irão procurar possibilidades de investir o lucro resultante das suas atividades produtivas (o dinheiro que têm “sobrando”) no aumento do tamanho da sua produção, ao invés de consumirem todos esses lucros e manterem o tamanho da produção igual. Mas, seguindo o raciocínio de Harvey, há um momento em que uma região pode, de certa forma, esgotar suas possibilidades de investimento. Por isso, inicia-se o movimento de exportar tal capital excedente para investi-lo em novas áreas que estejam abertas para a acumulação do capital. Um exemplo ilustrativo disto seria quando uma empresa que fabrica carros nos EUA, investindo 1 milhão de dólares por ano no pagamento de salários, na manutenção / compra de máquinas e na compra de aço e outras matérias-primas para a fabricação dos automóveis, recebe com as vendas dos automóveis 3 milhões dólares, e não há mais espaço para o crescimento da produção em seu país. A partir deste quadro, pegam os dois milhões, que não gerariam lucro (ou gerariam lucros baixos) em seu país, e investem na construção de outra fábrica na China.

A tendência capitalista crônica da queda da taxa de lucro produzir crises de sobreacumulação foi apontada por Marx no século XIX e teve na crise de 1930 sua maior expressão antes da crise que vivenciamos hoje. A explicação mais corriqueira para este fenômeno é que os salários dos trabalhadores crescem a uma velocidade menor que a quantidade de mercadorias e serviços ofertados pelas empresas – ou seja, os capitalistas pagam cada vez menos seus trabalhadores, pois ao passo que aumenta a produtividade de suas fábricas em 5x, o salário dos empregados fica estagnado ou no máximo, se estiverem mobilizados na luta por maiores salários, aumenta em 2x. Se os salários crescem mais devagar que a oferta de mercadorias, há um momento

em que não existe mais demanda, pois as pessoas não tem dinheiro para comprar tudo que é produzido.

Mas não é apenas o problema da falta de demanda dos consumidores que rege as crises de sobreacumulação do capital. Em polêmica com a tese do subconsumo de Rosa Luxemburgo, Harvey argumenta como a falta de demanda é apenas um fator da sobreacumulação. Para Harvey, “o cerne da dificuldade” das empresas capitalistas face às crises se sobreacumulação é “a falta de oportunidades lucrativas”. John Bellamy Foster e Robert McChesnais, de modo próximo ao pensamento de Harvey, elaboram o argumento colocando que “níveis crescentes de capacidade produtiva inutilizada (em excesso) têm um efeito negativo nos investimentos, ao passo que corporações são naturalmente relutantes em investir em indústrias onde grande parte da capacidade produtiva está parada”<sup>147</sup>. É imperativo, pois, que maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital sejam descobertas para evitar a desvalorização<sup>148</sup>. Assim, a “expansão geográfica e a reorganização espacial” são uma opção para estas empresas encontrarem, em outras regiões, possibilidades de investimentos lucrativos para seus capitais excedentes. Este movimento oferece “um forte meio de atenuar, se não de resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo”<sup>149</sup> [grifo meu]. Nesse sentido, Harvey acredita que “a lógica capitalista do imperialismo tem de ser entendida contra esse pano de fundo de buscar 'ordenações espaço-temporais' para o problema do capital excedente”<sup>150</sup>. Cabe aqui uma citação mais comprida do seu argumento:

A ideia básica de uma ordenação temporal é bem simples. A sobreacumulação num dado sistema territorial representa uma condição de excedentes de trabalho (desemprego em elevação) e excedentes de capital (registrados como um acúmulo de mercadorias no mercado que não pode ser dissolvido sem uma perda, como capacidade produtiva ociosa e/ou como excedentes de capital monetário a que faltam oportunidades de investimento produtivo e lucrativo). Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como a educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b)<sup>151</sup>.

Os ajustes espaço-temporais são, portanto, a absorção de excedentes através do deslocamento espaço-temporal dos investimentos. Na teoria de Harvey, os deslocamentos temporais funcionam da seguinte maneira: os fluxos de capital são retirados do circuito primário, ou seja, o

147 FOSTER, John Bellamy e McCHESNAIS, Robert. **The Endless Crisis**: how Monopoly-Finance Capital produces stagnation and upheaval from the USA to China. New York: Monthly Review Press, 2012, p. 30.

148 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 78.

149 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 78.

150 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 78.

151 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 93-4.

domínio da produção e consumo imediatos, e redirigidos para o circuito secundário – investimentos em capital fixo, ou seja, em estruturas materiais (instalações fabris e equipamentos, capacidade de geração de energia, transportes) para a realização da produção de mercadorias (como a construção de parques industriais, portos e aeroportos, redes de transportes e comunicações, sistemas de água e esgoto, habitação, hospitais, escolas) ou investimentos na produção de fundos de consumo (habitação, por exemplo) – ou para o circuito terciário – investimentos em gastos sociais (por exemplo, educação e saúde) e em pesquisa e desenvolvimento (“treinamento de capacidades que são diretamente reintroduzidas na produção”)<sup>152</sup>. Tais investimentos de longo prazo (no circuito secundário e terciário) colocam o capital excedente em atividade, ao passo que não havia mais espaço para investimentos na produção de mercadorias para consumo imediato. Ou seja, os circuitos secundário e terciário absorvem temporalmente capital excedente. Um exemplo ilustrativo disto seria deslocar parte dos trabalhadores de uma mina para a construção de uma ferrovia que liga a mina aos portos (capital fixo, circuito secundário), ou investir parte do dinheiro gasto com os salários dos mineradores em gastos com salários de geólogos que pesquisam melhores formas de utilizar os minérios (pesquisa e desenvolvimento, circuito terciário).

No entanto, embora tais movimentos “aliviem, ao menos por algum tempo”<sup>153</sup>, o problema da sobreacumulação, sobreinvestimentos nos circuitos secundário e terciário também podem ocorrer, gerando “excedentes de habitação, de espaço para escritórios e de instalações fabris e portuárias (...) e capacidade excedente no sistema educacional”<sup>154</sup>, o que frequentemente pode agir também como desencadeador de crises.

A parcela que cada circuito receberá do total de investimentos “depende do papel mediador crucial das instituições do Estado e/ou financeiras em revezar o direcionamento dos fluxos de capital”. Como diz Harvey, camisas e sapatos não viram aeroportos ou institutos de pesquisa do nada. O Estado e as instituições financeiras fazem isso através da criação e oferecimento de crédito – “aquilo que se poderia denominar de capital fictício” – para ativerdes orientadas para o futuro num montante mais ou menos igual ao tamanho do excedente de capital no circuito primário<sup>155</sup>. Estado e instituições financeiras são, portanto, agentes do direcionamento dos fluxos de capital para os três circuitos do capital.

Se existem num dado território (tal como uma nação-estado ou uma região) excedentes de capital e de força de trabalho que não podem ser absorvidos internamente (seja mediante ajustes geográficos ou gastos sociais), é imperativo

152 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 94.

153 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 96.

154 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 96.

155 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 97.

enviá-los a outras plagas onde possam encontrar novos terrenos para sua realização lucrativa, evitando assim que se desvalorizem<sup>156</sup>.

Isso pode ser feito de diversas formas. A exportação de mercadorias para mercados estrangeiros em troca de dinheiro ou outras mercadorias é uma forma de aliviar a sobreacumulação a curto prazo<sup>157</sup>. Empréstimos podem ser feitos pelo país exportador ao importador para possibilitar a importação e aprisionar os últimos na “armadilha da dívida”<sup>158</sup>.

A exportação de capital e de força de trabalho excedentes (ao contrário da exportação de mercadorias excedentes) tem efeitos de prazo mais longo, pondo em movimento a acumulação do capital no novo espaço regional, acumulação que beneficiará o país investidor ao demandar dele bens e serviços. Os excedentes britânicos no século XIX enviados para os Estados Unidos, África do Sul, Austrália e Canadá, por exemplo, “geraram [nesses países] uma demanda de bens produzidos pela Inglaterra”<sup>159</sup>. Já “nos tempos recentes, a ajuda externa norte-americana tem estado quase sempre vinculada à compra de bens e serviços dos Estados Unidos, funcionando assim como uma base de apoio de facto da economia do país”<sup>160</sup>. Mas, dessa forma, ao passo que a taxa de retorno desses investimentos de longo prazo depende da “evolução de uma forte dinâmica de acumulação do país receptor”, há a contradição de o investimento acabar gerando um novo centro de acumulação potencialmente competitivo. Diz Harvey que “os novos espaços dinâmicos de acumulação do capital vão acabar por gerar excedentes e vão buscar meios de absorvê-los mediante expansões geográficas”, o Japão e a Alemanha no final dos anos 60 sendo um exemplo de novos espaços de acumulação concorrentes ao do Estados Unidos<sup>161</sup>. Tais novos centros de acumulação acabam, ao começar a gerar capitais e trabalho excedente e necessitar exportá-los para outros territórios, por sofrer da mesma forma da contradição que os investidores que impulsionaram seu crescimento sofreram, no momento em que passam a sofrer “os contragolpes advindos de suas próprias ordenações espaço-temporais”. Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura, exemplos dados por Harvey de novos centros exportadores de excedente, começam a ser suplantados pela China, que absorveu esses excedentes na forma de investimentos diretos, em muitas linhas de produção e exportação<sup>162</sup>. Segundo Harvey, o mercado chinês também cresce com grande rapidez – de 1991 a 2002, os IED's na China aumentaram de 5 bilhões para 50 bilhões de dólares, ao passo que “em tempos recentes”, as rendas urbanas se elevam 11% e as rurais 6% (ao ano) – bem como os investimentos em obras gigantescas de infraestrutura. Portanto, a absorção do capital

156 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 99.

157 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 100.

158 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 100-101.

159 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 101.

160 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 101.

161 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 102.

162 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 102.



sobreacumulado pela China estaria fazendo-a se desenvolver extremamente rápido, levando a uma possível “mudança do equilíbrio de poder econômico e político para a China como hegemon regional, e talvez quanto a situar a região asiática, sob a liderança chinesa, numa posição bem mais competitiva diante dos Estados Unidos”<sup>163</sup>.

Harvey argumenta então que **o motor do imperialismo é a necessidade de exportação dos capitais excedentes que se sobreacumulam em regiões em que as oportunidades de investimentos estão saturadas**, processo que, contraditoriamente, serve aos interesses dos exportadores bem como pode alavancar o crescimento do capitalismo na região importadora, criando um novo polo de acumulação do capital, que começará portanto a procurar regiões para exportar os seus capitais excedentes e possivelmente tornar-se um competidor ao exportador que possibilitou seu crescimento (aqui, a percepção do Harvey acerca desta contradição se assemelha à compreensão de Meiksins acerca da busca do império do capital em manter o equilíbrio entre fomentar o capital nos países dominados e ao mesmo tempo não criar possíveis competidores, argumento que apresentamos no subcapítulo anterior, na resposta de Meiksins à Bose).

Mas, segundo Harvey, há maneiras de se diminuir, ou acabar, com a necessidade de exportar capital excedente, se forem abertos novos terrenos para a acumulação do capital internos às fronteiras do país exportador. Este raciocínio acaba levando Harvey a entender o imperialismo como mais ou menos uma questão de escolha, visto que podem ser criadas novas oportunidades de investimento dentro das fronteiras de um país exportador de capital que acabaria com a necessidade de tal exportação.

*B. Reformas internas ou exportação do capital excedente: uma questão de escolha?*

Harvey desenvolve seu argumento sobre como a resistência das burguesias nacionais em investir em reformas internas é a causa dos movimentos de exportação de capitais excedentes. Ele inicia sua linha argumentativa citando a tese hegeliana de como as contradições internas da sociedade burguesa – riqueza e miséria tornando-se polos cada vez mais distantes – são solucionadas “mediante o comércio externo e práticas coloniais/imperiais”<sup>164</sup>. Em forma de complemento, Harvey traz a famosa passagem de Lenin, onde o revolucionário russo cita o argumento de Cecil Rhodes de que “o colonialismo e o imperialismo no exterior eram as únicas maneiras possíveis de evitar a guerra civil”<sup>165</sup>, ou seja, no sentido de diminuir a exploração da classe trabalhadora que batia às suas portas e compensar isto com a super-exploração dos

---

163 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 104.  
164 HEGEL. A filosofia do direito. Citado por HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 105.  
165 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 105-6.

trabalhadores do outro lado do mundo. A princípio, Harvey parece caminhar, amparando-se nesses dois argumentos, para a defesa da inevitabilidade do imperialismo no modo de produção capitalista. No entanto, seu raciocínio faz outro percurso, não negando tal inevitabilidade, mas colocando-a de uma forma um pouco diferente. Para ele, é a recusa das burguesias de absorver a sobreacumulação internamente que leva à exportação de capitais excedentes – diferentemente de Lenin, para quem a exportação de capital seria uma consequência econômica do processo de acumulação do capital.

Me parece então que Harvey trabalha com a hipótese de que, em termos econômicos, uma burguesia social-democrata poderia desenvolver o capital internamente sem mover práticas imperialistas, se politicamente os capitalistas do país não se opusessem às reformas internas. Harvey fala como, no século XIX, o inglês Joseph Chamberlain e o francês Jules Ferri, dois defensores das reformas internas na educação e da melhoria das infraestruturas físicas e sociais, passaram a ser ardentes defensores do imperialismo, “obrigados” a “recuar” frente ao “clamor de protesto lançado pelas classes proprietárias”<sup>166</sup>. A partir disto, Harvey conclui que “a conversão a uma forma liberal de imperialismo (...) não resultou de imperativos econômicos absolutos, mas da resistência política da burguesia à renúncia de quaisquer de seus privilégios e, por conseguinte, da recusa a absorver a sobreacumulação internamente por meio de reformas sociais domésticas”<sup>167</sup>. Segundo Harvey, Hobson também teria percebido isto como o “problema essencial”, e por isto se “empenhou em uma política socialdemocrata que se opusesse a ele”<sup>168</sup>. Nesse sentido, para Harvey Arendt estaria certa “em interpretar o imperialismo que surgiu no final do século XIX como 'antes o primeiro estágio do domínio político da burguesia do que o último estágio do capitalismo'”, entendendo que tal atuação no estrangeiro exigiu que “os interesses da burguesia dominassem por completo a política e o poder militar do Estado”<sup>169</sup>.

É partindo desse raciocínio que Harvey conclui que se os EUA investissem nas suas escolas e nos seus hospitais, estariam fazendo uma reforma interna que abre novos espaços para o investimento (absorção) de capital excedente, diminuindo a necessidade de exportar esses capitais, ou seja, de certa forma “atenuando” o imperialismo. Portanto, eu diria que fica mais ou menos implícita, na linha argumentativa de Harvey, a ideia da **não-necessidade do imperialismo**, a partir do momento em que ele define como o motor do imperialismo a necessidade de exportar capitais excedentes – se conseguirem, portanto, alocar tais excedente internamente, não há porque dominar regiões para além das suas fronteiras. *Segundo ele*, “Os Estados Unidos poderiam reduzir o grau de,

166 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 106.

167 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 107.

168 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 107.

169 ARENDT, Hannah. **Imperialism**. New York: Harcourt Brace Janovich, 1968, p. 32. Citada por HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 107.

se não renunciar à, sua trajetória imperialista envolvendo-se numa vasta redistribuição de riqueza dentro de suas fronteiras”, redirecionando “fluxos de capital para a produção e a renovação das infraestruturas físicas e sociais” (por exemplo, a educação pública)<sup>170</sup>.

A princípio, esse raciocínio me parece problemático. Em primeiro lugar, a exportação de capital não é necessariamente exportação de capital que está sobrando. Uma empresa estadunidense pode escolher deixar de investir no seu país para investir na China, pois lá a força de trabalho é mais barata e, portanto, os lucros são mais altos, o que não quer dizer que tal capital não pudesse ter sido investido internamente. Em segundo lugar, me parece que tudo fica muito mecanicamente determinado pelo processo econômico do capitalismo da geração de capital excedente e sobreacumulação, independentemente da ação humana no processo<sup>171</sup>. Em terceiro lugar, acho que ignora a necessidade das empresas imperialistas conseguirem matérias-primas para a fabricação de produtos base da economia, como metais para o fabrico de armas ou minérios para a construção de máquinas, os quais há muito tempo já não podem ser apenas os existentes dentro do território estadunidense<sup>172</sup>. A produção globalizada depende cada vez mais do controle da cadeia produtiva completa, espalhada ao redor do globo inteiro. E, em quarto lugar, questiono se tais ajustes espaço-temporais podem “atenuar, ou mesmo resolver” o problema da sobreacumulação ou se o agravam a nível mundial. Harvey inclusive argumenta mais a frente como as crises, por meio das ordenações espaço-temporais, são transferidas para outro lugar e outro tempo – ou seja, a sobreacumulação se agrava e não se atenua, muito menos se resolve. Vejamos o que a tradição marxista da revista “Monthly Review” (MR), que cunhou o termo sobreacumulação, tem a contribuir no debate (somados à uma colocação também pertinente de Bose).

John Smith, em sua crítica à noção de ajustes espaço-temporais, argumenta que colocar a necessidade de exportação de capital excedente como o fator central da exportação de capital é vago. Seu trabalho tem como base o conceito 'arbitragem global do trabalho', que pensa a exportação de capital dentro da lógica concorrencial do capital, onde o espaço que oferece os custos

170 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 68.

171 A ação humana parece ter validade apenas no âmbito do Estado, dentro do que Harvey chama da lógica territorial do poder (como discutiremos adiante, Harvey parece compreender os interesses capitalistas como 'imediatos', aparentemente não dando a devida atenção à ação de classe dos capitalistas, classe que pensa, planeja e age).

172 Ver MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo** [1969]. São Paulo: Editora Huicitec, 1978, p. 29-31, 48-59. “A indústria ia agora pelo mundo à procura dos materiais básicos sem os quais, em suas novas formas, não poderia existir (...) o padrão de vida dos operários e a lucratividade da indústria, nas nações europeias, passaram a depender da manutenção dos suprimentos de além-mar”. Dos 62 materiais estratégicos da indústria estadunidense para a produção de motores a jato, turbinas a gás, reatores nucleares etc. (que exigem “materiais que suportem altas temperaturas e possuam grande resistência” como o tungstênio, colúmbio, níquel, cromo, molibdênio, cobalto), “pelo menos 52 dependem 40% de fornecimento externo” (isso, em 1951!).

de produção mais baixos (no caso, a força de trabalho sendo o principal fator do custo) é para onde migrará o capital, mesmo que este não esteja 'sobrando':

de acordo com Harvey, o núcleo do capital [core capital] procura resolver suas crises de sobreacumulação através de um ajuste temporal, envolvendo a produção de 'novos espaços onde a produção capitalista possa proceder (através de investimentos infraestruturais, por exemplo), o crescimento do comércio e investimentos diretos, e a exploração de novas possibilidades para a exploração da força de trabalho'. Isso é o que Marx chamou de conceito caótico. Ao invés da deliberada vaguidão de exploração de novas possibilidades para a exploração da força de trabalho, que tal algo mais direto como intensificação da exploração do trabalho de baixos-salários? No final, a tentativa de Harvey de adicionar uma dimensão espacial à teoria marxista se desmancha porque ele negligencia a discussão das implicações espaciais dos controles de imigração, do aprofundamento da diferença salarial entre nações imperialistas e semicoloniais, da arbitragem global do trabalho”<sup>173</sup>.

Bose, em sua crítica à Meiksins, traz um argumento mais útil para lidarmos com o trabalho de Harvey do que com o de Wood. Segundo ele, ela entenderia a globalização como “um esforço para deslocar espacialmente a crise para países fora dos EUA”<sup>174</sup> e como “uma resposta à estagnação e crise enfrentada pelos EUA e pelo capital metropolitano, trazidas pelo decréscimo das margens de lucro dos investimentos feitos dentro das metrópoles”<sup>175</sup>. Para contradizer isto, ele traz Lenin<sup>176</sup> ao debate, apontando que para ele a exportação de capitais não era resultado de diminuição da taxa de lucros nas economias imperialistas, e sim estava associada às margens de lucro maiores em conjunto com a crescente concentração das forças monopolistas na indústria, sendo as disputas inter-imperialistas a competição por mercados, matérias-primas e oportunidades de investimento mais lucrativas. Concordo com o apontamento de Bose se ele for no sentido de lembrar que não é apenas a tentativa de exportar a crise que move o imperialismo, embora eu acredite que Wood e Harvey estejam certos em perceber o deslocamento da crise como um dos objetivos das exportações de capital. A questão é que Harvey parece resumir o motor do imperialismo a isso.

No manuscrito “Acumulação primitiva e imperialismo”, Harry Magdoff, de modo similar a Bose, retorna às teses do “Imperialismo” de Lenin para atacar a tese de “superprodução” como motor do imperialismo. Harvey, como vamos ver logo a seguir, também critica a redução do problema da sobreacumulação ao problema do subconsumo, mas, de todo modo, a colocação de

173 SMITH, John. **Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 201.

174 BOSE, Prasenjit. 'New' **Imperialism?** On Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.111.

175 BOSE, Prasenjit. 'New' **Imperialism?** On Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 111.

176 BOSE, Prasenjit. 'New' **Imperialism?** On Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.112.

Magdoff não deixa de ser útil para refletir sobre a noção de Harvey acerca do motor do imperialismo ser o problema da sobreacumulação. Magdoff aponta, de início, que há um trecho do livro de Lenin que poderia nos fazer pensar que a exportação de capital excedente é o que define o imperialismo: nas palavras do revolucionário russo, “a necessidade para a exportação de capital decorre do fato de que em alguns países o capitalismo tornou-se 'muito maduro' e (...) o capital não pode encontrar investimentos lucrativos”. Mas, diz Magdoff, “isto é apenas um dos elementos da sua teoria”:

Ao invés de basear sua discussão na questão do capital excedente, Lenin coloca grande ênfase sobre o papel do investimento na produção de matérias-primas, que sabemos ser o maior elemento de investimento estrangeiro no mundo subdesenvolvido. Este investimento não tem nada a ver com um excedente de capital, mas sim com o fato de as matérias-primas só serem encontradas nesses locais. O capital explora minério de ferro no Brasil, não por causa de um excesso de capitais na Europa ou na América ou no Japão, mas sim para ganhar o controle sobre estes recursos.

No “Capitalismo Monopolista” (livro que, diga-se de passagem, Harvey referencia como referência central no debate do imperialismo no pós-guerra), Barán e Sweezy apresentam raciocínio oposto ao de Harvey:

**o investimento no exterior, longe de ser um escoadouro para o excedente criado internamente, é um recurso dos mais eficientes para a transferência do excedente gerado no exterior para o país investidor.** Nessas circunstâncias, **é evidente que o investimento no exterior agrava, ao invés de ajudar a resolver, o problema de absorção do excedente**<sup>177</sup> [grifos meus].

Harvey compreende o fenômeno de modo inverso, entendendo os países pobres como “escoadouros de capitais excedentes pelos quais são considerados responsáveis”<sup>178</sup>. Para ser justo a Harvey, na passagem que cito na sequência ele procura ligar o problema da sobreacumulação com o imperativo capitalista da concorrência, atentando para a lógica concorrencial que rege o local onde o capital será investido: “impelidos pela concorrência, capitalistas individuais buscam obter vantagens competitivas no interior dessa estrutura espacial, tendendo portanto a ser atraídos ou impelidos a mudar para os locais em que os custos sejam menores ou as taxas de lucro maiores”<sup>179</sup>. No entanto, a continuação da frase diz que “o capital excedente de um lugar pode encontrar emprego noutro lugar em que as oportunidades de lucro ainda não foram exauridas”<sup>180</sup>, não deixando de trabalhar com a ideia do esgotamento das oportunidades de investimento em uma região ser necessário para ocorrer a exportação de capital.

177 BARÁN, Paul e SWEETZY, Paul. **Capitalismo monopolista** – ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1966, p. 113.

178 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 101.

179 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 83.

180 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 83.

## *Parte 2: Espoliação*

### *A. O duplo aspecto da acumulação do capital*

A definição de Rosa Luxemburgo da acumulação do capital possuir um **duplo aspecto** é a base da tese da acumulação por espoliação do Harvey. Para ela<sup>181</sup>, o primeiro aspecto da acumulação do capital “concerne ao mercado de bens e ao lugar em que é produzida a mais-valia – a fábrica, a mina a propriedade agrícola”. Este é um “processo puramente econômico”, sendo a relação capital-trabalho sua fase mais importante, onde formalmente prevalecem “a paz, a propriedade e a igualdade” (é o que Harvey chama de acumulação expandida). O segundo aspecto da acumulação do capital se refere “às relações entre o capitalismo e modos de produção não capitalistas”, onde a “política colonial”, os “empréstimos” e a “guerra” são seus “métodos predominantes”. Aqui, “exibem-se abertamente a força, a fraude, a opressão, a pilhagem, sem nenhum esforço para ocultá-las”, de modo contrário, portanto, ao disfarce que caracteriza a forma assalariada da relação capital-trabalho.

Rosa sustenta sua teoria acerca do duplo aspecto da acumulação do capital em sua tese do subconsumo, argumentando que devido ao fato dos trabalhadores produzirem muito mais valor do que aquilo que recebem na forma de salário, falta demanda para absorver o crescimento da produção, no momento em que os capitalistas também não podem dar conta de todo o consumo, pois são obrigados a reinvestir (ao menos uma parte) dos seus lucros, em vez de os consumir. Para ela, seria o comércio com formações sociais não-capitalistas que permitiria a absorção desse excedente de mercadorias; se tais sociedades não aceitarem importar tais mercadorias excedentes dos países capitalistas, terão de ser compelidas a fazê-lo pela força das armas. Diz Harvey que, embora ela não afirme isso diretamente, o “corolário” de seu argumento é que os territórios não-capitalistas têm de ser mantidos, “à força se necessário”, em condição não-capitalista, o que seria o caso, por exemplo, da colônia britânica na Índia na segunda metade do século XIX.

De acordo com Harvey, “poucos aceitariam hoje a teoria do subconsumo de Luxemburgo como explicação das crises”, sendo muito mais correta a teoria da sobreacumulação, que, como vimos acima, “identifica a falta de oportunidades de investimentos lucrativos como problema fundamental”. A falta de demanda da parte dos consumidores poder ser parte do problema da sobreacumulação; no entanto, Harvey argumenta que Rosa não atenta para o fato de que o reinvestimento na produção também gera demanda de bens de capital e outros insumos, procurando demonstrar como a sobreacumulação não está vinculada apenas à diminuição da demanda dos

---

181 LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital** [1913]. Citada por HARVEY, David. *O novo imperialismo* [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 115.

consumidores, mas à falta de oportunidades de investimento lucrativo de capital de modo mais geral. Além disso, Harvey lembra como é possível acumular mesmo com a demanda efetiva em estagnação, “se os custos dos insumos (terra, matérias-primas, insumos intermediários, força de trabalho) sofrerem um declínio acentuado”, fazendo a busca dos capitalistas por insumos mais baratos tão importante quanto a busca por mais mercados consumidores no que se refere à manutenção das oportunidades lucrativas. Por isso, de acordo com Harvey, estas sociedades não-capitalistas deveriam ser forçadas não só a abrir seus mercados para absorver produção excedente dos países capitalistas, mas também a “permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas mais baratas, terra de baixo custo e assim por diante”<sup>182</sup>.

A partir disto, Harvey ataca a defesa de Rosa acerca da necessidade de sistemas econômicos não-capitalistas para o funcionamento do capitalismo global, se aproximando da argumentação de Meiksins (como vimos no subcapítulo anterior) acerca do fenômeno da “universalização do capitalismo”, processo ainda não concretizado nos tempos de Rosa, quando formas não-capitalistas de produção ainda ocupavam grande espaço do globo. Rosa, em uma passagem da “Acumulação do capital”, afirma que o “capitalismo é o primeiro modo de economia (...) incapaz de existir por si mesmo, precisando de outros sistemas econômicos como meio e base”<sup>183</sup>. Para ela, a realização de mais-valor “se encontra ligada, de antemão, a produtores e consumidores não capitalistas”<sup>184</sup>. Pelo contrário, Harvey diz que “o ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos” [grifo meu]. Neste ponto, Harvey aproxima-se muito do argumento de Meiksins, por exemplo quando afirma que “a partir do final do século XIX, os Estados Unidos aprenderam gradualmente a mascarar o caráter explícito das conquistas e ocupações territoriais sob a capa de uma universalização não espacial de seus próprios valores”, o que acabaria por culminar na retórica da 'globalização'<sup>185</sup>. Mesmo que tenham havido “momentos episódicos em que a expansão geográfica parecia economicamente essencial”, os EUA optaram por expandir seu império, na maioria dos casos, mantendo a independência política dos países que dominava. Harvey apresenta como um dos motivos para isso, além da forma interna de racismo para com os negros e povos autóctones que “evitou a tentação de absorver territórios” (México e Caribe), o fato dos EUA terem encontrado na

182 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 117.

183 LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Citada por SMITH, John. **Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 227.

184 LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985, p. 251. Citada por FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 71.

185 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 47.

América do Sul “repúblicas que, tal como eles, se haviam libertado do jugo colonial por meio de guerras de independência”, o que os forçou a “elaborar formas de dominação imperial que, respeitando nominalmente a independência desses países, os dominasse por meio de alguma combinação de relações comerciais privilegiadas, patronato, clientelismo e coerção encoberta”<sup>186</sup>. Deste modo, “a ampliação territorial estava descartada” pelos EUA no pós-guerra. Segundo Harvey, “os Estados Unidos buscaram ocultar a ambição imperial num universalismo abstrato. Como observa Neil Smith, o efeito foi a total negação da importância do território e da geografia na articulação do poder imperial”. A ideia de 'século americano' (ao invés de 'império americano') proferida por Henry Luce, representa como o “poder conferido era antes global e universal do que territorialmente específico”<sup>187</sup>. Aproximando-se ainda mais da interpretação de Wood – e indo de encontro à defesa de Bose sobre o papel da colonização da Índia para o florescimento do capitalismo britânico que discutimos no subcapítulo anterior – ele afirma por fim como as repressões coloniais do tipo da inglesa sobre a Índia foram “um tiro no próprio pé”, acarretado pelo medo da Inglaterra de criar uma economia competidora na Índia, o que “frustrou” “as possibilidades de ordenações espaço-temporais na região”. Para ele, a “dinâmica aberta da economia atlântica favoreceu muito mais a Inglaterra” do que a colonização da Índia: embora tenha servido para extrair excedentes dos produtores indianos, ela “nunca funcionou como campo importante para semear o capital excedente britânico”<sup>188</sup>.

**B. A produção de novas externalidades ou a “repetição do pecado original do simples roubo”**

No entanto, após fazer esta crítica, Harvey propõe que há algo de útil na ideia de que “o capitalismo tem de dispor perpetuamente de algo 'fora de si mesmo' para estabilizar-se”. Cita, como exemplo disto, a criação do exército de reserva de trabalhadores, que joga para baixo o preço da força de trabalho ao manter parcela da classe trabalhadora desempregada e miserável, pronta para se submeter às condições de trabalho mais exaustivas e aos salários mais baixos, criando uma enorme oferta de mão de obra. Para ele, esses trabalhadores seriam algo fora do capitalismo (embora pareça estranho pensar os desempregados, tendo em vista o papel que cumprem para o rebaixamento dos salários, como externos à economia capitalista). Mas, seguindo seu raciocínio, o capitalismo pode tanto usar algum exterior preexistente, como pode “produzi-lo ativamente”<sup>189</sup>. Exemplificando, o capital pode tanto “se apropriar de 'reservas latentes' de um campesinato”, transformando camponeses em proletários (o caso clássico de acumulação primitiva: cercamentos e

186 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 47.

187 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 49.

188 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 117.

189 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 118.



expulsão dos camponeses de suas terras), como pode induzir o desemprego, utilizando “seus poderes de mudança tecnológica e investimento”<sup>190</sup>, ou seja, produzir, a partir de seu interior, “algo fora de si mesmo”, no caso, um exército industrial de reserva.

É esta **produção de “externalidades”**, esta “dialética 'interior-exterior'”, que Harvey chamou de “acumulação por espoliação”. Para ele, “o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação”. Esses ativos podem ser, como colocamos, a força de trabalho, como também podem ser “terra nua ou novas fontes de matérias primas”<sup>191</sup>. A acumulação por espoliação seria, portanto, a **liberalização forçada destes ativos para a compra (ou, em alguns casos, para a pura apropriação sem pagamento) pelos detentores de capital excedente, que poderão então dar um uso lucrativo para tal capital sobreacumulado**<sup>192</sup>. A lógica da acumulação por espoliação segue a mesma linha, portanto, da acumulação primitiva descrita por Marx. No entanto, a especificidade dela é dar conta de alocar lucrativamente capital excedente num momento em que a produção capitalista por reprodução expandida passa por uma crise econômica.

Harvey traz a análise de Arendt sobre como as depressões nos anos de 1860 e 1870 na Inglaterra geraram uma nova forma, espoliativa, de imperialismo, para embasar sua tese. Segundo ela, a crise econômica de sobreacumulação do capital dos anos 60 e 70 do século XIX trouxe o surgimento do “dinheiro supérfluo”, resultado do excesso de entesouramento, o qual “não podia encontrar investimentos produtivos dentro das fronteiras nacionais”. Isto levou à exportação deste dinheiro, configurando um quadro em que “investimentos não controlados em países distantes ameaçavam (...) transformar a economia capitalista de um sistema de produção num sistema de especulação financeira e substituir os lucros da produção pelos lucros das comissões”, a “especulação fraudulenta” ganhando um espaço que jamais havia tido no capitalismo<sup>193</sup>. Harvey vê um paralelo deste cenário com os anos 80 e 90 do século XX, onde, a partir da crise de 70, os burgueses perceberam, como já havia acontecido, segundo Arendt, em 1860/70, que “o pecado original do simples roubo, que séculos antes tornara possível a acumulação do capital (...) tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente”<sup>194</sup>. Ao ver de Arendt, portanto, a acumulação primitiva continua a ser uma importante força para a acumulação do capital; Harvey, dessa forma, por achar “estranho qualificar de 'original' ou 'primitivo' um processo

190 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 118.

191 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 119.

192 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 124.

193 ARENDT, Hannah. **Imperialism**. New York: Harcourt Brace Janovich, 1968, p. 15. Citada por HARVEY, David. *O novo imperialismo* [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 119.

194 ARENDT, Hannah. **Imperialism**. New York: Harcourt Brace Janovich, 1968, p. 28. Citada por HARVEY, David. *O novo imperialismo* [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 119.

em andamento”, prefere cunhá-lo de acumulação por espoliação<sup>195</sup>. Segundo Arendt e Harvey, Marx entenderia a acumulação primitiva como um processo que já ocorreu, datado em um período histórico determinado, e que abriu o caminho para a acumulação por reprodução expandida, que opera agora “em condições de paz, propriedade e igualdade”. Diz Harvey que a teoria geral da acumulação do capital de Marx está baseada em duas etapas históricas distintas: uma primeira, a da acumulação “primitiva” ou “original”, baseada principalmente no roubo e na expropriação (da terra dos camponeses pelos “landlords”, por exemplo) e a subsequente “forma de reprodução expandida”, onde o sistema capitalista já está estabelecido: há “mercados competitivos de livre funcionamento com arranjos institucionais de propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade de contrato e estruturas legais e governamentais apropriadas”, as quais são “garantidas por um Estado 'facilitador' que também garante a integridade da moeda como estoque de valor e meio de circulação”<sup>196</sup>. **Segundo Harvey, a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e na violência faria, para Marx, parte do passado** ou, no caso de Rosa, faria parte de alguma forma exterior ao capitalismo<sup>197</sup>.

Como veremos a seguir, no espaço dedicado à crítica de Virgínia Fontes ao conceito de espoliação<sup>198</sup>, a marxista brasileira apresenta evidências, trazendo trechos do “Capital”, de como essa interpretação de Marx está equivocada: para ela, as teses marxianas viam a importância constante da expropriação contínua como motor da reprodução expandida. E, de toda forma, Harvey não seria o primeiro a apontar para a permanência da violência e do saque no capitalismo: Paul Barán e Paul Sweezy, por exemplo, argumentam como “a acumulação primitiva se faz através da violência e do saque, e os mesmos métodos continuam sendo diariamente usados em todas as colônias e semicolônias dependentes do capitalismo”<sup>199</sup>.

Robert Brenner também acha “difícil entender por que Harvey crê que Marx tenha sido reticente em admitir isso” (que a acumulação primitiva permanece ativa ao longo do desenvolvimento do capitalismo)<sup>200</sup>. Meiksins, em sua crítica, segue a mesma linha de Fontes e Brenner. Para ela, a concepção de acumulação primitiva de Harvey se aproxima muito mais da de Adam Smith do que da de Marx, a partir do momento em que o conceito do geógrafo dá mais ênfase à concentração de riquezas do que à transformação das relações sociais de propriedade<sup>201</sup>.

195 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 121.

196 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 120.

197 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 120.

198 Ver p. 69-70, ponto “F” desta parte, “Espoliação ou expropriação?”

199 SWEEZY, Paul; BARAN, Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966, p. 333.

200 BRENNER, Robert. **What is, and what is not, imperialism?** London: Revista Historical Materialism v.14, n.4, 2006, p. 97.

201 Sobre a concepção de Harvey acerca das origens do capitalismo, ver ponto “D” desta parte, “A origem do capitalismo”.

Para Meiksins, “Marx insiste que nenhum volume de acumulação (...) vai por si só dar origem ao capitalismo”. Na visão marxiana, “capital não é apenas qualquer tipo de riqueza, mas uma relação social específica”. Meiksins prossegue argumentando que, sem dúvida, “alguma concentração de riqueza é necessária”, mas para Marx “a pré-condição essencial do capitalismo é uma transformação das relações sociais de propriedade”, a qual “põe em movimento “imperativos particulares de concorrência, maximização de lucros, compulsão para reinvestir excedentes, bem como a necessidade de aumentar a produtividade do trabalho com o desenvolvimento das forças produtivas”. A análise de Marx contrasta, pois, com a leitura dos economistas políticos clássicos, como Adam Smith, que “sugerem que o capitalismo (...) surge quando uma massa crítica de riquezas é acumulada, possibilitando o investimento”. É justamente para se diferenciar dessa ideia que Marx fala da “assim chamada” acumulação primitiva. Afinal de contas, se o capitalismo fosse resultado de um determinado acúmulo de riquezas e não da transformação das relações sociais de propriedade, não teria sido a Inglaterra o berço do capital, e sim a Espanha<sup>202</sup>. Harry Magdoff, em seu já citado manuscrito “Acumulação primitiva e imperialismo”, faz a mesma leitura da obra de Marx feita por Meiksins: para ele, “o problema para o capitalista de carne e osso não é simplesmente uma questão de ter dinheiro suficiente para investir, mas sim a necessidade de uma taxa de lucro. Ele precisa de algo que o excite, o estimule”. A origem do capitalismo teria sua base, pois, em uma “mudança econômica e psicológica na sociedade”<sup>203</sup>, ou seja, na transformação das relações sociais de propriedade, e não simplesmente na acumulação de riquezas.

Antes, porém, de adentrarmos mais neste debate ao trazer a crítica de Fontes em relação a este aspecto, terminemos de apresentar o que Harvey entende exatamente por espoliação.

### C. Os mecanismos de espoliação

Segundo Harvey, a liberalização de ativos promovida pela acumulação por espoliação é operada por mecanismos já identificados por Marx em sua descrição da acumulação primitiva – todos os quais “permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias”<sup>204</sup>, alguns deles “aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado”<sup>205</sup> – como também por “mecanismos inteiramente novos”<sup>206</sup>. Harvey cita 8 características da acumulação primitiva identificadas por Marx:

202 WOOD, Ellen Meiksins. **Logics of power**: a conversation with David Harvey. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2007, p. 19-20.

203 MAGDOFF, Harry. **Primitive Accumulation and Imperialism**. New York: Revista Monthly Review v.67, n.5, 2013.

204 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 121.

205 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 122.

206 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 123.

1) a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; 2) a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; 3) a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; 4) a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones [nativas]) de produção e de consumo; 5) processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); 6) a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; 7) o comércio de escravos; 8) e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito” [Harvey não numera os itens – a numeração foi adicionada por mim para facilitar a análise]<sup>207</sup>.

Essa classificação demonstra como o conceito do Harvey dá conta, como ele próprio diz, de uma “ampla gama de processos”<sup>208</sup>, indo da imposição da propriedade privada (1, 2 e 3) até a supressão de formas alternativas de produção e consumo (4), apropriação imperial (5), trocas monetárias, taxação (6) comércio de escravos (7) e práticas usurárias, dívidas e o sistema de crédito (8) (como veremos na sequência, a abrangência do conceito é um dos principais pontos atacados pela crítica). Harvey traz como exemplos da permanência destas características a aceleração da expulsão dos camponeses no México e na Índia de 1970-2000, a privatização de recursos antes partilhados como a água, a supressão da fabricação de mercadorias de fabricação caseira, a privatização de indústrias nacionalizadas, a substituição da agricultura familiar pelo agronegócio e a escravidão ainda existente, particularmente no comércio sexual<sup>209</sup>. O **capital financeiro e seu sistema de crédito** é o mecanismo que mais foi aprimorado desde os tempos de Marx, configurando-se “em épocas recentes” como “a vanguarda da acumulação por espoliação”, sendo suas características “predação, fraude e roubo”. Exemplos do estilo “especulativo e predatório” da “onda de financialização (...) que se estabeleceu a partir de 1973” são a “valorização fraudulenta de ações”, “falsos esquemas de enriquecimento imediato” (como as promoções bursáteis e os esquemas de ponzi<sup>210</sup>), o uso da inflação para destruir ativos bem como a dilapidação destes por fusões e aquisições, o aprisionamento pela dívida, a “fraude corporativa” e o “desvio de fundos”. Harvey cita como exemplo o colapso da Enron, empresa estadunidense de energia que simulou enormes crescimentos, para – depois que seus grandes executivos vendessem ações super inflacionadas – declarar falência, levando ao não pagamento dos credores que haviam investido ou

207 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 121. Ver também HARVEY, David. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação**. Biblioteca da CLACSO, p. 109. Publicado originalmente em *The Socialist Register*, v.40 (The new imperial challenge), 2004.

208 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 121.

209 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 121.

210 HARVEY, David. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação**. Biblioteca da CLACSO, p. 109-10. Publicado originalmente em *The Socialist Register*, v.40 (The new imperial challenge), 2004. Harvey não os cita no “Novo Imperialismo”, mas em “Neoliberalismo: história e implicações” fala dos esquemas de Ponzi na p. 174, que são pirâmides de investimentos onde os investidores iniciais são pagos com o dinheiro investido pelos últimos que entraram na pirâmide, os quais serão pagos pelos próximos que investirão... obviamente, tal esquema é programado para estourar.

emprestado dinheiro para a Enron (os executivos que lucraram com as vendas das ações a preços altíssimos roubaram, de maneira abertamente fraudulenta, o dinheiro dos credores<sup>211</sup>). Leda Maria Paulani<sup>212</sup>, ao abordar o conceito de Harvey, aponta as privatizações realizadas pelo governo FHC como exemplo concreto de espoliação, colocando como muitas vezes os “compradores” (que, no processo de privatização, se apossaram das ações estatais a preços baixíssimos) foram ainda por cima financiados pelo BNDES a juros subsidiados (de menores taxas, pois o governo cobre parte dos juros), e por vezes tais empréstimos nem foram pagos, como foi o caso da Eletropaulo/Enron, que deixou dívidas com o BNDES após ir à falência. Harvey fala também da especulação realizada pelos “fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro” sobre economias de moedas mais fracas como outra forma da financialização espoliar<sup>213</sup>. A “venda predatória” nos mercados de habitação é ainda outro exemplo claro de espoliação por atividade fraudulenta, onde uma residência em péssimas condições é comprada a preço baixíssimo, tapeada e vendida e um valor muito mais alto a uma família que sonha com a casa própria e é ajudada por um financiamento hipotecário conseguido pelo vendedor, que na maioria dos casos consegue reaver a casa pois a família não consegue pagar as parcelas e os graves problemas de manutenção que surgem<sup>214</sup>.

A contribuição mais original do conceito de Harvey, todavia, está na definição das novas formas de acumulação por espoliação. Ele aponta como o processo de patenteamento e o licenciamento de materiais genéticos, do plasma de sementes, etc. são espoliação direta das populações cujas práticas geraram tais materiais. O acordo TRIPS (acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade Intelectual relacionados ao comércio), firmado na OMC em 1994, demonstra a ênfase crescente dada pelo capital aos **direitos de propriedade intelectual**. A “transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual” caracteriza essa nova espoliação: a indústria da música é um exemplo dessa apropriação cultural. A privatização de bens comuns, “até pouco tempo públicos”, como as universidades, a água e “utilidades públicas de todos os gêneros” fazem parte dessa nova onda de expropriações. Harvey atenta para como os ataques do neoliberalismo, ao devolverem para o domínio privado os direitos comuns de propriedade conquistados com duras lutas de classe, como aposentadoria, bem-estar social e saúde pública, são outro ponto central da espoliação<sup>215</sup>.

211 Ver matéria da BBC sobre a Enron: [http://www.bbc.com/portuguese/economia/020128\\_esp\\_eronqa.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/economia/020128_esp_eronqa.shtml).

212 PAULANI, Leda Maria. **Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil**. Em RIZEK, Cibele; BRAGA, Ruy e OLIVEIRA, Francisco. *Hegemonia às Avessas*. Boitempo Editorial, 2010, p. 131-2.

213 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 123.

214 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 126-7.

215 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 123.

Assim, Harvey identifica aqui 4 principais novos mecanismos: 1) criação de direitos de propriedade intelectual (o TRIPS, por exemplo), como patentes e licenças de materiais genéticos e de plasma de sementes; 2) depredação dos bens ambientais globais (terra, ar, água) e a transformação da natureza em mercadoria; 3) mercantilização das formas culturais, por exemplo a desempenhada pela indústria da música; 4) privatização de ativos e serviços públicos, como as universidades e a água<sup>216</sup>. Em seu livro “O Neoliberalismo: história e implicações”, Harvey reescreve sua conceituação da acumulação por espoliação, repetindo as 8 práticas descritas por Marx, mantendo a análise em que o sistema de crédito é apontado como “o aspecto mais devastador de todos” bem como da importância do Estado para o decorrer destes processos; e resume os 4 novos mecanismos de espoliação apontados no “Novo imperialismo” em patenteamento de direitos de propriedade intelectual e privatização de direitos de propriedade comum (seguro, férias, educação, saúde). Depois, define “privatização e mercadificação”, “financiarização”, “administração e manipulação de crises” e “redistribuições via Estado” como as quatro características principais da acumulação por espoliação<sup>217</sup>.

A outra forma de atingir o objetivo de dar um uso lucrativo para o capital sobreacumulado é através da **desvalorização de ativos** existentes<sup>218</sup>. Criam-se **crises**, acompanhadas de programas de austeridade que joguem os preços das empresas lá embaixo, para gerar um estoque de ativos subvalorizados “que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares”<sup>219</sup>. Submeter o sistema de crédito a apertos é uma forma de acabar com a liquidez das empresas e levá-las à falência, fazendo os proprietários transferirem seus ativos a preços bem baixos a capitalistas que dispõe de liquidez para assumi-los<sup>220</sup>. A transferência das propriedades domésticas para proprietários estrangeiros realizada durante a crise asiática de 1997-1998 que Wade e Veneroso analisam é apontada como exemplo por Harvey<sup>221</sup>. A partir da observação deste mecanismo de desvalorização de ativos via crises, Harvey faz uma analogia da desvalorização e tirada de circulação dos ativos com a criação do exército de reserva de trabalhadores, argumentando que em ambos os casos, o capital cria seu próprio “outro” com o qual se alimenta. Da mesma forma como os desempregados, os ativos desvalorizados por crises

216 HARVEY, David. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação**. Biblioteca da CLACSO, p. 110. Publicado originalmente em *The Socialist Register*, v.40 (The new imperial challenge), 2004.

217 HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 172-8.

218 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 124.

219 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 124-5.

220 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 129.

221 WADE, R. e VENEROSO, F. **The asian crisis: the high debt model versus the Wall-Street-Treasury-IMF complex**. *New Left Review*, n. 228, 1998, p. 3-23 citados por HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 125.

orquestradas “ficam esvaziados e adormecidos até que o capital excedente faça uso deles a fim de dar nova vida à acumulação do capital”<sup>222</sup>.

O caso da abertura dos países ex-comunistas ao capital são outro exemplo de espoliação total, onde uma massa gigantesca de ativos – os quais estavam longe das mãos dos capitalistas ao estarem sob o controle daqueles estados – foi reapropriada pelos capitalistas. A “terapia de choque” movida pelas potências capitalistas e instituições internacionais na Rússia e na China que se abriam ao capital levaram ao fechamento ou privatização de inúmeras empresas estatais, “acabando com obrigações de bem-estar social e de pagamento de aposentadorias e criando um grande reservatório de trabalhadores desempregados”<sup>223</sup>.

A **privatização** é então apontada por Harvey como a principal ferramenta da acumulação por espoliação. O neoliberalismo, tendo como seu mantra as privatizações e a liberalização do mercado, representou a ascensão da acumulação por espoliação, transformando no objetivo central das políticas dos Estados ao redor do globo o processo de “expropriar propriedades comuns”<sup>224</sup>. A privatização das habitações sociais e de serviços como água, telecomunicações, energia e transporte realizadas pelo governo Thatcher forma o pontapé inicial de uma política global de expropriações movidas pelos Estados neoliberais. A privatização da água promovida pelo Banco Mundial na África do Sul pós-apartheid, as privatizações de serviços na Argentina e a privatização dos “ejidos” (comunidades agrícolas autossuficientes) no México são exemplos do alastramento das espoliações pelo mundo<sup>225</sup>. Nas palavras do autor, “a privatização (...) tem aberto (...) amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado”<sup>226</sup>.

Retomando, Harvey aponta duas formas pelas quais **a espoliação libera ativos para o capital sobreacumulado**: 1) a abertura de novas áreas ao desenvolvimento capitalista, tanto de novos territórios (como a abertura dos países ex-comunistas ao mercado do capital) como de novas áreas da produção e consumo ou que antes não eram exploradas pelo capital (como a 'natureza', com o patenteamento de material genético e substâncias de plantas), ou que estavam em mãos do público após terem sido conquistadas por duras lutas de classes, sendo a privatização o “braço armado”<sup>227</sup> deste segundo caso; e 2) a desvalorização de ativos já existentes, geralmente gerada por uma crise orquestrada, a qual oferece ativos a preço de banana de bandeja para o capital sobreacumulado ser investido em novos campos de acumulação. O Estado desempenha uma função central no processo da espoliação, “antes de tudo promovendo esquemas de privatização e cortes de

222 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 126.

223 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 127.

224 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 130.

225 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 131-2.

226 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 124.

227 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 130.

gastos públicos”<sup>228</sup>. E a financialização é (como também argumenta Chesnais) característica central do novo imperialismo, sendo “um dos principais centros de atividade redistributiva por meio da especulação, da predação, da fraude e da roubalheira”, o que teria sido possibilitado pela desregulação do sistema financeiro<sup>229</sup>.

#### *D. A origem do capitalismo e sua especificidade*

Harvey, ao defender que é a incapacidade da acumulação por reprodução expandida – a chamada “estagnação” – que gera a acentuação do imperialismo (ao levar à exportação dos capitais excedentes, o que ele chama de “ajustes espaço-temporais”), compreende o novo imperialismo primordialmente como um processo de espoliação – como ele próprio diz, “essa é a marca do novo imperialismo”<sup>230</sup>. Para Meiksins, isto faz com que não haja “nenhuma concepção da especificidade do capitalismo” na análise de Harvey<sup>231</sup>. A autora retorna à raiz do argumento de Harvey – o duplo caráter da acumulação do capital apontado por Rosa – para dizer que é “certamente correto fazer a distinção entre processos de acumulação puramente econômicos e acumulação pelos meios extra-econômicos da força e da fraude; o problema da formulação de Luxemburgo é a sugestão de que o imperialismo pertenceria apenas ao segundo aspecto”<sup>232</sup>. Dessa forma, Meiksins fica com a impressão de que o conceito de Harvey “acumulação por espoliação parece ser menos sobre a criação ou manutenção de relações sociais de propriedade que geram compulsões de mercado do que sobre a redistribuição de ativos para possibilitar investimentos”<sup>233</sup>. Para deixar nítido, Meiksins diz como o “roubo, fraude e violência continuam. Mas o que possibilita o capital a explorar economias ao redor do globo (...) é a subordinação de cada vez mais esferas da vida humana, em todo lugar, à dependência do mercado”<sup>234</sup>.

228 HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 176.

229 HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 173-4.

230 HARVEY, David. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação**. Biblioteca da CLACSO, p. 96. Publicado originalmente em *The Socialist Register*, v.40 (The new imperial challenge), 2004. Em HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 62, Harvey afirma que “aquilo que denomino 'acumulação via espoliação' tornou-se uma característica bem mais central no âmbito do capitalismo global”.

231 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: *Revista Historical Materialism*, v.15, n.3, 2007, p. 145.

232 WOOD, Ellen Meiksins. **Logics of power: a conversation with David Harvey**. London: *Revista Historical Materialism*, v.14, n.4, 2007, p. 22. Meiksins acrescenta como “essa formulação pode não refletir acuradamente o entendimento de Rosa sobre o imperialismo capitalista, visto que ela certamente compreendia os meios pelos quais o capital conseguia, mesmo naqueles tempos, impor sua dominação no plano internacional através de meios puramente econômicos”.

233 WOOD, Ellen Meiksins. **Logics of power: a conversation with David Harvey**. London: *Revista Historical Materialism* v.14, n.4, 2006, p. 23.

234 WOOD, Ellen Meiksins. **Logics of power: a conversation with David Harvey**. London: *Revista Historical Materialism* v.14, n.4, 2006, p. 21.



Harvey, em sua crítica ao trabalho de Meiksins, escreve que “o capitalismo surgiu dos excedentes pilhados por grupos de comerciantes e mercadores que pilharam o resto do mundo do século XVI em diante”; tais excedentes não foram absorvidos produtivamente até o aparecimento, no século XVIII, das formas agrárias e industriais de capitalismo na Inglaterra. Para Meiksins, a análise de Harvey compreende a transformação das relações sociais – o ponto central da definição da autora sobre a origem do capitalismo – mais como um resultado dessa absorção dos excedentes pilhados nas colônias do que como causa do surgimento do capitalismo<sup>235</sup>. Para Wood, essa passagem deixa nítido que Harvey partilha da concepção de que “o capitalismo é apenas um desenvolvimento quantitativo de práticas seculares de comércio” ou “apenas o produto da riqueza acumulada e não o resultado de uma transformação social peculiar”<sup>236</sup>. Para ela, a análise de Harvey não apenas aponta essa acumulação como necessária para o surgimento do capitalismo, mas a qualifica como *essencial*. Sem dúvida, diz ela, “ninguém pode negar que a origem do capitalismo pressupõe a preexistência de uma rede comercial (não capitalista)”, mas a questão essencial, ao menos nas teses marxianas, não é a acumulação de riqueza que permita o reinvestimento interminável, mas sim a forma das relações sociais de propriedade em que ocorre a apropriação do mais-valor<sup>237</sup>, ou seja, Meiksins insiste na centralidade da relação capital-trabalho para o capitalismo contemporâneo e na importância da base desta relação social, a separação do político e do econômico.

Em relação a isso, Harvey argumenta que a distinção feita por Meiksins entre os poderes econômico e extra-econômico “a leva a uma séria má compreensão da acumulação por espoliação”. Meiksins se equivocaria ao entender a espoliação como uma manifestação do poder extra-econômico, ao passo que “eu entendo”, diz ele, que “a espoliação é realizada principalmente através de mecanismos econômicos, como o sistema de crédito e o poder financeiro”<sup>238</sup>.

O argumento de Sam Ashman e Alex Callinicos corroboram, neste ponto, com a ideia de Meiksins, ao passo que “discordam” “do suporte dado por Harvey à ideia de que o capitalismo avançado – e especialmente o estadunidense – é hoje predominantemente predatório”, bem como não parecem concordar com a forma que Harvey vê a relação entre os dois lados do “duplo caráter do capital”: segundo eles, o autor “insiste na distinção entre reprodução expandida e acumulação

235 HARVEY, David. **In what ways is the new imperialism really new?** London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 61-2.

236 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics.** London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 145.

237 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics.** London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 146.

238 HARVEY, David. **Comment on commentaries.** London: Revista Historical Materialism v.14, n.4, 2006, p. 159.

por espoliação”<sup>239</sup>. Para eles, “o capitalismo contemporâneo continua a derivar seus lucros da exploração do trabalho assalariado”<sup>240</sup>.

### *E. Financeirização como resultado do decrescimento na produção*

Agora que apresentamos as análises de Harvey sobre o papel dos ajustes espaço-temporais para resolver o problema crônico da sobreacumulação, sua reformulação da tese da acumulação primitiva de Marx e a crítica de Meiksins à concepção de Harvey acerca do imperialismo capitalista, podemos retomar o foco para o debate sobre o papel das finanças neste processo (debate que iniciamos anteriormente dialogando com os argumentos de François Chesnais e Virgínia Fontes), abordando mais detalhadamente como Harvey entende este processo da “financeirização”.

No “Espaços de esperança”, livro que escreveu em 2000 (3 anos antes do “Novo imperialismo”), Harvey argumenta que a desregulação financeira que cresceu nos EUA durante o início dos anos 70 começou como uma “resposta à estagflação” (alta inflação persistente combinada à altas taxas de desemprego e demanda estagnada) que ocorria no interior do país. Aqui, o autor interpreta a financeirização como um processo não-controlado, “menos uma estratégia deliberada planejada pelo capital do que uma concessão à realidade”<sup>241</sup>. A financeirização significou também o fim do sistema global de Bretton Woods, um “sistema hierarquizado e largamente controlado pelos Estados Unidos”, o qual deu lugar a outro sistema global “mais descentralizado”, “coordenado através do mercado” e “que fez as condições financeiras do capitalismo muito mais voláteis”<sup>242</sup>.

A percepção do surgimento de uma onda de financeirização faz parte de grande parte da literatura sobre a globalização; como vimos, Chesnais é um dos seus grandes promotores, defendendo que esta onda ganhou força a partir dos anos 80. Outro exemplo é o historiador australiano Humphrey McQueen, para quem “o processo de integração global da produção iniciado nos anos 70 impulsionou um processo de desregulação financeira, para facilitar a transferência de fundos de investimento e o refluxo de lucros”<sup>243</sup>, o que levou ao “aumento do poder do capital financeiro em comparação ao capital produtivo”<sup>244</sup>.

239 ASHMAN, Sam e CALLINICOS, Alex. **Capital Accumulation and the State System**: assessing David Harvey’s ‘The New Imperialism’. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2006, p. 118.

240 ASHMAN, Sam e CALLINICOS, Alex. **Capital Accumulation and the State System**: assessing David Harvey’s ‘The New Imperialism’. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2006, p. 108.

241 HARVEY, David. **Spaces of Hope**. Edinburgh (Escócia): Edinburgh University Press, 2000, p. 61.

242 HARVEY, David. **Spaces of Hope**. Edinburgh (Escócia): Edinburgh University Press, 2000, p. 61.

243 McQUEEN, Humphrey. **What Happened in Globalization?** Journal of Australian Political Economy, v.51, 2003, p. 106. Citado por NOONAN, Murray. Marxists theories of imperialism: evolution of a concept. p. 107.

244 McQUEEN, Humphrey. **What Happened in Globalization?** Journal of Australian Political Economy, v.51, 2003, p. 106. Citado por NOONAN, Murray. Marxists theories of imperialism: evolution of a concept. p. 108.

Para Harvey, a acumulação por espoliação se acentuou a partir de 1973 “em parte” como uma “compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida”<sup>245</sup> (a “abertura de novos territórios ao desenvolvimento capitalista” sendo o outro fator, menos importante)<sup>246</sup>. Harvey diz que na hegemonia estadunidense pós-45 “foi produzido um sólido crescimento com a reprodução ampliada no mundo capitalista”, ficando a acumulação por espoliação “relativamente silenciada” – mas “esse sistema foi quebrado ao redor dos anos 70”<sup>247</sup>. No trecho a seguir, fica mais nítido como Harvey entende a espoliação como um resultado da diminuição da 'acumulação por reprodução expandida':

Desde os anos 70, o capitalismo global experimentou um problema crônico e duradouro de sobreacumulação (...) a incapacidade de acumular através da reprodução ampliada sobre uma base sustentável foi acompanhada por crescentes tentativas de acumular mediante a espoliação. Esta, segundo minha conclusão, é a marca do que alguns chamam “o novo imperialismo”<sup>248</sup>.

Harvey se pergunta “o que teria acontecido com o capital sobreacumulado nos últimos 30 anos sem a abertura de novos terrenos de acumulação?”<sup>249</sup>. Retomando o exemplo já citado de Joseph Chamberlain, ele lembra como sua conversão à lógica imperialista “surgiu da incapacidade de descobrir soluções internas para o crônico problema da sobreacumulação do capital”<sup>250</sup>, problema que voltou a assolar o capital a partir da década de 70 quando, da mesma forma, o decrescimento da reprodução expandida não foi enfrentado com reformas internas, mas sim com espoliações. Nas palavras de Harvey, “o bloqueio das reformas internas e dos investimentos infraestruturais pela configuração dos interesses de classe nesses anos [últimas 3 décadas] também teve um papel crucial na conversão da política norte-americana a uma adoção cada vez mais declarada do imperialismo”<sup>251</sup>. Para ele, a espoliação “se acelera quando ocorrem crises de sobreacumulação na reprodução ampliada, quando parece não haver outra saída a não ser a desvalorização”<sup>252</sup>. Na seguinte passagem, a compreensão de Harvey acerca do crescimento da espoliação resultar da diminuição da acumulação por reprodução expandida fica nítida:

No nível internacional, o capital financeiro mostrou-se cada vez mais volátil e predatório, vários surtos de desvalorização e destruição de capital viviam a ocorrer (em geral, pelas boas graças dos programas de ajuste estrutural do FMI) como

245 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 129.

246 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 129.

247 HARVEY, David. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação**. Biblioteca da CLACSO, p. 96. Publicado originalmente em *The Socialist Register*, v.40 (The new imperial challenge), 2004.

248 HARVEY, David. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação**. Biblioteca da CLACSO, p. 96. Publicado originalmente em *The Socialist Register*, v.40 (The new imperial challenge), 2004.

249 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 124.

250 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 147.

251 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 147.

252 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 147.

antídoto para a incapacidade de manter a fluidez de acumulação do capital por meio da reprodução expandida”<sup>253</sup> [grifo meu].

**A espoliação, tendo as finanças em sua vanguarda, é entendida por Harvey como resultado da incapacidade de acumular via reprodução expandida.**

Outro momento em que podemos perceber na análise de Harvey uma oposição entre produção e finanças, ou entre reprodução expandida e acumulação por espoliação, é quando argumenta que os EUA optaram por impor sua hegemonia financeira a partir da década de 70 em contra-ataque à ameaça que sofriam na esfera da produção, levando os setores produtivos a perderem poder frente às instituições do capital financeiro<sup>254</sup>. O autor completa esse argumento que opõe produção e finanças colocando que esta guinada dos EUA na direção da hegemonia financeira teve “efeitos em sua estrutura industrial (...) nada menos que traumáticos, se não catastróficos”<sup>255</sup>, visto o efeito negativo causado pelas enormes quantidades de capacidade produtiva que foram deslocados para fora das fronteiras do país, mesmo que, como ele próprio reconhece, “ainda que a repatriação de lucros tenha mantido a riqueza fluindo para dentro delas”<sup>256</sup>.

De acordo com Meiksins, a concepção de financialização de Harvey “não traça nenhuma distinção essencial entre a economia capitalista global atual e os impérios comerciais de Gênova e Veneza”. Para ela, “a identificação que [ele] faz “da 'financeirização' do capitalismo tardio com práticas comerciais primitivas tende a sugerir a separação completa entre finanças e produção” e a substituição do capital produtivo pelo capital financeiro, embora, ao mesmo tempo, “o trabalho de Harvey muitas vezes tenha enfatizado o papel do capital financeiro na promoção da produção”<sup>257</sup>. A autora não nega que, em resposta à desaceleração da economia global na década de 70, os EUA usaram seu “controle sem precedentes das redes financeiras e comerciais para postergar o dia do ajuste de contas do seu capital nacional”<sup>258</sup>. Mas, para ela, “as finanças operam em acordo com uma lógica específica determinada pelas relações sociais de propriedade dominantes”, ou seja, não funcionam em uma lógica distinta da do capital produtivo<sup>259</sup>.

253 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 61.

254 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 58 e HARVEY, David. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação**. Biblioteca da CLACSO, p. 113. Publicado originalmente em *The Socialist Register*, v.40 (The new imperial challenge), 2004.

255 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 60.

256 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 60-1. Para uma resposta à tese da perda de poder do capital produtivo frente o capital financeiro e sobre a importância da repatriação de lucros para o capitalismo de produção globalizada, ver a apresentação das teses de John Smith no subcapítulo III deste capítulo 1.

257 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: *Revista Historical Materialism*, v.15, n.3, 2007, p. 163.

258 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: *Revista Historical Materialism*, v.15, n.3, 2007, p. 163.

259 Wood diverge, pois, da ideia que vimos anteriormente defendida por Chesnais e Foster acerca das distinções entre as lógicas do capital produtivo e do financeiro.

### *E. A abrangência excessiva do conceito “acumulação por espoliação”*

Robert Brenner, em sua crítica ao conceito de acumulação por espoliação, reconhece que este contribui em atentar para o processo movido pelos capitalistas de destruição e apropriação de a) formas de produção não-capitalistas (a transformação da antiga União Soviética e da China socialista em economias capitalistas), de b) setores nacionalizados dentro de economias capitalistas (a privatização de indústrias estatais tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento) e para c) o processo de mercantilização de valores-de-uso anteriormente gratuitos ou providos pelo Estado (como a água ou o ar)<sup>260</sup>. No entanto, Brenner crê que Harvey acaba por inflar o conceito ao incluir sob seu domínio “processos normalmente associados à acumulação do capital onde as relações sociais de propriedade capitalistas já mantêm o controle”, o que “mancha sua conceitualização e mitiga a base do seu argumento”<sup>261</sup>. Misturar os três pontos colocados acima com a destruição de negócios familiares por corporações ou com a perda de pensões e de empregos sofridas pelos trabalhadores da falida Enron priva, de acordo com Brenner, o conceito de sua substância, visto que trata como a mesma coisa o caso da Enron – o qual seria um resultado padrão de um processo capitalista de acumulação bem-estabelecido – e o caso da expropriação de camponeses de suas terras, como por exemplo os ejidos citados por Harvey, que criam condições para a acumulação do capital<sup>262</sup>. O mesmo vale para as intensas trocas de propriedades causadas pelas operações do capital financeiro, que “Harvey inexplicavelmente categoriza como acumulação por espoliação”, e para a processo capitalista normal de exploração que ocorre quando trabalhadores pegam empréstimos para consumir e transferem massas de dinheiro para os capitalistas que emprestaram<sup>263</sup>.

No comentário de Ben Fine, também há a crítica à “definição extraordinariamente ampla” do conceito de Harvey, “que abarca da privatização da habitação, à terapia de choque na União Soviética e à todas formas de privatização”, o que acaba por “homogeneizar momentos diversos e complexos da reestruturação econômica do capital”. Para Fine, essa conceitualização ampla seria resultado da “confusão [de Harvey] sobre a relação entre o interno e o externo”, bem como do “abandono da análise de valor”, que Fine identifica, “por exemplo”, no momento em que Harvey descreve (como vimos) os três momentos da circulação do capital e aponta os ajustes temporais (investimentos em infraestrutura) como parte do circuito do capital, o que Fine considera

260 BRENNER, Robert. **What is, and what is not, imperialism?** London: Revista Historical Materialism v.14, n.4, 2006, p. 97.

261 BRENNER, Robert. **What is, and what is not, imperialism?** London: Revista Historical Materialism v.14, n.4, 2006, p. 98.

262 BRENNER, Robert. **What is, and what is not, imperialism?** London: Revista Historical Materialism v.14, n.4, 2006, p. 101.

263 BRENNER, Robert. **What is, and what is not, imperialism?** London: Revista Historical Materialism v.14, n.4, 2006, p. 98.

equivocado. Provavelmente pela extensão do escopo do conceito, diz Fine, é que Harvey “exagera o significado da acumulação por espoliação”<sup>264</sup>.

John Bellamy Foster, editor da reconhecida revista marxista estadunidense “Monthly Review” desde 2000, escreveu, em sua introdução ao dossiê dedicado especialmente ao debate do imperialismo contemporâneo lançado pela revista no ano passado<sup>265266</sup>, que Harvey generalizou a noção original de acumulação primitiva proposta por Marx – segundo Foster “formulada para explicar os primórdios do desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental” – usando-a para se referir a qualquer forma de expropriação que envolva força, fraude, predação e o saque de ativos, sem colocar tal processo em um quadro espaço-temporal. O caráter do seu conceito é, para Foster, “tão abstrato”, que “pode ser aplicado igualmente para fenômenos tão distintos quanto o saque de pensões estatais, privatização de escolas, resgates [“bailouts”, salvar uma empresa em falência com dinheiro estatal] do capital financeiro, roubo de terras globais, a mercantilização da mídia, ou a destruição e mercantilização dos bens da atmosfera”<sup>267</sup>. Assim, para Foster, a questão do “novo imperialismo” é reduzida por Harvey à questão do neoliberalismo, “ou a uma reencarnação particularmente viciosa do capitalismo que recorre a novas formas de expropriação”<sup>268</sup>.

Em seus “comentários sobre os comentários”, Harvey, por sua vez, reconhece que “Brenner provavelmente está certo em queixar-se que eu inflei, de alguma forma, a ideia”<sup>269</sup>, embora Harvey ache que Brenner “subestima a importância das formas predatórias e canibalísticas de acumulação em andamento no coração do capitalismo”<sup>270</sup>.

### F. Espoliação ou expropriação?

O já citado livro de Virgínia Fontes traz uma análise extremamente acurada do conceito de espoliação de Harvey. O argumento do livro de Fontes, como já discutimos anteriormente, é extremamente próximo ao de Meiksins: ela começa por definir a separação do econômico e do

264 FINE, Ben. **Debating the new imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2006, p. 143-144.

265 Foster assumiu o lugar de Ellen Wood, que dirigiu o jornal de 1997 a 2000 (ver <http://monthlyreview.org/about>), período em que ambos coeditaram juntos “In defense of History” e “Capitalism and the information age”. Tendo isso em mente, é um bocado estranho que não cite “O império do capital” em sua introdução, onde faz um apanhado dos principais autores que debateram recentemente o novo imperialismo...

266 New York: Revista Monthly Review, v.67, n.3 (**The New Imperialism** – globalized monopoly-finance capital), julho-agosto de 2015, 161p.

267 FOSTER, John Bellamy. **The New Imperialism of Globalized Monopoly-Finance Capital: an introduction**. New York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 10.

268 FOSTER, John Bellamy. **The New Imperialism of Globalized Monopoly-Finance Capital: an introduction**. New York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 10.

269 HARVEY, David. **Comment on commentaries**. London: Revista Historical Materialism v.14, n.4, 2006, p. 159.

270 HARVEY, David. **Comment on commentaries**. London: Revista Historical Materialism v.14, n.4, 2006, p. 159.

político como a especificidade e característica fundamental do capitalismo, para na sequência procurar compreender o funcionamento do capital-imperialismo com base nisto. Assim, na primeira página do primeiro capítulo, Virgínia afirma que “a autonomização de uma esfera econômica é a forma pela qual se obnubilam as relações sociais capitalistas. A extração de mais-valor, através do trabalho livre, é a própria forma social concreta da existência do capital”<sup>271</sup>. Como Meiksins, relembra, seguindo de perto as teses marxianas, a centralidade da exploração do trabalho assalariado para o capital. Virgínia denomina esse fenômeno – onde produtos do trabalho da classe trabalhadora são apropriados pela classe capitalista através da relação capital-trabalho – de *atividade* do capital, geralmente chamado de “acumulação ampliada”, ou, no termo de Harvey, “acumulação expandida”. É nesta extração de mais-valor que

reside a relação social que sustenta todo o imenso edifício da concentração capitalista – a permanente produção de valor pelo trabalho, e sua recorrente subalternização através do suposto pagamento pelo trabalho, o que obscurece o sobretrabalho acaparado pelo capital sob a forma do mais-valor. Esta relação se oculta sob uma aparência puramente econômica, coisificada e quantificada abstratamente, fazendo com que as taxas de exploração sejam travestidas de lucratividade. Essa forma socialmente dominante, de fato, traduz a atividade do capital (ou a extração de mais-valor).

No entanto, para que essa atividade seja possível, é necessária uma *condição social* básica – a separação dos produtores dos meios de produção, como argumenta Meiksins, ou, nas palavras de mesmo sentido da Virgínia, “a existência de trabalhadores livres”<sup>272</sup>, ou seja, “expropriados”<sup>273</sup>, que constituem “a base social primordial para que seja possível instaurar-se a relação social que imbrica capital e trabalho”<sup>274</sup>. Portanto, para fazer funcionar a extração de mais-valor através da compra da força de trabalho, a classe capitalista precisa ter à sua disposição massas de pessoas dispostas a venderem suas forças de trabalho, de preferência sob quaisquer condições. É necessário, então, tirar da classe trabalhadora toda forma de subsistência que não seja através do mercado – o que é feito constantemente através das **expropriações**:

O capital baseia-se na permanente ampliação e exasperação de uma certa base social – a disponibilização massiva, tendencialmente atingindo toda a população, dos seres singulares convertidos em necessidade, em disposição única para a venda de força de trabalho sob quaisquer condições, base social para que um mercado “econômico” supostamente livre possa se generalizar. A expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista.

271 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 21.

272 p. p. FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 21.

273 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 43.

274 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 21.

Dito isso, o processo de expropriações é entendido por Virgínia como base para o funcionamento da extração de mais-valor, e não como uma forma separada de extração de riquezas, o que faz a relação entre as expropriações e a extração de mais-valor ser bastante distinta da forma como Harvey entende a relação entre, em seus termos, acumulação expandida e acumulação por espoliação. Assim, esmo que não enderece diretamente a seguinte frase a Harvey, parece que o trecho a seguir faz um alerta ao perigo que a análise do autor contém:

Corremos o risco de deslizaros da evidenciação da condição social na qual se baseia o capital para a atividade predominante da qual depende sua própria reprodução enquanto forma de vida social, a acumulação ampliada, ou o mais-valor, que somente podem existir conjuntamente, ainda que não sejam idênticos.

É a partir disto que Virgínia aponta dois pontos fulcrais de divergência com as teses de Harvey: ela considera problemáticas a “contraposição entre expropriação e espoliação” que ele faz bem como sua noção de “criação de externalidades”. Iniciemos pela problematização da separação que Harvey faz entre as duas formas de acumulação – a concretizada pela exploração do trabalho através da contratação de mão de obra e pagamento de salário e a por pura espoliação. Para ela, esta distinção que Harvey faz entre acumulação por reprodução expandida e acumulação por espoliação (nas palavras dele, o “**caráter dual**” da acumulação do capital) o leva “a não correlacionar as múltiplas expropriações ao gigantesco crescimento da disponibilização de trabalhadores para o capital”<sup>275</sup>. De acordo com a autora, as expropriações são o motor da acumulação expandida, pois elas que disponibilizam cada vez mais pessoas para trabalharem em troca de um salário e destroem incessantemente todas as formas de produção da vida que não estão submetidas ao modo capitalista de produção. A existência e reprodução do capital “exige a conservação e reprodução em escala sempre crescente de uma população dependente do mercado, disponível para a venda da força de trabalho de forma integral ou necessitando integrar-se ao mercado, total ou parcialmente, para subsistir”<sup>276</sup>, sendo necessário “lançar permanentemente a população em condições críticas, de intensa e exasperada disponibilidade ao mercado”<sup>277</sup> [grifo meu].

A expansão permanente da “base social do capital” [o proletariado] é intrínseca ao desenvolvimento do capital. Da mesma forma que argumenta Meiksins, Fontes defende que a base social que se cria passa a ser explorada em uma esfera aparentemente puramente econômica: é neste sentido que “o momento da atividade produtiva de valorização do capital”, por se apresentar como “meramente econômico”, “obscurece e vela” a exploração realizada sobre a classe trabalhadora (a

275 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 65.  
276 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 47.  
277 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 47.



base social)<sup>278</sup>. A proximidade das teses das duas autoras segue o raciocínio de Marx, o qual, segundo Fontes, considera que “uma vez realizada a violenta expropriação camponesa, a coação econômica 'normalizada' sobre os trabalhadores agora “livres” substituía a violência aberta”. No entanto, isso não quer dizer, afirma Virgínia, que Marx acreditava (como Harvey e Arendt o acusam) ser a acumulação primitiva uma etapa episódica e marcada na história, visto que ele reafirma em várias passagens do Capital como “a expansão das relações sociais capitalistas pressupõe sempre sucessivas expropriações, para além daqueles trabalhadores já 'liberados' (inclusive mencionando a expropriação de capitalistas menores)”<sup>279</sup>. No livro I do Capital, Marx diz que:

a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho<sup>280</sup>.

Assim, segundo Marx, a separação dos produtores dos meios de produção não só é mantida como é “reproduzida em escala sempre crescente”. **A expropriação constante e incessante**, que cria massas cada vez maiores de pessoas disponíveis à exploração do capital e destrói as formas de produção da vida que ainda resistem ao comando da lógica capitalista, **é condição básica para o funcionamento da exploração do trabalho pelo capital**. Para Fontes, o que “nutre” o capital é justamente essa “disponibilização crescente de massas de força de trabalho” a ele, sendo a “exasperação das expropriações” seu resultado<sup>281</sup>. A autora acrescenta que as expropriações “constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista”<sup>282</sup>. E o avanço do capitalismo no plano mundial – ou, nos termos de Meiksins, a “universalização do capitalismo”, “tende a exigir e impulsionar constantes expropriações”. Ou seja, a expropriação não é pensada, como faz Harvey, em termos de oposição à extração de mais-valor, mas sim como uma atividade intrínseca e indispensável para o capitalismo manter sua roda girando.

É verdade que, ao mesmo tempo em que o argumento de Harvey constrói uma oposição

---

278 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 42.  
 279 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 63.  
 280 MARX, Karl. O Capital, Livro I, Tomo 2. Citado por FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 262.  
 281 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 42.  
 282 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 45.

entre os dois caracteres da acumulação do capital, ele possibilita compreender as expropriações como uma forma de impulsionar a reprodução expandida do capital ao abrir oportunidades de investimento para capitais sobreacumulados e colocá-los em movimento. No entanto, o autor não atenta para como o desenvolvimento da reprodução expandida também exige o acirramento das expropriações, como destaca Fontes. Para ela, “a normalização das relações capitalistas corresponde à expansão sempre mais truculenta de expropriações”<sup>283</sup>. Virgínia mostra como Meiksins, no seu “As origens do capitalismo”, também trabalha com a hipótese de que as expropriações decorrem das relações sociais capitalistas, embora denote uma diferença com a autora inglesa no sentido de que o “Brasil e capital-imperialismo” entende que as expropriações “são simultaneamente condição e decorrência”, ao passo que para Wood seriam mais decorrência que condição<sup>284</sup>. Em seu debate com Harvey na HM, Meiksins reafirma tal visão quando diz que “a acumulação do capital (...) é mais um *resultado* do que uma causa dos imperativos capitalistas”<sup>285</sup> [grifo da autora]. De toda forma, essa tese de Meiksins é importante aqui quando argumenta que, no início da formação do modo de produção capitalista na Inglaterra, os “imperativos da concorrência mercantil entre produtores” afetaram tanto os arrendatários de terras quanto fazendeiros produtores diretos, tornando capital e trabalho dependentes das pressões competitivas do mercado, ou seja, da “exigência do crescimento de produtividade sob condições mercantis”, o que levou à própria forma da propriedade ser alterada<sup>286</sup>. O intuito de Meiksins, segundo Fontes, é ressaltar como o capitalismo significou uma ruptura na forma de propriedade, se opondo àqueles que “apresentam o mero crescimento do mercado como resultando em capitalismo”, bem como às teorias permeadas pelo “determinismo tecnológico”, que não consideram como a “introdução de novas técnicas ou tecnologias” foram “resultado de exigências sociais e históricas” que levaram à sua elaboração e implementação<sup>287</sup>.

Portanto, embora Virgínia (outra vez) não enderece diretamente a Harvey a seguinte frase, creio que ela cabe no argumento do autor como uma luva: “esquecer que das expropriações emanam as condições de possibilidade do capital embute riscos severos”<sup>288</sup> – como vimos, Harvey

283 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 64.

284 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 75.

285 WOOD, Meiksins. **Logics of power**: a conversation with David Harvey. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, p. 20.

286 WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Citada por FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 64.

287 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 76-7.

288 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 44.

acredita que nos anos gloriosos do pós-segunda guerra a espoliação esteve “relativamente silenciada”. Esse esquecimento faz com que o tema das expropriações seja “relegado à condição de 'acumulação primitiva' como episódico”<sup>289</sup>, ou, acrescentemos, no caso de Harvey ou Arendt, à condição de um episódico que se repete de quando em quando, nos momentos em que a burguesia percebe que 'o pecado original do simples roubo' eventualmente tem que ser repetido... Em contraposição à ideia do silenciamento da espoliação durante os anos dourados do capitalismo do pós-guerra, Fontes recorda como tais “anos gloriosos” do “Welfare State” – que Harvey vê como um momento em que a reprodução expandida floresceu e a espoliação permaneceu “relativamente silenciada” – conviveram com ferozes ditaduras na América Latina, no Oriente Médio, na Ásia e mesmo na Europa (Grécia, Portugal e Espanha). Tendo isso em mente, a “dualidade entre um capitalismo normalizado e um capitalismo predatório não parece se sustentar”<sup>290</sup> [grifo meu]. Dessa forma, “a condição social para a extração do mais-valor” (a separação dos produtores dos meios de produção realizada através das expropriações) deve ser mantida e aprofundada, não podendo fazer parte apenas de um momento inicial da acumulação capitalista<sup>291</sup>.

Retomando, o cerne do argumento de Fontes é lembrar que o capitalismo “nunca dispensou a especulação, a fraude, o roubo aberto e, sobretudo, as expropriações primárias”; pelo contrário, estes foram impulsionados pelo “aumento da produtividade” ou pela “intensificação de uma exploração judicializada (contratual e com direitos) de força de trabalho”<sup>292</sup>.

## F.2. Há lado de fora do capital?

Sobre a questão das externalidades, Virgínia Fontes insiste que no mundo contemporâneo (poderíamos dizer, quando o capitalismo se “universalizou”) “não há lado de fora do mundo mercantil, ou 'exclusão do mercado’”<sup>293</sup>. Como vimos, Harvey pressupõe, seguindo Rosa, a necessidade de uma “exterioridade” para o capital. Para ele, essa exterioridade, no momento em que não existe mais um mundo externo ao capital como era o caso nos tempos de Rosa e Lenin, pode ser criada pelo próprio capital através da acumulação “predatória”, uma forma de acumulação que

289 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 45.

290 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 64.

291 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 45.

292 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 63.

293 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 51.

possuiria, portanto, uma “qualidade diferente” da acumulação “produtiva”<sup>294</sup>. Fontes, indo ao encontro da ideia de universalização do capitalismo de Meiksins, argumenta que a expansão capitalista tende a incorporar ou substituir as formas não-capitalistas de produção. Esta “imbricação” é “sempre desigual” (como também argumenta Meiksins na sua resposta a Robinson, onde afirma que universalização do capitalismo não quer dizer integração e equiparação do mercado mundial, e sim manutenção de profundas desigualdades regionais<sup>295</sup>), mas “tende a eliminar qualquer externalidade, à medida que impõe sua dominação, subalternizando e mutilando as relações sociais precedentes”<sup>296</sup>. Lenin, de acordo com Fontes, embora escrevesse em um tempo onde as formações não-capitalistas predominassem ao redor do globo, “admite a tendência à eliminação de tal 'exterioridade'” (o que não significa, repitamos, que tal processo não mantém e aprofunda desigualdades), ao “supor uma transformação qualitativa da totalidade do processo” movida pela “dinâmica de cunho totalizante e planetária” resultante do crescimento e concentração do capital<sup>297</sup>.

### *G. Expropriação primária e secundária*

Todavia, mesmo levantando estas duas questões de conteúdo bastante crítico, diz Virgínia que as teses do livro de Harvey são “aparentemente idênticas” às dela. Sua conceitualização de expropriações primárias e secundárias que faz, de fato, é uma releitura do que Harvey chamou, como vimos, de permanência dos mecanismos da acumulação primitiva e novos mecanismos da acumulação por espoliação. Essa reescrita, guiada pelas críticas sobre o problema de opor expropriação e relação capital-trabalho e sobre o problema de pensar na criação de externalidades ao capitalismo no mundo contemporâneo, configura, a meu ver, um avanço em relação à conceitualização de Harvey. Para Fontes, as expropriações primárias incidem “sobre direitos tradicionais, como uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relação familiar mais extensa e entajuda local, conhecimento sobre plantas e ervas locais, dentre outros aspectos, e envolve profundas transformações culturais, ideológicas e políticas”<sup>298</sup>. Já as expropriações secundárias “não são, no sentido próprio, uma perda de propriedade de meios de produção (ou recursos sociais de produção), pois a grande maioria dos trabalhadores urbanos dela já não mais dispunha. Porém, a

294 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 68, 65.

295 Ver p. 99.

296 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 71.

297 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 71-2.

298 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 51.

plena compreensão do processo contemporâneo mostra terem se convertido em nova – e fundamental – forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor”<sup>299</sup>.

O “extenso dismantelamento de direitos sociais e trabalhistas”<sup>300</sup> e a elevação das idades mínimas para aposentadoria<sup>301</sup> são apontados por ela como exemplos de expropriações secundárias, assim como Harvey os aponta como exemplos da espoliação contemporânea. Ela também aponta como exemplos: “a sistemática retirada do direito ao contrato de trabalho”, materializada nas subcontratações e terceirizações (“novas modalidades contratuais escassamente portadoras de direitos”) ou mesmo a venda da força de trabalho sem qualquer forma de contrato ou direito<sup>302</sup>; as privatizações de empresas públicas, mas diferencia-as das expropriações primárias pois, embora incidam sobre bens coletivos, ocorrem em sociedades onde já vigoram plenamente as relações capitalistas<sup>303</sup>, sendo, nas palavras de Harvey, a retomada de direitos conquistados por duras lutas de classes; o controle dos estados capital-imperialistas sobre matérias-primas estratégicas, dando o Iraque como exemplo<sup>304</sup>; a expropriação de conhecimentos (“como já ocorreu no século XIX, na introdução das grandes indústrias e no século XX, com o fordismo”), como aqueles ligados à técnicas relacionadas à biodiversidade, “desde formas de cultivo até formas de tratamento de saúde utilizadas por povos tradicionais”<sup>305</sup>; a inserção da lógica da propriedade privada capitalista na produção e uso de bens naturais até então não completamente subordinados a ela, como “as águas doces e salgadas, o patrimônio histórico e cultural (convertido em mercadoria através do turismo), o patenteamento de códigos genéticos, a qualidade do ar”<sup>306</sup>; e a “expropriação do próprio corpo”, onde “a própria vida biológica humana é expropriada, passando a constituir propriedade privada”, o que “envolve retirar da humanidade o domínio de sua própria natureza”. Isso acontece com o patenteamento sobre genes humanos / sequências de DNA e células estaminais (células que possuem capacidade de se auto-renovar e de se dividir indefinidamente, permitindo grandes

---

299 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 54.  
300 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 55.  
301 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 55-6.  
302 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 60.  
303 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 60.  
304 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 58-9.  
305 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 59.  
306 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 60.

avanços na medicina), apropriando técnicas e métodos relativos ao isolamento e manipulação destes extremamente úteis para a medicina<sup>307</sup>.

### III. A GLOBALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Dois mecanismos asseguram a apropriação e/ou produção de mais-valor e sua centralização nos eixos do sistema financeiro mundial. Nos anos 80, a dívida externa prevaleceu. Produção externa e repatriação de lucros agora representam o canal principal<sup>308</sup>.

Meiksins muito falou sobre os imperativos econômicos, mas pouco se esforçou em dar exemplos empíricos de como eles funcionam. Vagamente, citou algumas vezes a “dívida” como uma forma de manipular as forças do mercado, ou seja, uma arma para dominar por meios econômicos<sup>309</sup>, para depois apontar como o “principal instrumento do novo imperialismo”<sup>310</sup>, diferindo do entendimento de Chesnais, para quem, de acordo com a epígrafe, a dívida deu seu lugar de principal mecanismo de transferência de valor da periferia para o centro para o mecanismo da repatriação dos lucros provenientes de um campo produtivo que foi exportado. Novamente de maneira vaga, Meiksins fala na manipulação da 1) dívida, agora em conjunto com a manipulação das 2) regras de comércio, da 3) ajuda externa e do 4) sistema financeiro como as principais ferramentas usadas pelos Estados Unidos para controlar a economia global<sup>311</sup> – o que poderíamos entender, portanto, enquanto os principais imperativos econômicos.

Na tentativa de compreender melhor como tais mecanismos funcionam na prática, reformulemo-los da seguinte forma. A ferramenta econômica mais antiga do imperialismo capitalista é a 1) **troca desigual de mercadorias entre países periféricos e centrais**, onde países ricos exportam tecnologia de última geração e os países pobres exportam produtos primários, ou seja, o Brasil troca 100kg de minério de ferro (1000\$), que exigiram 10x de trabalho para serem minerados e transportados ao porto, por 10 “iphones” (1000\$), cuja produção foi de 2x de tempo de trabalho, ou seja, o valor contido nos 100kg de ferro é 5 vezes maior que o valor contido nos 10

307 FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 61. Para outros exemplos de espoliação, ver BRAGA, Ruy. **A era da pilhagem**. Blog da Boitempo, 2015. Ruy Braga aponta como exemplos de espoliação no Brasil, entendendo ela como o foco do regime capitalista contemporâneo, as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665 contra os direitos previdenciários dos trabalhadores, como o seguro-desemprego e a pensão por morte, o Projeto de Lei (PL) 4330, que objetiva rebaixar o custo da força de trabalho brasileira por meio da degradação do acesso dos trabalhadores aos seus direitos trabalhistas e a repressão violenta dos professores curitibanos em luta contra o projeto de lei que muda o regime previdenciário dos servidores paranaenses. Para ele, “trata-se basicamente da pilhagem de direitos sociais em benefício do pagamento da dívida pública”.

308 CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 121.

309 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 23.

310 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 101.

311 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 103.

'iphones', mas o preço deles é igual, configurando uma troca desigual. Neste sentido, a manipulação das regras do comércio que fala Wood trabalha para operacionalizar estas trocas desiguais. A 2) **dívida externa** como ferramenta de transferência de valor dos países que pegam emprestado (periféricos) para os países que emprestam (centrais) também promove uma “maciça transferência de riquezas dos países pobres para os países ricos”<sup>312</sup>, o que se dá pelo pagamento dos juros do empréstimo. Fazendo um diálogo com o debate que tivemos sobre capital monetário com Virgínia Fontes, a dívida externa não deixa de ser uma forma dos que possuem capital monetário (no caso, imperialistas) cobrarem de capitalistas funcionantes (no caso, capitalistas que administram a produção nos países periféricos) uma parte dos lucros obtidos pelos segundos. O sistema financeiro que Meiksins menciona engloba empréstimos das mais variadas formas e também **investimentos externos de portfólio/carteira** (uma empresa com sede em país imperialista compra apenas ações de empresa estrangeira, sem ganhar poder deliberativo nas decisões da empresa, apenas lucrando financeiramente com seus ganhos).

Todavia, de acordo com Chesnais, o principal mecanismo do século XXI é a repatriação dos lucros obtidos por empresas imperialistas que exportaram suas plantas produtivas para países periféricos. O conceito de “offshoring” – “realocação do processo produtivo de um país para outro”<sup>313</sup> – dá conta de dois movimentos: os 3) **investimentos externos diretos (IED)**, quando uma empresa com sede em país imperialista abre filial ou subsidiária em outro país, transferindo parte ou toda produção para fora ('offshore') e explorando diretamente, portanto, a classe trabalhadora do país periférico e enviando o mais-valor extraído dela para seu país sede. Por último, atento para um mecanismo não abordado por Meiksins, que John Smith ressalta como a forma mais importante de extração de valor dos países periféricos da atualidade, os 4) “**arm's lenght contracts**”, onde uma empresa com sede em um país imperialista contrata uma empresa de um país periférico para realizar parte do seu processo produtivo, entregando a ela as matérias-primas necessárias e fixando um prazo para a entrega bem como um preço de compra sempre menor do que o valor real das mercadorias<sup>314</sup>. Como explica Suwandi, “outsourcing” – ligado aos arm's lenght contracts – é a ação de terceirizar as atividades produtivas: a multinacional faz o investimento, mas não administra diretamente a produção – quem o faz são os capitalistas locais que recebem o investimento<sup>315</sup>.

312 TOUSSAINT, Eric e ZACHARIE, Arnaud. **Dívida externa, mecanismo de extração de riquezas**. Em AMIN, Samir; HOUTART, François. *Mundialização das resistências: o estado das lutas*. São Paulo: Editora Cortez, 2003, p. 234.

313 SUWANDI, Intan. **Behind the veil of globalization**. Nova York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 38-9.

314 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 68-9, 79-80.

315 SUWANDI, Intan. **Behind the veil of globalization**. Nova York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 49.

Trocas entre firmas (“intra-firm trade”), ligadas aos Investimentos Externos Diretos (IED), é quando uma empresa constrói uma fábrica (ou outra unidade produtiva) em outro país, propriedade sua, a qual irá administrar diretamente<sup>316</sup>.

Demonstrando a importância crescente dos IED na economia internacional, Suwandi apresenta dados que apontam como em 1980, o montante de Investimentos Externos Diretos (IED) equivalia a 7% do PIB Mundial. Em 2009, essa cifra chegou a 30% (mais de 300% de aumento!)<sup>317</sup>. Além disto, Suwandi aponta como os “arm’s length contracts” não entram nas estatísticas como IED's, “mas são uma parte importante do funcionamento da economia global”. Ela complementa, com base no livro de Foster e McChesnais, ressaltando como as firmas exercem controle estratégico sobre suas linhas de abastecimento, ou seja, sobre as empresas que subcontrataram<sup>318</sup>. Com isso, a autora procura demonstrar uma transformação (new trends”) na economia global: a internacionalização da produção com o aumento significativo dos IED's.

Para além disto, Suwandi mostra como 2010 foi o primeiro ano em que a periferia do globo recebeu um montante de investimentos externos diretos (IED) maior que os países do centro<sup>319</sup>, demonstrando o **papel dos IED's na extração de mais-valor da periferia realizada pelos países imperialistas**. Segundo John Bellamy Foster, em 2013, 61% do total mundial de investimentos externos diretos foram destinados à periferia (“developing and transition economies”), enquanto que essa cifra foi de 33% em 2006 e 51% em 2010<sup>320</sup>, o que nos faz rever a hipótese marxiana que previa o centro sempre como o produtor de mercadorias industriais<sup>321</sup>. A tabela abaixo demonstra o movimento de aumento do investimento externo direto nos países periféricos nos últimos 35 anos. De acordo com estes dados, os países ditos “em desenvolvimento” e “em transição” atraem progressivamente cada vez mais os investimentos das empresas multinacionais:

316 SUWANDI, Intan. **Behind the veil of globalization**. Nova York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 38.

317 FOSTER, John Bellamy Foster e McCHESNAIS, Robert. *The Endless Crisis*. New York: Monthly Review Press, 2012, p. 105. Citado por SUWANDI, Intan. **Behind the veil of globalization**. Nova York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 38-39.

318 SUWANDI, Intan. **Behind the veil of globalization**. Nova York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 38.

319 HART-LANDSBERG, Martin. *Capitalist Globalization*. Nova York: Monthly Review Press, 2013, p. 18. Citado por SUWANDI, Intan. **Behind the veil of globalization**. Nova York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 38-39.

320 FOSTER, John Bellamy. **The New Imperialism of Globalized Monopoly-Finance Capital: an introduction**. Nova York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 11.

321 MARX, Karl. **O Capital**, volume 1, parte 4, capítulo 13, parágrafo 7. Citado por SWEEZY, Paul e BARAN, Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966, p.16.



Investimentos Externos Diretos (IED): Fluxos de entrada, países centrais e periféricos, total em milhões de dólares e porcentagem, anual, 1970-2014

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1078	1979
<b>Total</b>	13 257	14 241	14 761	20 378	23 874	26 396	21 935	27 057	34 247	41 906
<b>Centro</b>	9 491 71.59%	10 651 74.79%	11 509 77.97%	15 470 75.92%	21 661 90.73%	16 858 63.86%	15 535 70.82%	20 148 74.46%	25 368 74.07%	33 787 80.62%
<b>Periferia</b>	3 766 28.41%	3 591 25.21%	3 252 22.03%	4 907 24.08%	2 213 9.27%	9 538 36.14%	6 400 29.18%	6 910 25.54%	8 879 25.93%	8 120 19.38%

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1088	1989
<b>Total</b>	54 400	69 614	58 244	50 394	56 175	55 835	86 696	136 884	164 202	197 599
<b>Centro</b>	46 978 86.36%	45 766 65.74%	31 769 54.54%	32 693 64.87%	39 206 69.79%	41 748 74.77%	70 898 81.78%	115 122 84.10%	133 614 81.37%	166 568 84.30%
<b>Periferia</b>	7 422 13.64%	23 848 34.26%	26 474 45.45%	17 701 35.13%	16 969 30.21%	14 087 25.23%	15 798 18.22%	21 762 15.90%	30 588 18.62%	31 030 15.70%

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1098	1999
<b>Total</b>	204 896	154 138	163 007	220 146	254 906	341 537	388 737	481 230	692 336	1 076 313
<b>Centro</b>	170 213 83.07%	114 501 74.28%	107 949 66.22%	141 417 64.24%	150 584 59.07%	219 772 64.35%	236 327 60.79%	285 703 59.37%	508 537 73.45%	852 978 79.25%
<b>Periferia</b>	34 683 16.93%	39 637 25.71%	55 058 33.77%	78 730 35.76%	104 322 40.93%	121 766 35.65%	152 410 39.20%	195 528 40.63%	183 799 26.55%	223 334 20.75%

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<b>Total</b>	1 363 215	684 071	591 386	551 993	682 749	927 402	1 393 034	1 871 702	1 489 732	1 186 513
<b>Centro</b>	1 125 227 82.54%	460 726 67.35%	414 570 70.10%	337 648 61.17%	389 512 57.05%	565 423 60.97%	930 175 66.77%	1 254 988 67.05%	787 761 52.88%	652 306 54.98%
<b>Periferia</b>	237 988 17.45%	223 345 32.65%	176 816 29.90%	214 345 38.83%	293 238 42.95%	361 979 39.03%	462 859 33.22%	616 714 32.95%	701 971 47.12%	538 738 45.03%

	2010	2011	2012	2013	2014
<b>Total</b>	1 328 215	1 564 935	1 403 115	1 467 149	1 228 283
<b>Centro</b>	673 223 50.69%	828 447 52.94%	678 960 48.39%	696 770 47.49%	498 784 40.61%
<b>Periferia</b>	654 992 49.21%	736 488 47.06%	724 156 51.61%	770 379 52.51%	729 499 59.39%

Não diferentemente, o comércio internacional cresceu proporcionalmente em relação ao PIB. Como mostra Chesnais, desde a década de 50, a partir do reestabelecimento (pós Segunda Guerra Mundial) de um ambiente normalizado para a troca internacional de mercadorias e para o fluxo internacional de capitais, a taxa de crescimento do comércio internacional cresce muito mais rápido que a taxa de crescimento do PIB Mundial<sup>322</sup>. De acordo com Chesnais, o comércio crescer mais que a produção é um fenômeno novo na história do capitalismo. Afinal de contas, diz ele, de 1860 a 1914, período de florescimento do capitalismo e da formação do mercado mundial, o comércio internacional não cresceu mais rapidamente do que os produtos internos dos países. A função do comércio exterior era, segundo Chesnais, mais assegurar um suprimento complementar de recursos agrícolas ou minerais do que aumentar a acumulação do capital e o crescimento da renda<sup>323</sup>. O que isso quer dizer é que, grosso modo, o que é produzido nos campos, nas fábricas e

322 CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996 [1994], p. 215. “Desde o fim do período de reconstituição do sistema de intercâmbio multilateral, em meados da década de 50, o comércio mundial vem apresentando taxas de crescimento superiores às do Produto Interno Bruto dos países participantes”.

323 CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996 [1994], p. 216. “Recursos complementares”.

nos escritórios de um país é cada vez mais exportado para consumidores de outros países, e portanto cada vez menos consumido dentro das suas próprias fronteiras.

John Smith, professor de economia política internacional na Universidade de Kingston em Londres, escreveu sua tese de doutorado sobre imperialismo e globalização da produção em 2010 e lançou este ano o livro “Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis” (o qual recebeu da “Monthly Review” (MR) o primeiro prêmio Paul Barán e Paul Sweezy), onde defende (em concordância com a citação acima de Chesnais) a tese de que a produção externa e a repatriação de lucros é atualmente o principal canal da apropriação, pelos países imperialistas, do valor produzido pela classe trabalhadora da periferia do mundo. A “**globalização da produção**”, o processo da sua mudança para países de baixos-salários, é para o autor a transformação mais significativa da era neoliberal<sup>324</sup>. Para ele, o motor central deste processo é o esforço das empresas estadunidenses, europeias e japonesas em reduzir custos e aumentar lucros ao substituir a mão de obra bem paga dos seus países por mão de obra mais barata do estrangeiro, o que é chamado comumente de “**arbitragem global do trabalho**”<sup>325</sup> (“arbitragem”, em economia, é a compra de moeda, mercadoria ou outro valor no mercado '1' combinada com a venda simultânea, a um preço maior, no mercado 2, de modo que quem realiza a operação se aproveita da diferença de preços de um mesmo ativo em mercados diferentes para lucrar).

Como vimos, há duas formas das empresas imperialistas exportarem a produção para os países em desenvolvimento e aproveitarem-se dos menores custos com a força de trabalho: através de 1) investimentos externos diretos (IED), onde o processo produtivo é movido para fora mas mantido sob o controle da empresa; ou através de 2) “arm’s length contracts”, onde uma firma terceiriza uma parte ou todo o processo produtivo para um fornecedor formalmente independente (formalmente pois, embora a empresa líder não seja dona dos fornecedores, ela tem a capacidade de controlá-los)<sup>326</sup>. A “Apple”, por exemplo, não é dona das fábricas chinesas que montam seus iphones<sup>327</sup>, possuindo “contratos entre iguais” (arms length contracts) com as empresas montadoras

324 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**. New York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 82.

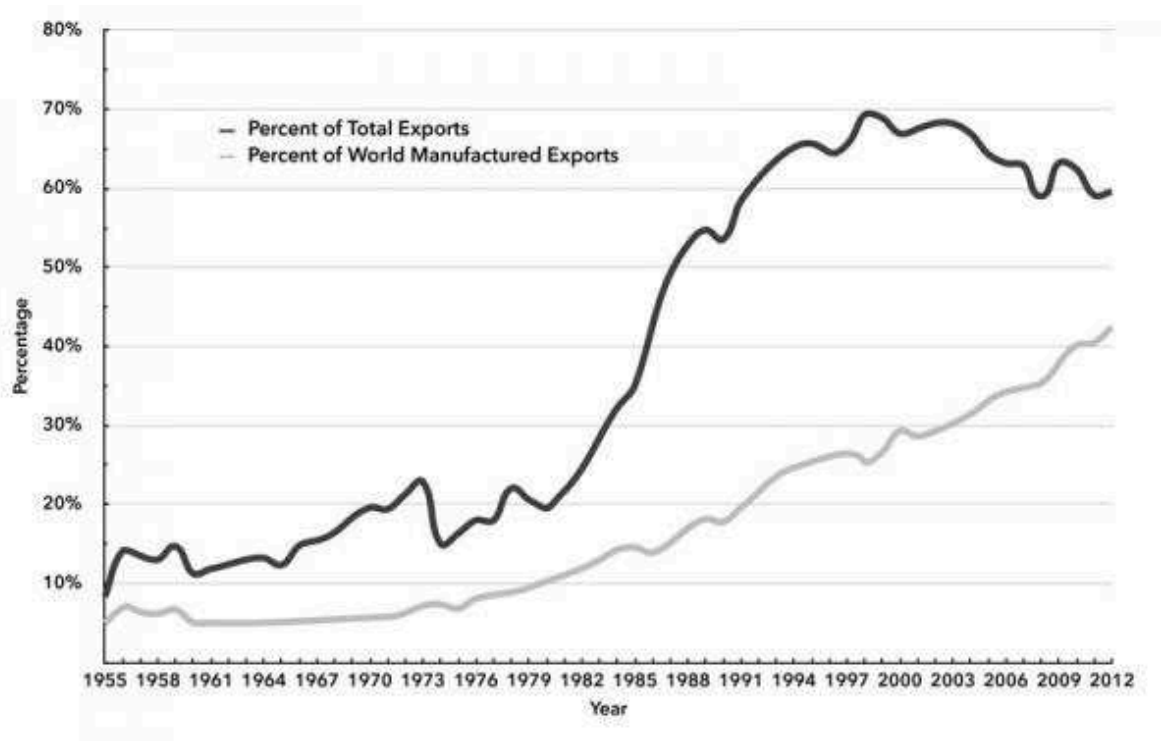
325 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 187-223.

326 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 68. Na definição do World Investment Report de 2011 da UNCTAD, os arms length contracts são “um modo desigual de operações transfronteiriças movidas por corporações transnacionais (TNC) [em que] a TNC externaliza parte de suas operações para uma firma parceira no país que a recebe, a qual não é propriedade da TNC, mas suas operações são mantidas sob controle por contrato que especifica a forma como devem ser conduzidas”.

327 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 22.

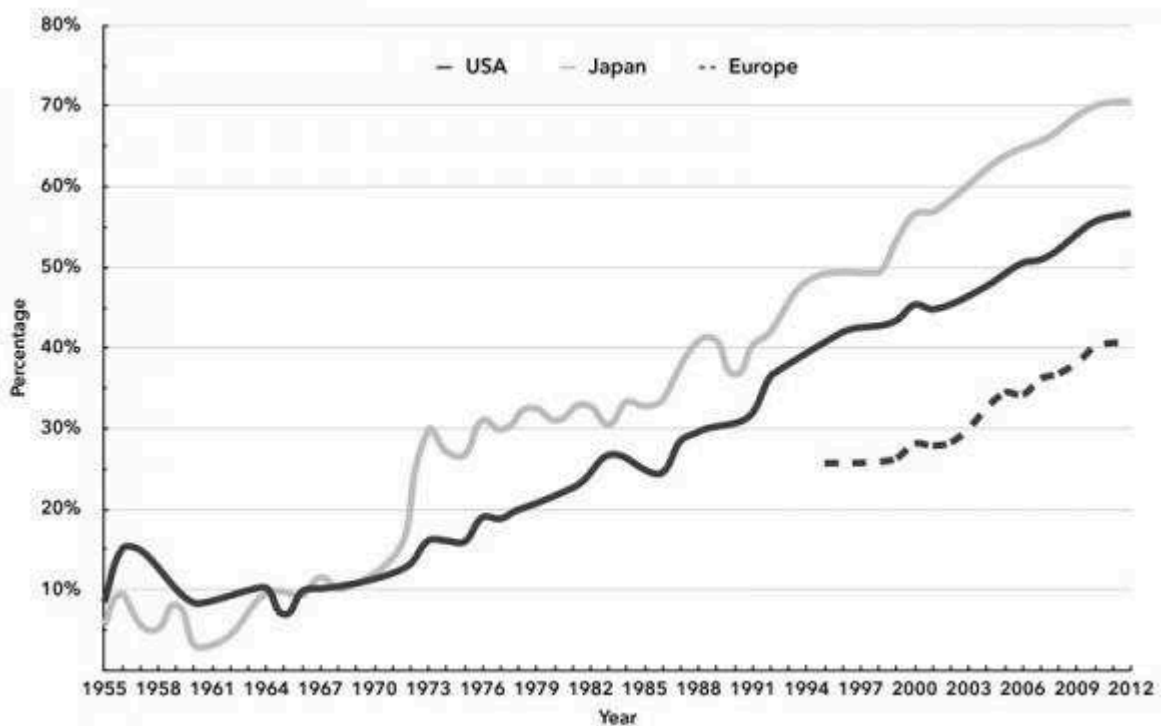
chinesas para que entreguem uma quantidade x de iphones em troca de x de dinheiro. Outros exemplos são o Walmart e a Tesco, duas corporações transnacionais que controlam a produção de milhões de trabalhadores que produzem as mercadorias que revendem através de “contratos entre iguais” sem possuir nenhuma relação direta de patrão-empregado com estes. É neste sentido que Smith sugere uma atualização do conceito de empresa transnacional, geralmente entendida como aquela que possui subsidiárias em outros países, para uma firma que tem o poder de coordenar e controlar operações em mais de um país”<sup>328</sup>.

Três gráficos elaborados pelo autor demonstram a magnitude do processo da globalização da produção. O gráfico I mostra o crescimento gigantesco da participação dos países periféricos (“em desenvolvimento”) no total das exportações mundiais – de 10% em 1955 a 60% em 2012! – e no total das exportações mundiais de produtos manufaturados – de 5% em 1955 a mais de 40% em 2012:

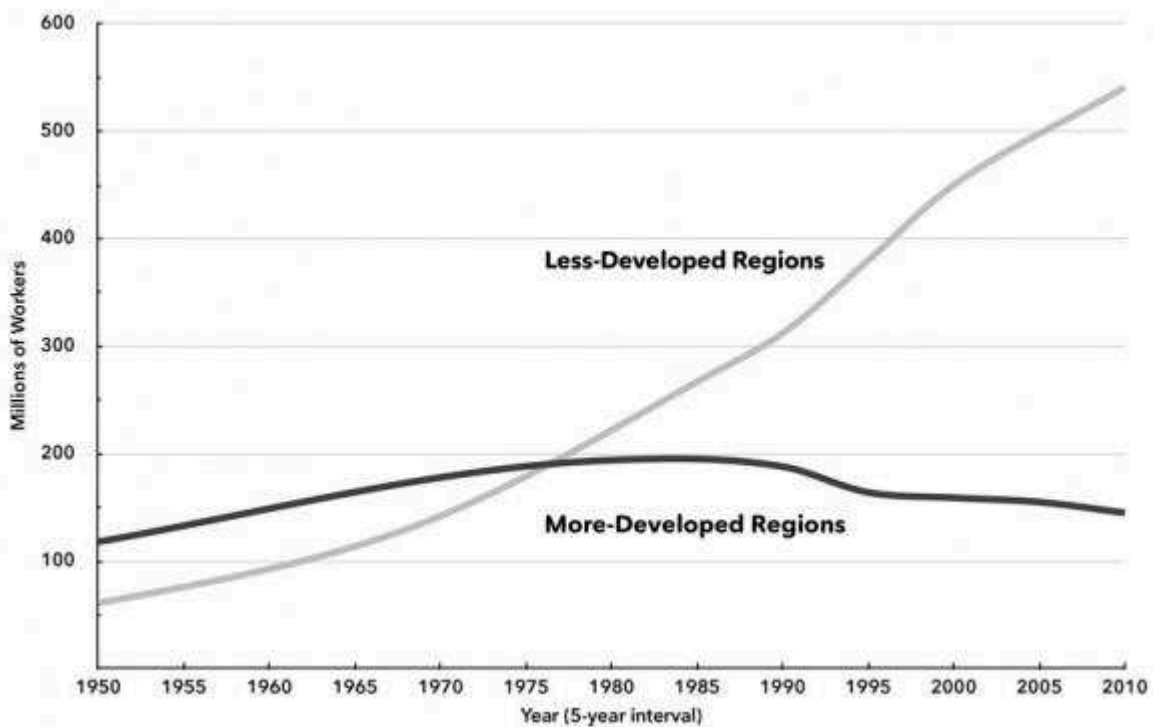


O gráfico II mostra, no sentido inverso, a porcentagem dos produtos manufaturados importados pelos países centrais que vieram de países em desenvolvimento. O EUA, por exemplo, que em 1980 importava dos países 'em desenvolvimento' 20% do total de produtos manufaturados que consumia, em 2012 importava quase 60%:

328 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 69.



O gráfico III, por fim, aponta como a quantidade trabalhadores industriais cresceu vertiginosamente nos países menos desenvolvidos, ao passo que nos países desenvolvidos o crescimento estancou em 1975 e passou a declinar a partir da década de 90:



De acordo com John Smith, a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) estima que “cerca de 80% do comércio global (...) está ligado às redes de produção internacional das corporações transnacionais”<sup>329</sup>. Assim, para Smith, o processo de globalização da produção, longe de significar o aumento do poder econômico dos países em desenvolvimento, aponta para o aumento do controle das corporações transnacionais sobre a produção destes países. A globalização da produção é o auge do processo embrionário que Marx visualizou no século XIX, ao dizer que “com o objetivo de se opor aos seus trabalhadores, os empregadores ou trazem trabalhadores de fora ou transferem a manufatura para países onde a força de trabalho é mais barata”<sup>330</sup>.

Podemos perceber, a partir da importância dada por Smith à repatriação dos lucros das empresas estadunidenses que moveram suas plantas produtivas para outras regiões (em especial a China e o sudeste asiático), que sua tese entra em conflito com a percepção de Harvey, a qual atenta para os aspectos negativos para o imperialismo do que entende como a perda de poder do capital produtivo para o capital financeiro. Em resposta à análise de Harvey, Smith argumenta que

“a terceirização [da produção dos países centrais para os periféricos] não foi tanto movida pelo despertar das finanças, mas pela estagnação e declínio da taxa de lucros manufatureiros e os esforços dos capitães da indústria em reagir a isto. O crescimento da importação de bens manufaturados baratos fez muito mais do que abastecer o consumismo; ele também deu suporte direto à lucratividade e à competitividade dos gigantes industriais estadunidenses, e foi ativamente promovido por estes. Longe de acabar com a dominância dos EUA – em outras palavras, a habilidade de suas corporações em capturar a parte do leão do mais-valor – a terceirização abriu novos caminhos para os capitalistas estadunidenses, europeus e japoneses estabelecerem sua dominância sobre a produção manufatureira global”<sup>331</sup>.

É com base nisto que o autor argumenta como

[a arbitragem global do trabalho] põe em primeiro plano a relação capital-trabalho, ilumina as enormes diferenças internacionais do preço do trabalho, abrange as duas formas em que capitalistas lucram da diferença salarial – terceirização [da produção para países de baixos salários] e migração [de trabalhadores de países de baixos salários para países de altos salários, que se submetem a salários e condições de trabalho inferiores aos dos trabalhadores do país imperialista] – e foca a atenção no fragmentado e hierarquicamente organizado mercado global de trabalho que dá origem a essas oportunidades de arbitragem. (...) O que é especial na arbitragem global do trabalho é o fato dela ocorrer inteiramente dentro da órbita da relação capital-trabalho. Arbitragem global do trabalho é imperialismo capitalista por excelência. Aqui, o capitalismo desenvolveu maneiras de extrair mais-valor das tão chamadas nações em desenvolvimento que são efetivadas não

329 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**. New York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 83.

330 MARX, Karl. Address of the General Council to the Lausanne Congress of the Second International [1987]. Citado por SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 198-9.

331 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 202.

por coerção política ou militar, mas por forças do mercado – o que Ellen Wood chamou de globalização dos imperativos capitalistas<sup>332</sup> [grifo meu].

Smith nota que Meiksins, em uma parte de seu livro, cita a importância das fronteiras para impedir que os trabalhadores migrem indiscriminadamente dos países de baixos salários para os de altos, quando fala da “função não menos importante do estado-nação na globalização (...) [de] administrar os movimentos do trabalho por meio do controle estrito das fronteiras e severas políticas de imigração, no interesse do capital”<sup>333</sup>. No entanto, diz ele, ela para por aí na questão da migração do trabalho, não desenvolvendo-a mais nem entrando na outra dimensão da arbitragem global do trabalho, diga-se, a terceirização da produção para países de baixos salários. “Pelo contrário”, diz ele, “Wood decide não adentrar nos 'meandros da teoria do valor’<sup>334</sup>, e como resultado seu excelente 'insight' não pôde ir adiante”. Em uma nota de rodapé, Smith comenta que “somente uma vez o 'Império do Capital' vagueia no terreno da teoria do valor, vagamente notando que 'uma indicação primordial de que o mercado global ainda está longe de integrado é o fato de que salários, preços e condições de trabalho ainda são largamente diversos ao redor do mundo. (...) os movimentos globais do capital requerem (...) um tipo de fragmentação econômica e social que aumente a lucratividade diferenciando os custos e condições da produção’”<sup>335</sup>. Hugo Corrêa, professor de economia na UFF e membro do NIEP-Marx, parece partilhar da impressão de Smith sobre essa questão não passar de um “insight” no livro de Meiksins, ao dizer que fica (apenas) “implícito” na obra de Wood que o imperialismo é considerado essencialmente como uma forma de apropriação do mais-valor, que fluiria das “nações mais fracas” para as “mais fortes”<sup>336</sup>. Leonardo Leite, também professor de economia na UFF e integrante do NIEP-Marx, ao desenvolver o argumento de Ellen Wood em seu texto “A lógica do império do capital”, conclui igualmente que “a motivação do imperialismo é a extração de valores”<sup>337</sup>.

---

332 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 198-9.

333 SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 199.

334 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

335 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 104. Citada por SMITH, John. **Imperialism in the Twenty-First Century**: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis. New York: Monthly Review Press, 2016, p. 352.

336 CORRÊA, Hugo. **Guerra e paz no capitalismo contemporâneo** (revisitando o debate sobre a necessidade do imperialismo). Belo Horizonte: anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política (ENEP), 2013.

337 LEITE, Leonardo. **A lógica do império do capital** (uma homenagem à Ellen Wood). Blog da Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/01/15/a-logica-do-imperio-do-capital-em-homenagem-a-ellen-m-wood/>.

## ESTADO E CAPITAL-IMPERIALISMO

Este capítulo se divide em duas partes. A primeira discute a relação entre o capital-imperialismo e os estados nacionais na teoria de Ellen Wood, apresentando sua defesa da importância crescente dos estados nacionais organizados no que a autora denomina “sistema de múltiplos estados”, e em seguida as críticas realizadas às suas teses, em especial a feita por William Robinson ao trabalho dela a partir da sua defesa da formação de um “aparato estatal transnacional”, que estaria transformando o modo de funcionamento desse sistema de estados nacionais múltiplos. A segunda apresenta a concepção de Harvey sobre a relação, baseada na distinção, emprestada de Arrighi, das lógicas territorial e capitalista de poder, e procura traçar as aproximações e distanciamentos entre as teses do “Novo Imperialismo” e do “Império do Capital” acerca da função do Estado. As contribuições de Noel Castree, Bob Sutcliffe, Robert Brenner, Sam Ashman e Alex Callinicos e Ben Fine, escritas para o dossiê da Historical Materialism sobre o livro do Harvey ajudarão no debate. Por fim, o subcapítulo III traz uma breve reflexão acerca da essência da hegemonia estadunidense, questionando o significado da guerra do Iraque a partir das leituras de Harvey e Meiksins acerca do futuro do imperialismo estadunidense.

### I. SISTEMA DE ESTADOS MÚLTIPLOS

#### *Parte 1: Estado*

##### **A.** *A centralidade crescente do Estado nacional para o imperialismo capitalista*

Para Ellen Wood, hoje os estados nacionais são mais importantes do que nunca para o imperialismo capitalista. Segundo ela, “não seria um exagero dizer que o Estado é a única instituição não econômica verdadeiramente indispensável ao capital”. Embora as operações diárias do capital continuariam “se a OMC fosse destruída, e talvez até agradecesse a remoção de obstáculos colocados em seu caminho por organizações que dão alguma voz às economias subordinadas é inconcebível que essas operações pudessem sobreviver por muito tempo à destruição do Estado local”<sup>338</sup>.

---

338 WOOD, Ellen. *O império do capital* [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 106-7.

## B. Sistema de estados múltiplos x governança global

O fato da globalização ter estendido a força puramente econômica do capital para muito além do alcance de qualquer estado-nação significa, para Meiksins, que “o capital global necessita de muitos estados-nação para realizar as funções administrativas e coercivas que sustentam o sistema de propriedade e fornecem o tipo de regularidade, previsibilidade, e ordem legal do dia-a-dia que o capitalismo precisa”<sup>339</sup>. Para ela, nenhuma espécie de governança global “pode fornecer o tipo de ordem diária ou as condições de acumulação que o capital requer”.

Como vimos anteriormente, é a dominação através dos imperativos de mercado, e não de ocupações coloniais diretas, que caracteriza, na análise de Meiksins, o novo imperialismo. Assim, da mesma forma como os trabalhadores são formalmente livres na sociedade capitalista, o mesmo vale para os estados nacionais, que, formalmente, tem soberania para decidir sobre seus assuntos internos. É nesse sentido que Meiksins argumenta como “o novo imperialismo, em contraste a formas mais antigas de impérios coloniais, depende mais do que nunca de um sistema de estados nacionais múltiplos e mais ou menos soberanos”.

Para Meiksins, “A ordem não será em grande parte oferecida por qualquer espécie de governança global, mas por um sistema internacional de estados múltiplos, que provavelmente seguirá necessitando de um impositor nacional”<sup>340</sup>. “A multiplicidade de Estados “não caracteriza apenas uma fase histórica determinada, mas representa um traço básico da forma política capitalista e uma das condições essenciais de sua preservação e de seu desenvolvimento”<sup>341</sup>. “Apesar de o Estado territorial não ter sido criado pelo capitalismo, a separação claramente capitalista entre o econômico e o político produziu uma soberania territorial mais claramente definida e completa do que seria possível em sociedades não capitalistas”<sup>342</sup>.

De acordo com ela (ainda em 2013, quando escreve o prefácio para a edição brasileira do 'Império do Capital'), o impositor nacional que administra o sistema de estados múltiplos provavelmente continuará sendo os Estados Unidos. O ponto central da manutenção da hegemonia estadunidense está em seu imenso poder militar, do qual “nenhuma outra potência nacional se aproxima” (como veremos a seguir, Harvey concorda com Meiksins neste ponto acerca de ser no campo militar que o poder norte-americano é mais forte). É importante, segundo ela, notar que competidores ameaçam a dominância econômica dos EUA – a potência chinesa em particular – e que pressões fiscais, resultantes desta diminuição do poder econômico estadunidense,

339 WOOD, Ellen Meiksins. *Empire of Capital*.

340 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 23.

341 HIRSCH, Joaquim. **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010, p.69. Citado por HOEVELER, Rejane. A internacionalização do estado na história contemporânea: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 127.

342 WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 22.



inevitavelmente “emergem contra os custos do poder militar”, ou seja, um enorme potencial militar exige uma respectiva economia pujante que dê conta dos enormes gastos exigidos pelo exército<sup>343</sup>.

### C. *Hegemonia e força militar*

Para Meiksins, a função da força militar imperialista consiste em “exibições regulares de sua força militar (...) para encorajar os outros”. O Iraque, por exemplo, “parecia ser um alvo conveniente não por representar uma ameaça aos Estados Unidos e seus aliados, mas justamente por não representar nenhuma ameaça real”<sup>344</sup>. Desta maneira, o objetivo central das intervenções militares estadunidenses é “chocar e apavorar o mundo” e “demonstrar serem eles o poder militar esmagador, aquele que não vale a pena desafiar ou mesmo igualar”. Por isso, “os excessos militares estão inscritos na missão do próprio capitalismo”<sup>345</sup>.

A intervenção dos EUA no Irã, quando Mossadegh nacionalizou a indústria do petróleo e foi derrubado pela CIA (1953) e na Guatemala, quando Árbenz foi derrubado por ameaçar os interesses da empresa estadunidense United Fruit Company (1954), bem como a derrubada do governo de João Goulart com o golpe militar de 1964 e a derrubada do governo socialista de Allende no Chile em 1973 são alguns dos exemplos de intervenções cirúrgicas do imperialismo estadunidense que tiveram como objetivo a mudança pontual de regimes, que não resultaram em ocupações. O apoio estadunidense ao golpe branco no Paraguai que derrubou o presidente Fernando Lugo e ao recente impeachment da presidenta Dilma são exemplos recentes desta prática do império do capital. Para Meiksins,

A importância do papel do estado territorial em organizar o mundo para o capital global dá uma importância ainda maior à manutenção de regimes cúmplices - não menos importante, é claro, embora não exclusivamente em regiões ricas em petróleo; e isso incentiva não só as guerras diretamente destinadas a alcançar a "mudança de regime", mas, em uma estratégia ainda mais perigosa, guerras cujo objetivo principal é o "efeito demonstração". Uma vez que nenhum poder militar existente pode estar em toda parte ao mesmo tempo, o projeto de policiar um sistema global de vários estados tem gerado esse militarismo aberto que mostra ao mundo uma constante ameaça de guerra, a qualquer hora e a qualquer lugar, sem objetivo claro ou

343 WOOD, Ellen. Prefácio à edição brasileira [2013] em **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 13.

344 WOOD, Ellen. Prefácio à edição brasileira [2013] em **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 12.

345 WOOD, Ellen. Prefácio à edição brasileira [2013] em **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 12.

perspectiva de término, demonstrando regularmente os seus poderes de destruição<sup>346</sup>.

Perry Anderson, nas páginas da “New Left Review”, apresenta análise próxima à esta tese de Meiksins quando argumenta que a entrada dos EUA na Primeira Guerra Mundial “não havia respondido a nenhum interesse nacional determinável”, tendo sido “produto de um enorme excesso de poder dos EUA sobre quaisquer objetivos materiais por ela alcançáveis”<sup>347</sup>.

Como no seriado “House of Cards”, onde o presidente e a embaixadora estadunidenses traçam os planos de ocupação e controle estratégico do Oriente Médio por tropas norte-americanas com base na busca de consensos com os rivais na região (Rússia) e planos de “ajuda externa”, evitando ao máximo o desencadeamento de um conflito bélico, Wood lembra como a forma preferida de dominar dos EUA não é por ocupações territoriais de longo período.

#### *D. Função econômica do Estado*

Segundo a crítica de Bose, Meiksins negligencia as funções econômicas do Estado no capitalismo. Para ele, há a “ausência de uma análise sistêmica das funções econômicas do Estado-nação sob o capitalismo”<sup>348</sup> no trabalho de Meiksins. Essa “falta de esforço em investigar o conjunto de funções econômicas que o estado desempenha sob o capitalismo”<sup>349</sup> estaria relacionada, em primeiro lugar, à visão supostamente estrita da autora em relação ao Estado, no sentido que o vê apenas como agente extra-econômico, nas forças coercivas com o intuito de impor e sustentar as relações de propriedade capitalistas e manter a ordem social. Meiksins deixa muito nítido que para ela, a função essencial do Estado não é realizar a extração do excedente dos explorados, mas sim dar suporte à extração realizada pelo mercado, criando e mantendo as condições necessárias para isso. Essa tese não nega de modo algum que o Estado pode desempenhar funções econômicas importantes; no entanto, Meiksins não pensa sobre essa possibilidade nem muito menos aborda nenhum exemplo prático desse fenômeno. Como Bose coloca, todas as funções desempenhadas pelo Estado mencionadas pela autora são “de uma natureza de suporte, que é externa ao processo de acumulação do capital e ao funcionamento dos mercados, ao invés de

---

346 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics** [2007]. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 135-6.

347 ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, p. 19.

348 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** In Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 99.

349 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** In Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 99.

serem uma parte integrante”<sup>350</sup>, havendo a “ausência de uma análise sistemática das funções econômicas do Estado-nação sob o capitalismo”<sup>351</sup>. Duas funções econômicas importantes desempenhadas pelo Estado no capitalismo são apontadas por Bose:

1) A administração pelo Estado da demanda agregada do mercado, evitando (ou ao menos adiando) crises de superprodução. Ou seja, o uso do dinheiro do Estado (arrecadado por impostos, adquirido por empréstimo de outros etc.) para estimular a compra de produtos fabricados pela indústria que “sobrariam” devido à falta de demanda, característica intrínseca ao modo de produção capitalista, onde, grosso modo, o aumento da produtividade (ou seja, o aumento da quantidade de coisas pra comprar no mercado) muito maior que o aumento dos salários (ou seja, o dinheiro que irá comprar as coisas no mercado) faz com que as prateleiras dos supermercados se encham de produtos que os consumidores não podem pagar. O Estado pode fazer isso através de gastos diretos, como investindo em tecnologias militares ou obras de infraestrutura, ou estimulando o consumo através da disponibilização de crédito, um bom exemplo sendo o crédito disponibilizado para a compra da casa própria, como o programa “Minha Casa, Minha Vida” do governo do PT (exemplo que deixa evidente, para nós que vivenciamos agora a crise, como tais medidas mais adiam do que evitam as inevitáveis crises de superprodução do capital). De acordo com Bose, Paul Barán e Paul Sweezy, no “Capitalismo Monopolista”, também identificam o papel do Estado em absorver excedentes, através de gastos militares ou incorrendo em déficits fiscais<sup>352</sup>.

2) Os mercados capitalistas não funcionam sem um meio de troca e de reserva de valor, função desempenhada pelo dinheiro. O Estado dá o suporte legitimador a esse dinheiro, gerando confiança entre os detentores da riqueza, possibilitando que uma nota de papel ou um número no banco possam ser usados como reservas de valor.

Bose acrescenta a estes dois pontos o papel econômico do Estado imperial em subsidiar seus agricultores e estabelecer tarifas e controles de importação para proteger sua produção agrícola doméstica.

Segundo Bose, essa ausência reforça a impressão de que Meiksins compreende a globalização como um fenômeno de mudanças quantitativas (maior alcance geográfico do capital)

350 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** In Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 100.

351 BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** In Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 99.

352 BARÁN, Paul e SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista** – ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1966, p. 181, 184. Os autores falam da “absorção do excedente pela máquina militar dos Estados Unidos”, o que é feito para manter “uma clara superioridade militar” necessária ao “líder indiscutível”. p. 181, 184. Citados por BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** In Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 100.

mais que qualitativas (no exemplo do autor, a mudança do papel do Estado-nação)<sup>353</sup>. Não abordar o papel econômico desempenhado pelos Estados-nação seria um erro decorrente da falta de compreensão da autora acerca das transformações internas do capital trazidas pela globalização, as quais teriam tido “importantes implicações” para as duas funções econômicas do Estado expostas acima. Meiksins, em contrapartida, argumenta que o que Bose vê como mudanças internas do capital trazidas pela globalização são, na verdade, transformações trazidas pelo imperialismo especificamente capitalista<sup>354</sup>.

Bose faz seu ponto ao demonstrar que, nesses dois casos, o papel do Estado “é interno ao processo de acumulação do capital, no sentido que o primeiro não é descolado do segundo, como por exemplo, o papel extra-econômico do Estado em manter as relações de propriedade”. Em ambos os casos, o papel do Estado não está descolado da acumulação do capital, quer dizer, o Estado desempenha um imperativo econômico, não extra-econômico. Acredito que Meiksins não discordaria dessa crítica de Bose, o que não tenho certeza pois a autora não adentra nessa discussão em seu artigo de resposta aos críticos na HM. Mas fato é que em seu livro o Estado sempre é tratado como agente extra-econômico, nunca se refletindo sobre a possibilidade dele mobilizar imperativos econômicos diretamente.

## ***Parte 2: Globalização***

### ***A. A internacionalização do Estado***

No dossiê da HM sobre o livro de Wood, William I. Robinson é o debatedor que mais adentra na discussão sobre o papel dos estados nacionais no imperialismo capitalista. Robinson é professor, desde 2001, na área de “Estudos Globais” do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia), escreveu diversos livros sobre a temática da “globalização” (um dos mais proeminentes é “A Theory of Global Capitalism: Production, Class and State in a Transnational World”, de 2004), e é conhecido por suas ferozes críticas à ocupação de Israel sobre a Palestina (escreve com frequência na agência de notícias AlJazeera sobre o tema) e à ação imperialista dos EUA, com ênfase nas ações sobre o Afeganistão, o Iraque e a Nicarágua (onde trabalhou como jornalista na década de 80). A tese central do trabalho que vem desenvolvendo nas últimas décadas argumenta que vivemos em uma nova época do desenvolvimento capitalista, a fase do capitalismo transnacional, “caracterizada pela ascensão de capital verdadeiramente

353 BOSE, Prasenjit. 'New' Imperialism? In Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 99.

354 WOOD, Ellen Meiksins. A reply to critics [2007]. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 135-6.

transnacional, circuitos de acumulação globais e aparatos estatais transnacionais”<sup>355</sup>. Segundo ele, o aparato estatal norte-americano é utilizado pelas elites transnacionais para “expandir, defender e estabilizar o sistema capitalista global”<sup>356</sup>, ou seja, o processo de internacionalização do Estado torna os estados nacionais um aparato das “classes capitalistas transnacionais”. Assim, sua principal divergência com a tese da Meiksins é acerca da importância dos estados-nação territoriais (que ele questiona, argumentando que quanto mais globalização, mais os estados-nação perdem autonomia e promovem a agenda formulada por organismos internacionais, e ela diz que, pelo contrário, tal importância cresceu nos últimos tempos), sendo a compreensão dos dois acerca do que é o processo de globalização bastante distinta e divergente.

O debate sobre a “internacionalização do estado” não é novo: desde a década de 80, estudiosos das Relações Internacionais e da História Contemporânea se debruçam sobre o tema. Rejane Hoeveler, do departamento de História da UFF, faz um preciso apanhado geral dos principais autores e autoras que entraram na discussão acerca do “processo através do qual as principais decisões político-econômicas das nações (o chamado “policy-making”) são cada vez mais influenciadas pelas determinações internacionais”<sup>357</sup>. Na “Era dos Extremos”, Hobsbawm disserta sobre o “solapamento” dos Estados nacionais e o crescimento das organizações internacionais após 1945 e a transnacionalização da economia:

Quando a economia transnacional estabeleceu seu domínio sobre o mundo, solapou uma grande instituição, até 1945 praticamente universal: o Estado-nação territorial, pois um Estado assim já não poderia controlar mais que uma parte cada vez menor de seus assuntos. Organizações cujo campo de ação era efetivamente limitado pelas fronteiras de seu território, como sindicatos, parlamentos e sistemas públicos de rádio e televisão nacionais, saíram portanto perdendo, enquanto organizações não limitadas desse jeito, como empresas transnacionais, o mercado de moeda internacional e os meios de comunicação da era do satélite, saíram ganhando (...) a simples necessidade de coordenação global multiplicou as organizações internacionais mais rápido do que nunca nas Décadas de Crise [1970 e 1980]. Em meados da década de 1980, havia 365 organizações intergovernamentais e nada menos que 4615 não-governamentais, ou seja, acima de duas vezes mais que no início da década de 1970<sup>358</sup>.

355 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.71.

356 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.71.

357 HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 103.

358 HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos**. O breve século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 413. Citado por HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 103-4.

Embora seja “difícil enquadrar o debate acerca da internacionalização dos Estados em escolas muito coesas e identificadas”, Rejane vê três correntes relativamente consolidadas: a “neogramsciana”, a “neopoulantziana” e a encabeçada pelo alemão Joaquim Hirsch.

O principal teórico da escola neogramsciana é o canadense Robert Cox. Para ele, as três características centrais do processo de internacionalização do Estado são 1) o “processo de formação de consenso interestatal com relação às necessidades ou condições da economia mundial”, que acabaria com as disputas inter-imperialistas; 2) a forma hierárquica como se dá a participação dos estados na formação desse consenso, ou seja, não há um equilíbrio entre forças iguais, mas sim um equilíbrio baseado no controle exercido pelo(s) estado(s) mais forte(s) sobre os mais fracos; 3) o ajuste das estruturas internas dos estados para transformar “o consenso global em política e prática nacional”, ou seja, os estados nacionais atuam mais ou menos como correias de transmissão das exigências da economia global. A formação de uma “fração de classe capitalista transnacional” a partir da década de 60, “composta pelos setores mais internacionalizados do capital, especialmente aqueles ligados às finanças”, e que constrói essa formação do consenso interestatal e formula as políticas internacionais a serem passadas para os estados nacionais, é uma ideia central para a tese de Cox e dos demais neogramscianos.

William Robinson, como veremos melhor adiante, defende veementemente a existência de uma “classe capitalista transnacional” e de um “aparato estatal transnacional”, sendo incluído por Rejane no grupo dos neogramscianos: ela traz em seu trabalho um artigo de Robinson intitulado “Gramsci and globalization: from nation-state to transnational hegemony”, onde ele “afirma claramente que a internacionalização do Estado converte Estados-Nação em “correias de transmissão” e “dispositivos de filtragem” (“filtering devices”) para a imposição da “agenda transnacional””<sup>359</sup>, ou seja, “a função do Estado estaria mudando da formulação de políticas nacionais para a administração de políticas formuladas por essa elite transnacional atuante através de instituições supranacionais”<sup>360</sup>. Isso, portanto, não significa que o Estado perdeu sua importância funcional para o sistema, mas que a autonomia dos estados nacionais para deliberações estratégicas foi destruída. Como escreveu Rejane, o Estado-nação, para Robinson, “contribuiria para a acumulação global de capital de várias formas: adotando a política fiscal e monetária necessária

359 HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 110.

360 HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 110.

para manter estabilidade econômica, criando infraestrutura básica para a atividade econômica global, e provendo controle e estabilidade social”<sup>361</sup>.

Dessa forma, os neogramscianos trabalham com a hipótese de que a hegemonia mundial do capitalismo não é mais exercida por um único Estado-nação, como era o caso dos EUA durante o período do “capitalismo fordista”. Cox argumenta que a crise da hegemonia norte-americana nos anos 60 e 70 “teria provocado a necessidade de uma nova e modificada estrutura institucional”, que gerasse um novo “consenso hegemônico” que abarcasse o crescimento da Alemanha e Japão, do capital transnacional e de países recentemente industrializados, o que refletiu na criação de fóruns como a “Trilateral Commission” e o “Western Economic Summit Meetings”<sup>362</sup>. Stephen Gill (considerado, atrás de Cox, a segunda maior referência da escola neogramsciana), embora discorde da existência de uma crise da hegemonia norte americana nos anos 60 e 70 argumentando que foi uma crise de hegemonia internacional (polemizando com os teóricos do sistema-mundo, principalmente Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, “por entenderem a hegemonia como algo cíclico e que já estaria numa fase de inevitável decomposição”), aponta a criação da Comissão Trilateral como reflexo do estágio mais avançado da consciência de classe da burguesia internacional, concretizando-se enquanto uma instituição com “papel de liderança na formação de um novo bloco histórico mundial, atuando como verdadeiro “partido” desta fração de classe, não apenas produzindo ideologias, mas organizando a hegemonia desta fração”<sup>363</sup>, ou seja, construindo uma forma nova de hegemonia que não tinha suas bases nos estados nacionais, pois era construída não por capitalistas nacionais, mas pela “fração capitalista transnacional”.

Aproveitando a contextualização de Robinson em um grupo de pesquisadores mais amplo, vamos trazer os principais argumentos da sua crítica à Meiksins para depois, abordarmos os argumentos dos neopoulantzianos e de Hirsch em conjunto com a resposta de Meiksins à Robinson.

### ***B. Classe capitalista transnacional (TNC) e aparato estatal transnacional (TNS)***

O primeiro ponto levantado por Robinson é sua defesa do processo de transnacionalização do capital em contraposição à “centralidade dos capitais nacionais” que, nas palavras dele, é um “princípio fundamental” da tese de Meiksins<sup>364</sup>. Se opõe à caracterização de Meiksins acerca da

361 HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 110.

362 HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 110.

363 HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 112.

364 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.75.

importância das economias nacionais distintas, capitais nacionais e circuitos de acumulação nacionais, bem como acerca da competição econômica que existiria entre nações-estado rivais. Ele nega que o capital continua organizado, principalmente, ao longo de fronteiras nacionais<sup>365</sup>, embora não negue a existência destes: os capitais locais ainda existem, convivendo e competindo com os capitais transnacionais, mas são estes últimos que comandam a produção mundial<sup>366</sup>, a partir do momento em que “frações transnacionalmente orientadas atingiram hegemonia sobre frações locais e nacionais do capital nos anos 80 e 90 na maioria dos países do mundo”<sup>367</sup>. Deste modo, Robinson argumenta que os grandes conglomerados capitalistas mundiais “deixaram de ser corporações estadunidenses na última parte do século XX e crescentemente representam grupos capitalistas internacionais”<sup>368</sup>.

Para ele, portanto, o “processo de transnacionalização das ações de propriedade” (ou seja, que as empresas possuem cada vez mais donos de diferentes países que compartilhem entre si a propriedade e os lucros da empresa) e “e dos conselhos de diretores” diminui cada vez mais a relevância ou mesmo a possibilidade de competições inter-imperialistas baseadas em competições entre capitais nacionais (embora argumente que existam disputas dentro da classe capitalista transnacional, baseadas em conflitos de interesses que não tem a ver com as diferentes nacionalidades de cada grupo conflitante<sup>369</sup>). Por fim, Robinson argumenta que o que diferenciaria a TCC dos capitalistas nacionais é que ela “está envolvida na produção global e administra circuitos de acumulação globalizados”<sup>370</sup>.

No entanto, não fica nítido porque burguesias nacionais não poderiam comandar um processo de produção global, através da exportação de capitais, tampouco são apresentados dados empíricos que apontem para o “processo de transnacionalização das ações de propriedade”. Em contraposição às teses da transnacionalização do capital, uma gama de pesquisas empíricas aponta para como os capitais ainda mantém suas bases em seus estados-nação originais, e para como o

365 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.75.

366 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.78.

367 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.79.

368 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.72.

369 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.76.

370 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.78.



conselho de diretores das grandes empresas são compostos majoritariamente por pessoas do mesmo país<sup>371</sup>.

Robinson contrasta o modelo de produção nacional com o processo de “transnacionalização da produção”, mostrando como na virada para o século XXI, 2/3 do comércio mundial não era “arm's length trades” – entre diferentes empresas de diferentes nações – mas sim “intra-firm trades”<sup>372</sup> – trocas comerciais entre filiais da mesma companhia localizadas em diferentes países, geralmente de peças para a fabricação de produtos finais. Sem dúvida, esse dado aponta para o processo da globalização da produção: uma filial, de uma grande empresa estadunidense, extrai minerais no Brasil e exporta para outra filial da empresa no sudeste asiático, que transforma os minérios em pequenas peças enviadas para uma terceira filial na China montar smartphones que, por fim, serão vendidos em sua maioria nos EUA e na Europa. Nada do que Robinson disse, porém, aponta para um controle transnacional desse processo. A globalização da produção, ou seja, o desmantelamento do processo de produção das mercadorias em diversas etapas que ocorrem em diferentes lugares do globo, não significa de forma nenhuma que esse processo não está sendo movido por empresas que tem seu capital baseado em um estado-nação e possui seu conselho de diretores majoritariamente composto por capitalistas daquele país!

Segundo Robinson, o processo de acumulação capitalista M-C-P-C'-M' se transnacionalizou. Antes, M-C-P-C' acontecia dentro de um país (a meu ver, negligenciando que dinheiro imperialista era convertido em capital para pagar a mão de obra extratora de matérias-primas nos países periféricos (seja pela contratação direta, seja pela compra das matérias primas de uma empresa nacional que explorou a mão de obra), e as mercadorias eram vendidas no mercado internacional, seus lucros retornando ao país produtor e reiniciando o ciclo. Sob a globalização, “P é cada vez mais globalmente descentralizado, assim como toda a primeira parte do circuito, M-C-P”. A partir disso, Robinson conclui que o capital investido na compra de força de trabalho, máquinas e matérias-primas para a produção de mercadorias passou a ser transnacional com base na transnacionalização da produção<sup>373</sup>! Esse raciocínio tautológico não explica algo muito simples: porque uma empresa estadunidense não pode comprar um terreno no Brasil e contratar uns peões para plantar pinus, depois cortá-los e transportar para a fábrica de papel que possui na África, de onde venderá papel para todo o mundo? P está descentralizado, mas o dinheiro investido [pode ter vindo] todo dos bolsos de estadunidenses, portanto lucros não vão se espalhar pelo Brasil e pela

371 FOSTER, John Bellamy. **The new imperialism of globalized monopoly-finance capital**. New York: Revista Monthly Review, v.63, n3, 2015, p. 10.

372 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.76.

373 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.77.

África, ou, nas palavras de Robinson, “dispersar-se através do mundo através do sistema financeiro global”.

Robinson diz que “frações transnacionalmente orientadas” da burguesia atingiram hegemonia sobre frações locais e nacionais do capital na década de 80 e 90 na maioria dos países do mundo. Nesse processo, teriam capturado a maioria do aparato dos estados nacionais – ou ramos-chave (“key-branches”) dentro desses estados<sup>374</sup>. No entanto, fico em dúvida sobre quais são esses “ramos-chave” capturados dos estados nacionais pela elite transnacional, pois ele não dá nenhum exemplo empírico após afirmar teoricamente a existência de tal processo. O único exemplo dado pelo autor (“um exemplo de muitos será suficiente, e é claro que aqui preciso simplificar”), em outra parte de seu artigo, sobre como a circulação do capital tende, no período da globalização, a “desvencilhar-se do controle político e institucional do estado nação” é o caso venezuelano: segundo ele, no momento em que a ordem burguesa desmoronava na década de 90 e a tomada do estado pelas classes populares parecia cada vez mais provável, burocratas estatais e investidores privados começaram a criar inúmeras subsidiárias da PDVSA (a companhia estatal de petróleo) em parceria com petrolíferas transnacionais, transferindo a riqueza nacional do petróleo para empresas transnacionais. “Dessa forma”, conclui, “as classes populares, mesmo conquistando um ponto de apoio no estado, foram menos capazes em utilizar esse estado como uma alavanca institucional para arrancar riqueza de uma burguesia transnacionalizada”<sup>375</sup>. Não tenho certeza se entendi bem o argumento do Robinson, e no futuro gostarei de ler seus livros – os quais espero conterem mais exemplos empíricos que embasem sua tese. Mas a princípio, o que ele mostra com isso é como o estado teve um papel central na privatização da produção de petróleo na Venezuela – a questão é, a manutenção do funcionamento dessas subsidiárias privatizadas depende tanto das leis trabalhistas do estado quanto qualquer outra empresa privada... O argumento dele não me parece fazer sentido: fala como se o estado perder espaço na produção nacional significasse que ele perdeu importância para o capital, enquanto que o argumento da Meiksins é que a função do estado é justamente criar as condições fundamentais pro funcionamento das empresas capitalistas: ora, a expropriação constante dos meios de produção é tarefa do estado nação muito antes da globalização! Isso talvez até dialogue com o que o argumento que vimos do Bose sobre a função econômica do estado. A dificuldade das “classes populares” em tomar os meios de produção para si reside no fato de que terá de enfrentar fortes grupos burgueses imperialistas, de quem terá de arrancar, por exemplo, as máquinas usadas na extração e refinamento do petróleo, e não apenas uma burguesia nacional

374 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.79.

375 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.80.

(mesmo que apoiada por seus aliados internacionais). Nenhum dos apontamentos do Robinson nos levam a concluir que a relevância do aparato estatal diminuiu, que as “possibilidades que ele oferece são mais limitadas”: o estado continua sendo quem imporá por lei a expropriação e quem terá o exército que resistirá à fúria dos imperialistas... A privatização da educação, um exemplo que pensei procurando dar materialidade às ideias de Robinson, e o crescente controle monopolístico sobre as escolas privadas aponta para a transferência de uma função antes exercida por burocratas estatais e agora feita por empregados assalariados das grandes empresas transnacionais de educação, que, por exemplo, elaboram materiais didáticos a serem usados por escolas nos mais diversos cantos do globo. No entanto, a dependência das escolas privadas em relação às leis estatais que regem a relação patrão-empregado para a contratação dos professores, e em relação aos planos (Lei de Diretrizes e Bases, etc.) a serem seguidos formulados pelo estado, é muito grande. De toda forma, Meiksins não se refere à função de “aparelho ideológico” como central ao Estado. Sua ênfase é na base política, militar e judicial que cria as condições para o funcionamento das empresas.

É após defender a existência da TNC, Robinson fala da formação de um “aparato estatal transnacional” (TNS), que corresponderia à formação da TNC. A criação desse aparato estatal transnacional não significa, para Robinson, “que instituições supranacionais como o FMI e a OMC substituem ou tornam irrelevantes os estados nacionais”<sup>376</sup>; segundo ele, “o capitalismo global não pode dispensar o estado”<sup>377</sup>. Desenvolvendo sua tese de acordo com sua ideia de que a TNC se apropria de mecanismos dos estados nacionais e passa a controlá-los, Robinson diz que “há funções vitais que os estados nacionais desempenham para o capital transnacional, entre elas, conjuntos de políticas econômicas com o intuito de atingir equilíbrio macroeconômico, a provisão de leis de propriedade, infraestrutura e, é claro, controle social e reprodução ideológica”. No entanto, continua ele, “há outras condições que capitalistas transnacionais necessitam” que não podem ser providas pelos estados nacionais, como “organizar uma unificação supranacional das políticas econômicas, criar um campo unificado para o capital transnacional operar, impor regimes comerciais transnacionais, “transparência” supranacional, etc.”. A construção desse “sistema supranacional de leis e regulações” foi realizada por instituições transnacionais “sincronizadas com os estados nacionais neoliberais que foram capturados por forças locais transnacionalmente orientadas”. Assim, reafirma sua tese de que “os estados nacionais estão sendo transformados e crescentemente absorvidos funcionalmente por uma instituição transnacional”: o FMI e a OMC, por exemplo,

376 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.82.

377 <sup>305</sup>ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.81.

“trabalharam em conjunto com estados nacionais para rearticular as relações de trabalho, instituições financeiras e circuitos de produção” das economias nacionais para se adaptarem ao sistema global de acumulação<sup>378</sup>. Infelizmente, exemplos mais concretos e empíricos de como os estados nacionais são “funcionalmente absorvidos” pelas instituições transnacionais ficam faltando.

“Claramente, o FMI, ao impor um programa de ajustes estruturais que abre determinado país à penetração do capital transnacional, à subordinação do trabalho local, e à extração de riquezas pelos capitalistas transnacionais, está operando como uma instituição estatal para facilitar a exploração de trabalho local pelo capital global”. Robinson diz que Meiksins se equivoca ao reduzir o papel imperialista desempenhado pelo FMI à “instrumentos do imperialismo estadunidense” pois, diz ele, nenhum programa do FMI cria condições que favorecem o capital estadunidense de maneira especial – em vez disso, abrem a força de trabalho e os recursos do determinado país para “capitalistas de qualquer canto do mundo”<sup>379</sup>. No entanto, quando as portas de um país periférico são abertas para “quaisquer capitalistas”, lembremos que será a competição entre as empresas capitalistas que irá definir quais entrarão e quais ficarão de fora da exploração dos recursos sociais e naturais do país. Uma grande potência econômica – o caso dos EUA, a maior do mundo, ou ao menos o era no final do século XX, período que Robinson trata – terá muito mais vantagens com a abertura das portas de países periféricos que países com menor potencial para exportar capital. Além disso, parte das contrapartidas dos empréstimos feitos por organizações como o FMI são mantidas às escuras... como escreveu Harry Magdoff, “a troca de cartas entre o FMI, os Estados Unidos e o país candidato a empréstimo, que revelam as condições ditadas, é confidencial e de difícil acesso ao público”<sup>380</sup>. Muitas vezes, organizações como o FMI e a OMC servem como máscaras para os interesses unilaterais dos EUA: “para os Estados Unidos, trabalhar com os outros países serve, frequentemente, como tática oportuna: a imposição da vontade dos EUA não parece tão nefasta quando surge sob os auspícios de uma organização internacional”<sup>381</sup>.]

De todo modo, Meiksins argumenta como a hegemonia construída pelos EUA favorece a acumulação do capital mundial como um todo: “tampouco rejeito a ideia de que estados nacionais são compelidos a adaptarem-se aos requerimentos do capital transnacional”; quando fala na nova ordem imperial instaurada pelos EUA após a Segunda Guerra, diz que seu fim era a abertura econômica dos mercados e da mão de obra de outros países “aos capitais ocidentais”<sup>382</sup>, embora não

378 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.83.

379 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p.83.

380 MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo** [1969]. São Paulo: Editora Huicitec, 1978, p.169.

381 MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo** [1969]. São Paulo: Editora Huicitec, 1978, p.159.

382 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 102.

deixe de notar que o capital estadunidense em especial. Ou seja, isso não quer dizer que a burguesia internacional comande as ações do estado territorial norte-americano, ou que este seja um aparato para a concretização dos interesses capitalistas transnacionais. Meiksins sugere uma outra forma de relação para explicar como o capital beneficia-se com a expansão dos imperativos econômicos movida pelos EUA, dizendo que “as principais nações capitalistas mantiveram um equilíbrio instável entre competição e cooperação”, sendo, por exemplo, “o sucesso econômico dos dois países [Alemanha e Japão depois da Segunda Guerra], do ponto de vista dos Estados Unidos, inseparavelmente bom e mau, oferecendo mercados e capital, mas também ameaças competitivas”<sup>383</sup>. Harvey, de modo similar à Meiksins, diz como “a abertura dos mercados globais de mercadorias e de capital criou ranhuras por onde outros Estados se inseriram na economia global, primeiro para absorver mas depois para produzir capitais excedentes”<sup>384</sup>.

Por fim, Robinson conclui dizendo que, embora o aparato estatal estadunidense tenha desempenhado um papel importante para os interesses dos capitalistas transnacionais, os EUA são cada vez mais incapazes de desempenhar o papel de defender os interesses capitalistas transnacionais, “não por causa da ascensão de rivalidades ou competição entre nações”, as quais vem perdendo cada vez mais sua relevância, mas sim pela impossibilidade de realizar a enorme tarefa, dada a crise pela qual passa o capital<sup>385</sup>. No entanto, nenhum substituto foi encontrado pelas elites globais. Provavelmente Robinson concordaria plenamente, portanto, com a afirmação de Meiksins de que

nenhuma forma de governança global que possa assegurar a ordem administrativa e legal diariamente necessária [para a reprodução do capital] é até agora concebível”. “Nenhuma outra instituição, nenhuma agência transnacional, começou, por enquanto, a substituir o Estado-nação como garantidor administrativo e coercivo da ordem social, relações de propriedade, estabilidade ou previsibilidade contratual, nem como qualquer outra das condições básicas exigidas pelo capital em sua vida diária”<sup>386</sup>.

383 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 118.

384 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 151.

385 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 83.

386 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003/Inglaterra/Verso]. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 106. Joaquim Hirsch (em seu livro **Teoria materialista do Estado**. Rio de Janeiro: Revan, 2010, p. 70-1. Citado por HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea: posições de um debate crítico interdisciplinar**. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 127) complementa o raciocínio de Meiksins quando argumenta que “a ‘separação’ do Estado é a base decisiva do ‘fetiche estatal’, ou seja, da representação de que no Estado se corporifica uma ‘vontade geral’ colocada acima de relações sociais de desigualdade, de exploração e de domínio. O decisivo então é que a implantação e a preservação dessa forma pressupõem a delimitação de cada Estado, com suas relações de classe e seus compromissos institucionalizados, frente aos demais. Em um Estado global, isso não seria possível e o fetiche do Estado não poderia ser eficaz, fazendo com que faltasse uma base decisiva de legitimação das relações existentes”.

### C. Globalização e integração da economia mundial

Após defender a transnacionalização do capital contra a ideia de que os capitais ainda possuem suas bases em estados-nação, Robinson polemiza com Meiksins acerca da existência de uma economia mundial integrada. Ele diz que a autora aponta dois motivos para rejeitar a noção de transnacionalização da economia (no caso, ela na verdade aponta-os para avaliar se “os mercados estão substancialmente mais integrados” ou não<sup>387</sup>): o primeiro, que já discutimos, é que “as chamadas corporações “multinacionais” têm geralmente sua base, junto com seus maiores acionistas e diretorias, numa única nação”<sup>388</sup>. Intan Suwandi corrobora com este argumento citando o trabalho de Ernesto Screpanti, que demonstra como as corporações multinacionais são ainda bastante nacionais nas suas estruturas administrativas, polemizando com as teses de Gary Gereffi. Segundo a autora, Gereffi dá muita ênfase a um suposto caráter descentralizado das cadeias produtivas movidas pelas multinacionais, subestimando o poder de controle exercido pelas sedes das multinacionais<sup>389</sup>.

Após defender este ponto, Meiksins acrescenta que “alguns analistas argumentam que, de acordo com várias medidas de integração, a globalização está longe de avançada e sob muitos aspectos está menos avançada que em épocas anteriores”, sendo os exemplos de medidas dados por esses analistas “a magnitude do comércio internacional como parcela do produto interno bruto ou das exportações globais como proporção do produto global”<sup>390</sup>. Embora Meiksins cite tais teorias (diga-se de passagem, sem referenciar quais são esses autores...) ela não as afirma. Seu ponto central para defender que “o mercado global ainda está longe de integrado” é o fato de que

salários, preços e condições de trabalho ainda estejam tão diversificados em todo o mundo. Os imperativos de um mercado verdadeiramente integrado se imporiam universalmente para compelir todos os competidores a se aproximarem de alguma média social comum de produtividade e custos de trabalho, para sobreviver em condições de competição de preços<sup>391</sup>.

Em meu entendimento, Meiksins debate, nesta parte do livro, com as perspectivas capitalistas da globalização, que a enxergam como positiva, entendendo “integração” como pôr em pé de igualdade aqueles antes excluídos do sistema. Nesse sentido por ela exposto, tenho total acordo que a globalização, obviamente, não representou essa integração, não sendo esse resultado um “fracasso”, mas sim seu “sintoma”<sup>392</sup>. Como vimos antes, Bose, de maneira similar, parece

387 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 104.

388 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 104.

389 SCREPANTI, Ernesto. *Global Imperialism and the Great Crisis*. New York: Monthly Review Press, 2014, p. 18-19. Citado por SUWANDI, Intan. **Behind the veil of globalization**. New York: Revista Monthly Review, v.63, n. 3, 2015, p. 42-3.

390 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 104.

391 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 104.

392 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 104.

entender que a universalização do capitalismo significaria essa integração, discordando por isso da ideia de que o capitalismo se expandiu por todo o globo, aparentemente faltando para ele uma compreensão do papel do “desenvolvimento desigual e combinado” característico da expansão capitalista. Como disse Harry Magdoff, “a dispersão geográfica do capital pelo globo aumentou as contradições entre os países ricos e pobres”<sup>393</sup>.

A globalização teve tanto a ver [eu diria “muito mais”!] com o *impedimento* quanto com a promoção da integração. Os movimentos globais do Capital exigem não somente o acesso livre através das fronteiras ao trabalho, aos recursos e aos mercados, mas também à proteção contra movimentos de oposição além de algum tipo de fragmentação econômica e social que enfatize a lucratividade ao diferenciar os custos e condições de produção. Também nesse caso é o Estado-nação que deve executar o delicado ato de equilíbrio entre abrir as fronteiras ao capital global e impedir um tipo e grau de integração que poderia ir muito longe na equiparação das condições entre os trabalhadores em todo o mundo<sup>394</sup>.

Robinson reelabora a linha argumentativa da Meiksins, dizendo que “os dados demonstram” - embora não apresente nenhum deles - “contrariamente à Wood, que a integração comercial global é consideravelmente maior no século XXI que em qualquer outro período da história”, tomando como uma afirmação da Meiksins a citação feita por ela da existência de teses argumentando que o comércio global não aumentou proporcionalmente<sup>395</sup>. E deixa de fora o argumento central para explicar porque a economia não é integrada sobre a diferenciação dos “salários, preços e condições de trabalho”.

A partir disso, desenvolve a crítica à Meiksins com base em uma concepção de integração completamente distinta da apresentada pelo livro que ele leu. Robinson diz que o comércio no mundo anterior à globalização baseava-se principalmente em *arm's lenght trades* (troca entre

393 MAGDOFF, Harry. **The next stage of globalization** [1992]. New York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015, p. 145.

394 WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 104. 1) Como veremos no capítulo 3, essa diferenciação das condições entre os trabalhadores do mundo é a essência do imperialismo capitalista, o imperativo econômico mais central para o processo de extração de valor dos países periféricos pelos países centrais, ou seja, para a classe capitalista imperialista (e, como veremos, em parte a classe trabalhadora europeia e estadunidense) satisfazer suas necessidades e seus desejos com os produtos gerados pelo trabalho da classe trabalhadora da periferia. O apontamento de Wood sobre “os perigos da agitação social no país” imperialista como motivo para explicar tal diferenciação (maiores salários no centro) também me parece um ótimo insight para se compreender o porquê dessa diferenciação – a tendência dos ricos em afastar os pobres o máximo possível me parece muito mais relevante que o segundo ponto que Meiksins cita para tentar explicar a diferenciação, que é “a contradição inevitável entre as necessidades constantes do capital de reduzir os custos do trabalho e, ao mesmo tempo, expandir o consumo, o que exige que as pessoas tenham dinheiro para gastar”, pois dessa forma o consumo poderia aumentar na periferia também... 2) Como veremos, HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 31-2. Harvey argumenta de modo semelhante no “Novo imperialismo”, quando diz que os EUA precisam administrar o “delicado equilíbrio entre manter o mundo aberto o suficiente para permitir que a lógica capitalista se desenvolva relativamente livre de restrições e a manutenção da lógica territorial com estabilidade e limitação suficientes para evitar o surgimento de qualquer contestação de monta ao domínio militar e político dos Estados Unidos”, p. 74.

395 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 76.

iguais) entre sistemas produtivos baseados em diferentes nações, ou seja, cada burguesia nacional produzia bens e serviços dentro de suas próprias fronteiras e trocava por mercadorias produzidas em outros países. Segundo ele, “a transnacionalização do capital no final do século XX e início do XXI é qualitativamente diferente dos processos de internacionalização do início do século XX, pois envolve não meramente a extensão geográfica de atividades econômicas através de fronteiras nacionais (um fenômeno que pode ser consistente com as teses de Wood) mas também a integração funcional de tais atividades internacionalmente dispersas”<sup>396</sup>.

### *C.2. Livre circulação para as mercadorias, fronteiras para as pessoas*

Meiksins inicia sua resposta à Robinson<sup>397</sup> entrando na polêmica sobre o conceito de “globalização”, argumentando que o que ela se recusa a levar a sério são as concepções convencionais de globalização que assumem a existência de uma relação inversa entre a globalização da economia e a importância do estado territorial, como se a transnacionalização dos mercados e dos capitais – ou seja, o processo de globalização do comércio e da produção, que a Meiksins obviamente não nega – refletisse no fim das fronteiras nacionais e/ou na criação de “aparatos estatais globais”.

A autora prossegue respondendo a crítica que Robinson faz sobre a sua suposta percepção do Estado-nação como “imaneente” ao capitalismo, e não como um “desenvolvimento histórico”, pois ela teimosamente se recusaria, segundo o argumento dele, a aceitar que o Estado-nação perdeu sua importância, não visualizando tal fenômeno porque tem uma ideia fixa de que o capital não existe sem o Estado-nação<sup>398</sup>. Meiksins coloca que quando defende que o capitalismo global precisa mais do que nunca dos estados territoriais, organizados em um sistema de múltiplos estados e não em um único estado global, está pensando muito mais “historicamente” (em oposição a uma teorização sem base empírica) que Robinson: para ele, as configurações do Estado transfiguram-se em resposta mecânica aos movimentos do capital – um capitalismo globalizado necessariamente resulta em um Estado globalizado, assim como os Estados-nação teriam resultado das exigências do

396 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 76. Sem dúvida, a integração do processo produtivo global aumentou exponencialmente a partir dos anos 70, como discutimos no capítulo anterior com John Smith; no entanto, me parece que Robinson apresenta a questão de maneira demasiadamente dualista, como se no período anterior à globalização da produção, a economia mundial não tivesse nenhum grau de integração, parecendo irrelevantes a extração nos países periféricos de matérias-primas (ou mesmo a produção de produtos industrializados de baixo valor agregado) exportados para os países do centro durante os séculos XIX e XX (Robinson argumenta que a venda dos produtos ocorria, nesse período pré - globalização da produção, no mercado mundial, como veremos adiante, ou seja, embora os processos produtivos pareçam na análise dele como irrelevantes para a economia mundial, ele perceberia a relevância dos mercados).

397 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 153.

398 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 81.



capitalismo do início da era moderna. “O Estado é [para ele], afinal de contas, simplesmente capital em seu aspecto político”. A crítica de Meiksins à Robinson é semelhante à que o neopoulantziano C. Gorg faz aos neogramscianos, quando diz que estes compreendem “a internacionalização do Estado (...) como um complemento à internacionalização da produção” – vendo os processos históricos como determinados pelos processos econômicos, indo a política a reboque – e “as instituições políticas internacionais e organizações (...) como “instrumentos” das classes dominantes e suas estratégias”, não percebendo a separação das esferas política e econômica característica do capital. Meiksins sempre combateu esse tipo de argumento, insistindo, por exemplo, que o capitalismo “emergiu dentro de um já existente sistema estatal, cuja configuração não foi determinada pelas relações de propriedade capitalistas”, ou seja, “que os estados-nação não são um produto do capitalismo”<sup>399</sup>.

O “duplo-funcionalismo” dos neogramscianos – compreensão mecânica dos processos políticos como resultado dos processos econômicos e estado como sinônimo de classe dominante – apontado por Gorg leva-os, segundo o crítico, a cair em um dos “mitos da globalização”, seja ele “a noção de que ela é algo de fora das economias nacionais trabalhando apenas como uma coerção externa”, ou seja, o estado nacional não tem papel nenhum nesse processo. Gorg exemplifica argumentando como o neoliberalismo foi tanto uma pré-condição para a internacionalização do estado como uma imposição das instituições internacionais aos estados nacionais. “A transformação do Estado-Nação era na verdade uma pré-condição necessária ao consenso internacional”<sup>400</sup>.

Leo Panitch também partilha do incômodo de Gorg em relação a forma “de fora para dentro” em que neogramscianos entendem o fenômeno da “internacionalização do estado”. Para Panitch, o estado é “sujeito da mudança” e não “objeto” (como seria para Cox), não mera “correia de transmissão passiva” ou “vítima dos processos internacionais”<sup>401</sup>. A comissão trilateral, por exemplo, seria uma “soma de responsabilidades” dos Estados Unidos, Japão e Europa para “criar as condições internas necessárias para sustentar a acumulação mundial”, ou seja, uma ação conjunta dos estados, e não suas dissoluções<sup>402</sup>.

Como parte da diferenciação entre as esferas econômica e política, capitalistas particulares estenderam seu alcance de atividades para além das fronteiras territoriais de seus respectivos Estados. Enquanto os Estados frequentemente encorajaram e deram suporte aos capitalistas para fazer isso, existiu sempre uma dimensão especificamente nacional no processo de internacionalização capitalista.

399 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 154.

400 HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 113.

401 HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 114.

402 HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 115.

E conforme a interação com o capital externo afetava as forças sociais domésticas, isso em troca contribuiu para gerar a combinação de pressões internas e externas através das quais os Estados passaram a aceitar uma certa responsabilidade pela reprodução do capitalismo internacionalmente. (...) é basicamente neste sentido que podemos propriamente falar da ‘internacionalização do Estado’<sup>403</sup>.

Dois estudos empíricos – sobre o Acordo Multilateral de Investimento (MAI)<sup>404</sup>, “uma tentativa fracassada de desenvolver no âmbito da OCDE um amplo acordo internacional que visava uma liberalização sem precedentes de investimentos”, e sobre a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)<sup>405</sup>, arquitetada para regular o controle e aplicação dos recursos genéticos – trazidos no trabalho da Rejane ajudam a pensar o processo de internacionalização do estado. Resumidamente, a conclusão da autora é que, referindo-se ao primeiro exemplo, “o fracasso em criar um novo regime de investimento supranacional sugeriria que a internacionalização não é um processo inevitável”<sup>406</sup>; tal fracasso demonstraria a “natureza contraditória do bloco hegemônico transnacional, demonstrando assim que a internacionalização do Estado, tal como compreendida pelo “materialismo histórico transnacional” não seria algo irresistível e sim um processo de embates contínuos”<sup>407</sup> - o que, sejamos justos com Robinson, o autor reconhece, quando diz que a TNC não é homogênea e está permeada por conflitos internos<sup>408</sup>. No segundo exemplo, Gorg demonstraria que “não haveria contradição entre soberania nacional e internacionalização de regimes políticos”, pois “a validação legal da soberania nacional seria (...) importante para estabelecer mercados globais para recursos genéticos” e para “o estabelecimento de leis, regras e procedimentos legais”, assim como também existe a “necessidade de proteção às relações capitalistas de propriedade numa área em que até então não existiam relações de propriedade. E para isto é imprescindível a força do Estado nacional”.

Dessa forma, as duas pesquisas parecem caminhar mais próximas das ideias de Poulantzas: “a corrente internacionalização do capital nem suprime nem curto-circuita os Estados nacionais (...)

---

403 PANITCH, Leo. Citado por HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 115.  
404 EGAN, Daniel.  
405 GORG, C.  
406 HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 123.  
407 HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 124.  
408 ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. xx

este sistema de interconexões [entre os estados] não tende à constituição de formas ou instâncias ‘supra-nacionais’ ou ‘super-estatais’”<sup>409</sup>.

Seguindo linha próxima à dos neopoulantzianos, Meiksins continua sua resposta a Robinson argumentando que perceber a associação do capitalismo com os estados territoriais enquanto um “desenvolvimento histórico” – o que ambos reivindicam ser verdade, embora acusem-se um ao outro de não o perceber – ainda não é o suficiente, ao que Meiksins dá três razões. Em primeiro lugar, “embora a territorialidade e a soberania do estado não tenham sido criadas pelo capital”, foi somente a característica separação do político e do econômico do capital que permitiu a constituição de um estado inegavelmente soberano; em segundo lugar, é apenas em um sistema onde os apropriadores não detém diretamente o poder extra-econômico que sustenta a apropriação que é possível uma acumulação global protegida por estados locais. Em terceiro lugar, “há características fundamentais do capitalismo que se reproduzem e se beneficiam da fragmentação do espaço político e do desenvolvimento desigual” [a mais importante é a diferença das leis trabalhistas], ou seja, a dinâmica do capitalismo reforça o sistema de Estados-nação, não sendo a relação deles meramente resultado de uma fusão histórica passada. Com isso, Meiksins conclui que

as economias nacionais dos países capitalistas avançados continuarão ao competir entre si, enquanto o capital global (sempre com base em uma ou outra entidade nacional) continuará a lucrar do desenvolvimento desigual, da diferenciação das condições sociais entre economias nacionais, e da preservação de regimes de exploração de baixos salários, os quais criaram a crescente distância entre países ricos e pobres tão característica da 'globalização' [ao que ela acrescenta] e, é claro, a preservação de fronteiras nacionais com o intuito de controlar os movimentos dos trabalhadores ao mesmo tempo em que permite a mobilidade do capital global<sup>410</sup>.

Imagino, assim, que Robinson concordaria com a afirmação acerca da diferenciação das economias como fator de lucro para o capital global (linhas 3-6), embora discorde, como vimos, da ideia do capital global ter uma base nacional e da existência de competição entre capitais nacionais (linhas 1-2)<sup>411</sup>.

409 POULANTZAS. Citado por HOEVELER, Rejane. A internacionalização do estado na história contemporânea: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 115.

410 WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007, p. 138. No final do trecho de Meiksins citado acima, a autora traz uma nova colocação, para mim a mais importante (embora a menos explorada por Wood) acerca da importância das fronteiras nacionais para impedir que trabalhadores de países de baixos salários invadam os países de salários mais altos – em uma proporção e ritmo maiores do que os desejados pelas elites dos países centrais, que se beneficiam enormemente do trabalho dos imigrantes. Não sei o que Robinson diria sobre isso, mas me parece que esse ponto reforça a tese da importância das fronteiras nacionais, como vimos com John Smith no subcapítulo III do capítulo 1.

411 Outra vez, a aproximação de Meiksins aos neopoulantzianos aparece nessa questão. Bob Jessop, por exemplo, argumenta de modo similar à Meiksins que “embora haja uma dominação do capital e do Estado norte-americanos, os capitais europeus e leste-asiáticos continuam a competir com o norte-americano” JESSOP, Bob. “A globalização e o Estado Nacional”. In. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v. 1, tomo 7, p. 26, 1998. Citado por HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 121.

Tendo em vista os pontos destacados por Robinson e Bose, ao mesmo tempo em que a análise de Meiksins é coerente ao ressaltar a importância insubstituível dos estados nacionais em estabelecer as condições fundamentais (a propriedade privada e a regulação do mercado – inclusive e principalmente da mercadoria “força de trabalho” – e a expropriação constante dos produtores que garante uma massa de trabalhadores “livres” para a exploração do capital) para o funcionamento do capital, refutando a possibilidade de um Estado global administrar o sistema capitalista contemporâneo, concordo que ela não dá a devida atenção à crescente importância de instituições internacionais formuladoras de políticas estratégicas, seja qual for a forma de implementação destas e a relação delas com os estados nacionais.

## II. A LÓGICA DO TERRITÓRIO E A LÓGICA DO CAPITAL

A definição de imperialismo capitalista construída pelo Harvey tem como base a separação conceitual entre as práticas dos capitalistas e as práticas dos agentes do Estado. Ele chama de “lógica capitalista de poder” os interesses e ações dos capitalistas, enquanto a “lógica territorial de poder” representaria os interesses e ações dos agentes estatais. O imperialismo capitalista seria a fusão dialética entre estas duas lógicas, “uma fusão contraditória entre 'a política do Estado e do império' e 'os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo’”<sup>412</sup>. A lógica do território refere-se ao “imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares”<sup>413</sup>, enquanto que a lógica do capital refere-se ao “imperialismo como um processo político econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem a primazia”<sup>414</sup>. A lógica do território são as “estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por um Estado (ou por algum conjunto de Estados que funcionem como bloco de poder político) em sua luta para afirmar seus interesses e realizar suas metas no mundo mais amplo”. A lógica do capital são “os fluxos de poder econômico que atravessam e percorrem um espaço contínuo”, que vão na direção ou afastam-se dos estados territoriais, através das “práticas cotidianas da produção, da troca, do comércio, dos fluxos de capitais, das transferências monetárias, da migração do trabalho, da

---

412 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 31-2.

413 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 31-2.

414 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 31-2.

transferência de tecnologia, da especulação com moedas, dos fluxos de informação, dos impulsos culturais e assim por diante”<sup>415</sup>.

Aquilo que Arrighi denomina lógica 'territorial' do poder e lógica 'capitalista' do poder são lógicas que diferem muito entre si. Em primeiro lugar, as motivações e os interesses dos respectivos agentes divergem. O capitalista que dispõe de capital financeiro deseja aplicá-lo onde quer que possa haver lucro, e tipicamente busca acumular mais capital. Os políticos e homens de Estado buscam tipicamente resultados que mantenham ou aumentem o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados. O capitalista procura as vantagens individuais e (embora de modo geral sujeito a restrições legais) só é responsável perante seu círculo social imediato, ao passo que o homem de Estado procura vantagens coletivas vendo-se restringido pela situação política e militar de seu Estado, sendo em algum sentido responsável perante uma comunidade de cidadãos ou, o que é mais frequente, perante um grupo de elite, uma classe, uma estrutura de parentesco ou algum outro grupo social. O capitalista opera no espaço e no tempo contínuos, enquanto o político opera num espaço territorializado e, ao menos nas democracias, no âmbito de uma temporalidade ditada por um ciclo eleitoral. Por outro lado, as empresas capitalistas vêm e vão, mudam de localização, se fundem entre si e encerram as operações, mas os Estados são entidades de vida longa, não podem migrar e, exceto em circunstâncias excepcionais de conquista geográfica, estão confinados a fronteiras territoriais fixas<sup>416</sup>.

Harvey argumenta que embora as duas lógicas difiram entre si, elas inegavelmente se entrelaçam “de formas complexas e por vezes contraditórias”<sup>417</sup>. Segundo ele, “a literatura sobre o imperialismo e o império supõe com demasiada frequência um fácil acordo entre elas: que os processos político-econômicos são guiados pelas estratégias do Estado e do império e que os Estados e os impérios sempre agem a partir de motivações capitalistas. Na prática, é muito comum que essas duas lógicas vivam em confronto em algumas ocasiões a ponto de um *total antagonismo*”<sup>418</sup> [grifo meu]. A guerra do Vietnã e do Iraque, por exemplo, seriam difíceis de entender pensando somente em termos dos “requisitos imediatos da acumulação do capital” (na verdade, diz ele, “pode-se alegar plausivelmente que esses empreendimentos antes inibem do que promovem as vicissitudes do capital”)<sup>419</sup>. No entanto, Harvey parece supor que faz parte da essência da classe capitalista pensar nos termos do lucro imediato, de curto prazo. Sem dúvida, concordo que a classe capitalista age essencialmente em busca do lucro – o que não quer dizer que não possa optar por uma estratégia que mine o lucro a curto prazo mas crie possibilidades para a expansão do lucro muito maiores do que poderia ser conseguido com uma outra estratégia que pensasse lucros apenas a curto prazo. No próprio livro do Harvey, é desenvolvido o argumento de como a invasão do Iraque faz parte do plano estadunidense de controle da “torneira global do

415 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 31-2.

416 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 32.

417 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 33-4.

418 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 33-4.

419 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 33-4.

petróleo” (o Oriente Médio), essencial para a manutenção do seu poder e, portanto, da acumulação do capital estadunidense. Após citar a guerra do Vietnã e a invasão do Iraque como exemplos de ações imperialistas que foram movidas menos pelos interesses do capital que pelos interesses do Estado, Harvey cita a contenção do bloco soviético feita pelos EUA como um exemplo de como a ação do Estado norte-americano não pode, todavia, ser entendida sem levar em conta as “necessidades dos interesses comerciais dos Estados Unidos no sentido de manter a maior parcela possível do mundo aberta à acumulação do capital”<sup>420</sup>. Por isso, a “intersecção dessas duas lógicas diferentes mas interligadas” deve “ser vista como problemática e muitas vezes contraditória (ou seja, dialética) em vez de cooperativa ou unilateral”<sup>421</sup>. Como no passado, o poder do estado é usado frequentemente para forçar estes processos [de acumulação por espoliação], inclusive contra a vontade popular<sup>422</sup>.

No entanto, não tenho certeza se Harvey não acaba, na prática, se perdendo nesse ponto, por exemplo quando argumenta, referindo-se aos gastos do estado norte-americano com a guerra para afirmação do país como hegemom central e a consequente interferência no consumismo doméstico<sup>423</sup>, “como a lógica capitalista do poder vai fazer em pedacinhos a lógica territorial que ora se busca seguir” (“Os Estados Unidos não vão ter de sacrificar apenas um sangue precioso em troca de petróleo e da sustentação de uma hegemonia adoecida; eles podem ter de sacrificar também todo o seu modo de vida”)<sup>424</sup>; ou quando diz que “a lógica territorial dominou e frustrou a lógica capitalista, lançando assim esta última numa crise quase terminal por meio do conflito territorial”, ao se referir à Segunda Guerra Mundial<sup>425</sup>; ou quando, ao se referir à “lógica territorial que o imperialismo neoconservador se empenha em impor” com a invasão do Iraque, diz que “parece haver uma profunda incompatibilidade, se não total contradição, entre as duas lógicas. Se assim é, ou a lógica territorial vai ter de ceder ou a lógica capitalista é que o terá de fazer”<sup>426</sup>. Caba aqui uma citação completa do argumento do autor:

As motivações e os interesses dos respectivos agentes divergem. O capitalista que dispõe de capital financeiro deseja aplicá-lo onde quer que possa haver lucro, e tipicamente busca acumular mais capital. Os políticos e homens de estado buscam tipicamente resultados que mantenham ou aumentem o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados. O capitalista procura as vantagens individuais

420 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 34.

421 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 34.

422 HARVEY, David. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação**. Biblioteca da CLACSO, p. 110. Publicado originalmente em *The Socialist Register*, v.40 (The new imperial challenge), 2004.

423 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 72.

424 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 72. Pelo que entendi, a lógica territorial, ao gastar com a guerra, estaria prejudicando a capitalista – parece que a frase ficou invertida sem querer.

425 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 117.

426 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 164.

(embora de modo geral sujeito a restrições legais) só é responsável perante seu círculo social imediato, ao passo que o homem de Estado procura vantagens coletivas, vendo-se restringido pela situação política e militar de seu Estado, sendo responsável perante uma comunidade de cidadãos ou, o que é mais frequente, perante um grupo de elite, uma classe, uma estrutura de parentesco ou algum outro grupo social. O capitalista opera no espaço e no tempo contínuos, enquanto o político opera num espaço territorializado e, ao menos nas democracias, no âmbito de uma temporalidade ditada por um ciclo eleitoral. Por outro lado, as empresas capitalistas vêm e vão, mudam de localização, se fundem entre si ou encerram as operações, mas os Estados são entidades de vida longa, não podem migrar e, exceto em circunstâncias excepcionais de conquista geográfica, estão confinados em fronteiras territoriais fixas (...) As práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de as “assimetrias” inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. Essas últimas se expressam em trocas não leais e desiguais, em forças monopolistas espacialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas com fluxos de capital restritos e na extração de rendas monopolistas. A condição de igualdade costumeiramente presumida em mercados de funcionamento perfeito é violada, e as desigualdades resultantes adquirem expressão espacial e geográfica específica. A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios. As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência das relações assimétricas de troca.

No subcapítulo “Poderes do Estado e acumulação do capital” do terceiro capítulo do “Novo imperialismo” (“A opressão via capital”, que pensa o funcionamento da “lógica capitalista do poder”), o papel do Estado é debatido com ênfase nas funções específicas que cumpre para os capitalistas. Segundo Harvey, “a acumulação do capital por meio da troca de mercado fixadora de preços floresce melhor no âmbito de certas estruturas institucionais” [grifo meu]. Os quatro principais “arranjos constitucionais” que sustentam tal “arcabouço institucional” são os da lei, da propriedade privada, do contrato e da segurança da forma-dinheiro<sup>427</sup>. A princípio, a percepção das leis que garantem a propriedade privada e as relações contratuais como principais ferramentas do Estado que agem para o benefício dos capitalistas se aproxima com a tese da Meiksins, que, como vimos, insiste como a função primordial do Estado é estabelecer as condições para que a apropriação por meios puramente econômicos possa ser realizada pelos capitalistas (ou seja, da mesma forma como argumenta Harvey, a garantia da posse apenas dos capitalistas sobre os meios de produção e dos mecanismos necessários para estes capitalistas contratarem força de trabalho). [No caso, Harvey acrescenta um ponto a meu ver importante não explorado por Meiksins que é a garantia da segurança da forma-dinheiro].

No entanto, na sequência Harvey diz que os capitalistas “não requerem absolutamente esse arcabouço para funcionar” – embora encontrem “maiores riscos” na ausência dele. Segundo ele, “os

427 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 61.

processos moleculares de acumulação do capital podem criar, e efetivamente criam, suas próprias redes e estruturas de operação no espaço de inúmeras maneiras”. Essas redes, criadas pelos capitalistas para se protegerem em “ambientes que podem não reconhecer ou não aceitar suas regras e maneiras de fazer negócios”, podem se basear em “códigos de honra e de ação” (do tipo dos cambistas de rua do Oriente Médio), na “confiança” (“por vezes no âmbito da família – como fizeram os Rotschild no século XIX – e do parentesco”), “e usam sua própria violência substituta (como têm feito com frequência os capitalistas mercantis) tanto dentro como contra o poder do Estado”<sup>428</sup> [grifo meu]. Harvey cita ainda “as ilhas de direitos burgueses” na Europa medieval”, os “postos comerciais das companhias das Índias Orientais” e as “zonas de empreendimento destinadas a investimentos estrangeiros hoje estabelecidas, por exemplo, na China”<sup>429</sup>. Assim, “o parentesco, as diásporas, os vínculos religiosos e étnicos e os códigos linguísticos” são para Harvey “formas de produzir intrincadas redes espaciais de atividades capitalistas independentes das estruturas do poder do Estado”<sup>430</sup>.

Dessa forma, o autor procura demonstrar como a ação dos capitalistas obedece a lógicas próprias muitas vezes desvinculadas dos aparatos estatais e por vezes opostas a eles, coerentemente seguindo sua concepção teórica de separação das duas lógicas do poder. No entanto, pontos problemáticos dos seus exemplos são o fato de cambistas de rua não representarem parcela importante da atividade capitalista contemporânea, de os Rotschild serem um exemplo de laços familiares do século XIX e não do presente – o que vale também para as ilhas de direitos burgueses na Idade Feudal e para os postos comerciais do império britânico – e de que nenhum exemplo concreto de violência substituta (exercida diretamente por agrupamentos capitalistas em substituição ao poder do Estado, podendo mesmo ser contrária a ele) é apresentado: no mesmo trecho, diz Harvey que os capitalistas podem mesmo precisar se opor às leis do Estado, dando como exemplo “o caso de muitos países ex-comunistas”<sup>431</sup> – no entanto, não é um exemplo muito feliz, pois no caso de países como a União Soviética, China ou Cuba, o Estado foi tirado das mãos da classe capitalista, obviamente configurando uma relação completamente diferente (agora sim de oposição antagonica...) dos capitalistas com o Estado.

Assim, Harvey não insiste, como faz Wood, no caráter essencial e indispensável do Estado para a acumulação do capital. Sua ideia de que os capitalistas criam redes para agir em ambientes que não aceitam suas regras até pode dialogar com a ideia de Meiksins sobre como o alcance dos imperativos econômicos vai além do alcance dos poderes extra-econômicos do estado. Mas o

428 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 79.

429 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 80.

430 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 80.

431 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 79.



entendimento de Meiksins acerca da importância insubstituível do Estado nacional, que garante a ordem necessária para a acumulação do capital, difere da ideia de Harvey sobre os capitalistas “não necessitarem absolutamente esse arcabouço para funcionar”, embora o autor comente que “não obstante, a condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato do trabalho) sejam legalmente garantidas”<sup>432</sup>.

Por fim, Harvey coloca como os Estados são heterogêneos, suas ações diferindo entre si de acordo com suas diferentes formações e respectivos agentes. E acrescenta às quatro estruturas institucionais fornecidas pelo Estado o papel-chave que ele desempenha na acumulação primitiva – e na acumulação por espoliação – bem como a existência de outros papéis influentes desempenhados por ele, como a taxaço<sup>433</sup>.

De acordo com Robert Brenner, “Harvey nunca nos diz porque ele espera que a lógica territorial de poder e a lógica capitalista de poder entrem em conflito, e os exemplos que ele dá não servem para confirmar essa tese”. Brenner continua, pensando a questão em termos menos teóricos, perguntando se

“(…) há alguma razão para acreditar que os oficiais que de fato constroem a política externa dos EUA (...) - o Presidente, o Secretário de Estado, os chefes dos serviços de inteligência, etc. - constituem um grupo com um interesse distinto, derivado de suas posições sociais no Estado, um interesse que leva na direção de uma política externa particular, especificamente uma política externa expansionista? Realmente faz sentido compreender algum dos times de gestores do Estado que formaram a política imperial dos EUA entre a Segunda Guerra Mundial e 2000 – encabeçados, notavelmente, por Truman-Acheson, Eisenhower-Dulles, Kennedy-McNamara-Rusk, Nixon-Kissinger, Ford-Kissinger, Carter-Brzezinski, Reagan-Shultz, Bush I-Baker, Clinton-Christopher-Lake – como representantes de um interesse do Estado oposto aos interesses do capital? A resposta destas perguntas parece auto-evidente.

“Os políticos e homens de estado buscam tipicamente resultados que mantenham ou aumentem o poder de seus próprios Estados diante de outros Estados”, diz o Harvey, ainda tentando argumentar que existe uma lógica própria que move os “políticos e homens de Estado”, levando-os a terem interesses por vezes opostos aos dos capitalistas. Porém, dentro do sistema capitalista, em que circunstâncias a busca de um Estado em manter e aumentar seu poder o levaria a entrar em conflito com a burguesia que vive em seu território? A resposta de Brenner parece bastante convincente:

432 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 80.

433 HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 80.

Não pode haver dúvidas, obviamente, que qualquer pessoa encarregada de operar o Estado deve estar preocupada com seu bom funcionamento e perpetuação, e portanto com a segurança do Estado contra perigos externos. Mas é difícil visualizar como, neste aspecto fundamental, seus interesses [dos políticos e homens de Estado] seriam diferentes dos interesses dos capitalistas, ao passo que podemos contar que, normalmente, a classe capitalista vê toda ameaça externa ao “seu” Estado como uma ameaça a si própria. Se agentes do Estado fossem obrigados a agir para defender seu Estado contra uma ameaça externa no interesse da sua sobrevivência e efetividade, não poderia-se esperar que os capitalistas, de modo geral, contestassem, mesmo que como resultado seus lucros imediatos fossem reduzidos, uma vez que, via de regra, suas próprias propriedades e reprodução dependem, em última instância, da proteção provida pelo Estado. (...) [portanto], aqueles que governam (seja quem for) descobrirão que a realização dos seus próprios interesses (sejam quais forem) depende da promoção dos lucros capitalistas e da acumulação do capital, ao passo que o último é “sine qua non” [sem o qual não pode ser] para o crescimento econômico e solidez financeira, e portanto para a estabilidade doméstica e força internacional. A questão central, a partir desse ponto de vista, é que se os que estão no controle do governo implementarem políticas domésticas ou externas que perturbem a obtenção de lucros e a acumulação do capital, eles enfrentarão diminuição do crescimento e recessão, frustrando a busca de quais forem os seus objetivos<sup>434</sup>.

Sam Ashman e Alex Callinicos (embora na forma de complementação e não de retificação) apresentam argumento semelhante ao do Brenner, no que se refere à tendência dos interesses dos capitalistas e dos agentes estatais acabarem sendo complementares e nunca opostos:

(...) a busca racional desses interesses diferentes faz os capitalistas e agentes estatais serem mutuamente dependentes. Os capitalistas, obviamente, precisam do Estado para assegurar as condições básicas para a acumulação do capital. (...) Da perspectiva dos agentes estatais, o comando sobre recursos e portanto a capacidade de manter o poder de seu Estado interna e externamente (...) depende do tamanho e da lucratividade dos capitais baseados em seu território: isso dá aos agentes estatais o interesse em promover o processo de acumulação de capital dentro de suas fronteiras, e os torna sujeitos, se entender-se que aplicam políticas inimigas desse processo, às sanções negativas de fuga de capitais, crises cambiais e de débito, etc. (...) Pensando sobre a relação entre capitalistas e agentes estatais - e, mais abrangentemente, a entre capital e estado - nestes termos (como uma interdependência estrutural), evita-se todo perigo de reduzir o Estado a um instrumento do capital, ou os interesses de um grupo de atores ao outro. Tanto capitalistas quanto agentes estatais possuem um papel ativo como iniciadores de estratégias e táticas projetadas para promover seus próprios e distintos interesses, ao passo que, ao mesmo tempo, a busca dessas iniciativas os levam à cooperação.

A Ashman e o Callinicos concordam com a separação conceitual entre a lógica territorial e a lógica capitalista de poder, mas, ao contrário do Harvey (embora eles não coloquem em tom de discordância), eles não acreditam que pode haver, de modo geral, uma oposição entre essas duas lógicas. Eles afirmam que o grupo dos agentes estatais possui motivações diferentes das da classe

434 BRENNER, Robert. **What is, and what is not, imperialism?** London: Revista Historical Materialism v.14, n.4, 2006, p. 83.

capitalista, utilizando inclusive o conceito de “regras de reprodução” do Brenner, o qual define que diferentes classes de agentes que ocupam posições específicas dentro das relações de produção possuem respectivamente diferentes estratégias para manter-se nestas posições. Expandir infinitamente seus capitais é a regra de reprodução dos capitalistas: se falharem, irão à falência ou serão absorvidos por capitais de maior sucesso. Manter o poder do Estado contra outros Estados e sobre a população sujeita a seu domínio é a regra de reprodução dos agentes estatais, e se não tiverem êxito, a exploração dos seus recursos estará ameaçada, e, portanto, ameaçada estará a acumulação do capital. A diferença entre a regra de reprodução dos capitalistas e a dos agentes estatais tem como consequência, segundo eles, a formação de interesses particulares à cada um dos grupos. Como exemplo, eles citam o “disseminado ceticismo em relação à invasão do Iraque expressado em círculos de negócio estadunidenses, incluindo a indústria do petróleo” (embora não apresentem fontes que dimensionem o tamanho desse ceticismo). Acredito ser nítido que existiram divergências entre os formuladores da política externa estadunidense sobre os prós e os contras de invadir o Iraque. Mas não me parece haver base empírica para afirmar que as divergências estavam pautadas por conflitos de interesses entre os capitalistas e os agentes estatais (e não em divergências de cálculos estratégicos entre os próprios capitalistas e agentes estatais).

Para Hugo Corrêa, igualmente, “a separação entre lógicas 'territorial' e 'capitalista' pode sufocar o próprio espírito inicial da teoria de Harvey, já que possibilita uma interpretação que supõe ser a lógica de expansão territorial uma lógica não capitalista”. Para ele, isso se deve à apropriação descuidada feita por Harvey do “abstrato” conceito de poder de Hannah Arendt<sup>435</sup>:

Por fim, Ellen Wood também rejeita a separação teórico-analítica que Harvey faz entre os interesses dos agentes capitalistas e os interesses dos agentes estatais. Ela nega ter defendido, como a acusa Harvey, que o capital se “desvinculou” da lógica territorial de poder, “ao ponto de [o capital] poder operar livremente através de um mundo de estados-nação politicamente inerte, indiferente”. Em sua crítica, Harvey diz que não havia percebido quão importante era para Wood a separação formal entre o político e o econômico. Para ele, esta tese da autora produz uma teoria “muito fraca” do estado contemporâneo a qual ele “não pode aceitar”, ao passo que “o estado é

---

435 CORRÊA, Hugo. **Guerra e paz no capitalismo contemporâneo** (revisitando o debate sobre a necessidade do imperialismo). Belo Horizonte: anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política (ENEP), 2013, p. 20-1.

muito mais do que um mero suporte institucional territorializado para os requisitos do capital”<sup>436</sup>. Todavia, pelo que vimos no primeiro capítulo, em especial no diálogo de Meiksins com Bose acerca da (suposta) integração da economia global – a autora não crê de forma nenhuma em uma livre circulação do capital por um mundo sem fronteiras territoriais e sem conjuntos específicos de leis que regem e controlam a economia de cada território (estado-nação) do mundo. Ela, ao contrário, justamente esforça-se em enfrentar teses próximas a essa, como a de Hardt e Negri, durante todo o seu livro, chegando a repetir enfadonhamente a importância do Estado-nacional em termos da organização e administração da reprodução do capital em um dado território. Assim, na análise da autora, o poder político e militar dos EUA é de suma importância para o sistema capitalista internacional, pois ele supervisiona e controla o funcionamento dos estados-nação da periferia, garantindo que atuem de acordo com seus interesses – “em geral os interesses do capital internacional”<sup>437</sup>.

Dessa forma, a noção de Arendt acerca da acumulação do capital exigir uma acumulação interminável de poder que Harvey pega emprestada vai de encontro à tese de Meiksins acerca da especificidade do império do capital ser justamente sua capacidade de expandir sua hegemonia sem expandir seu poder político. Em oposição à argumentação de Harvey, Meiksins reafirma que “a especificidade do imperialismo capitalista reside na capacidade única do capital de impor sua hegemonia sem expandir seu poder político territorial”<sup>438</sup>. Nas palavras dela,

minha visão da relação entre poder econômico e poder político no capitalismo é, em algum sentido, diametralmente oposta àquela de Harvey. Enquanto defende que a uma acumulação sempre crescente de capital deve ser acompanhada por uma sempre crescente expansão de poder político e de comando territorial, e que essa é a lógica do imperialismo capitalista, eu argumento quase o contrário: a especificidade do imperialismo capitalista reside na capacidade única do capital de impor sua hegemonia sem expandir seu poder político territorial.

436 HARVEY, David. **Comment on commentaries**. London: Revista Historical Materialism v.14, n.4, 2006, p. 159.

437 WOOD, Ellen Meiksins.

438 WOOD, Ellen Meiksins. **Logics of power**: a conversation with David Harvey. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, p. 13.

### III. GUERRA E HEGEMONIA

Harvey compreende a investida estadunidense no Iraque como parte do plano dos “neoconservadores” – termo utilizado por Harvey para classificar a “nova modalidade” de imperialismo que foi estabelecida com a eleição de George W. Bush<sup>439</sup> – de longo prazo para controlar a “torneira global do petróleo” nos próximos “cinquenta anos”<sup>440</sup>. Estando sua hegemonia no mundo da produção e das finanças ameaçada pelas configurações regionais de poder da Europa, do Japão e do leste e sudeste da Ásia (em especial a China), Harvey se pergunta “que melhor forma de os Estados Unidos evitarem essa competição e garantirem sua posição hegemônica do que controlar o preço, as condições e a distribuição do recurso econômico decisivo de que dependem esses competidores?”<sup>441</sup>, ao que continua, “que modo melhor de fazê-lo do que usar a linha de força em que os Estados Unidos ainda permanecem todo-poderosos – o poder militar?”<sup>442</sup>. Assim, seguindo Arrighi, para quem os EUA “tem bem mais condição que a Inglaterra há um século de converter sua hegemonia em declínio em dominação exploradora”<sup>443</sup>, Harvey defende que o governo neoconservador de Bush representa uma “mudança para o unilateralismo, a coerção em vez do consentimento”<sup>444</sup>, e os EUA usam agora seus “músculos militares como o único poder absoluto claro que lhe resta”<sup>445</sup>.

Para Ellen Wood, a “loucura” da guerra do Iraque é resultado da “distinta lógica militar” do império do capital<sup>446</sup>, que como vimos, tem como objeto da sua força militar o “terror exemplar”, “pour encourager les autres”, o “efeito demonstração”<sup>447</sup>. Segundo ela, o motivo do petróleo “não é explicação suficiente”, ao passo que “o acesso dos EUA ao petróleo do Oriente Médio nunca esteve em sério perigo”, e mesmo que, prossegue ela, assumíssemos que as reservas de petróleo estejam se acabando e as potências capitalistas estejam buscando estabelecer o controle estratégico sobre as regiões produtoras, a posição estratégica nos EUA no Golfo “não requeria a invasão do Iraque ou a deposição de Saddam Hussein”. Para explicar então o porquê dos acontecimentos no Iraque terem se desenvolvido de tal maneira, a autora argumenta que é possível, de acordo com a lógica militar

439 HARVEY, David. *O novo imperialismo* [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 150.

440 HARVEY, David. *O novo imperialismo* [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 25, 30.

441 HARVEY, David. *O novo imperialismo* [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 30.

442 HARVEY, David. *O novo imperialismo* [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 30.

443 ARRIGHI, Giovanni e SILVER, B. **Chaos and governance in the modern world system**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. Citados por HARVEY, David. *O novo imperialismo* [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 67-8.

444 HARVEY, David. *O novo imperialismo* [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 68.

445 HARVEY, David. *O novo imperialismo* [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 69.

446 WOOD, Ellen Meiksins. **Logics of power: a conversation with David Harvey**. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2007, p. 27.

447 WOOD, Ellen. *O império do capital* [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 124.

do novo imperialismo, que o alvo dos ataques militares seja escolhido, pois, não por representar uma ameaça, mas sim justamente por aparecer como um candidato “pour encourager les autres” que ofereça pouco risco ao agressor. Assim, o que não faria sentido tendo em mente objetivos específicos apresenta seu nexos ao possuir como finalidade “chocar e apavorar o mundo”. No entanto, prossegue Wood, tal lógica pode acabar configurando-se como “auto-destruidora”<sup>448</sup>. Ao compensar o declínio da sua capacidade de dominar através de imperativos econômicos com o uso cada vez mais acentuado do seu poder militar (extra-econômico), os EUA acabam por perder aquilo que garantiu a força da sua hegemonia. De acordo com a concepção gramsciana de hegemonia,

a hegemonia não pode ser reduzida ao exercício do poder ou dominação. Como hegemonia tem a ver com a habilidade de orientação política ela inclui também a habilidade de compromisso e de levar diferentes interesses em consideração; dentro de cada país e a nível internacional, não apenas ideologicamente, mas também materialmente. (Esta habilidade para o compromisso estaria cada vez mais fora da perspectiva do governo dos EUA, especialmente depois de 2001, e por isso estaríamos presenciando, hoje, uma nova crise de hegemonia internacional)<sup>449</sup>.

Desta forma, as análises de Meiksins e Harvey acabam por convergir ao concordar que o declínio da hegemonia econômica estadunidense abriu espaço para o desenvolvimento de uma forma mais “extra-econômica” de imperialismo. Em seu prefácio à edição brasileira do “Império do capital”, escrito em 2013, Meiksins opina que aquilo que chama de “extremismo temerário” do regime Bush será a “causa provável da sua própria derrota”<sup>450</sup>. Mas, termina ela, “é difícil imaginar que um presidente norte-americano responda ao declínio econômico abrindo mão da supremacia militar”<sup>451</sup>.

448 WOOD, Ellen Meiksins. **Logics of power**: a conversation with David Harvey. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2007, p. 28.

449 HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea**: posições de um debate crítico interdisciplinar. Alagoas: Revista Crítica Histórica, Ano V, nº 9, julho/2014, p. 114.

450 WOOD, Ellen. Prefácio à edição brasileira [2013] em **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 9.

451 WOOD, Ellen. Prefácio à edição brasileira [2013] em **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014, p. 13.

## CONCLUSÃO

As ideias que flutuam no ar, o que é escrito no papel; que são imprimidas ou carregadas pela palavra, não são aquelas que estes senhores temem. O que temem, é a organização, a ação organizada, as tentativas organizadas para realizar estas ideias<sup>452</sup>.

E agora, “que fazer”? Sam Ashman, em sua introdução ao dossiê da *Historical Materialism*, espera que a discussão realizada pela revista continue e “vá além”, acompanhando o avançar da “luta global da esquerda tanto para compreender como para resistir”<sup>453</sup>. Assim, se Meiksins está certa ao afirmar que, para traçarmos as estratégias de oposição e resistência ao império do capital, “o que necessitamos primeiro é uma clarificação fundamental sobre a natureza do capitalismo”<sup>454</sup>, é também verdade que não nos adianta avançar na compreensão do funcionamento do poder capitalista sem que isso embase uma prática contra-hegemônica.

Harvey, a partir da tese do duplo caráter do capital, argumenta que a luta contra a espoliação criou novas formas de resistência bastante distintas “das formas das lutas de classe imbricadas na reprodução ampliada”<sup>455</sup>. Até 1970, “dominaram as lutas de classe no interior dos estados-nação pela reprodução ampliada”, mas desde então, os combates relativos à acumulação por espoliação vêm se tornando cada vez mais centrais<sup>456</sup>. Para ele, a questão central seria ligar os domínios duais da luta anti-capitalista e anti-imperialista, reconhecendo na acumulação por espoliação “a contradição primária a ser enfrentada”<sup>457</sup>. Virgínia Fontes critica – coerentemente à sua tese apresentada acerca da completa inter-relação entre o que Harvey compreende como dois caracteres distintos do capital – a dualização apontada por Harvey entre um capitalismo espoliativo e outro normalizado que “o conduz a enfatizar a separação entre as lutas de classes (que perderiam relevância na atualidade) e as múltiplas e dispersas identificações, que decorreriam 'das formas difusas, fragmentárias e contingentes que a acumulação por espoliação assume’”<sup>458</sup>.

A outra conclusão de Harvey decorre da sua tese do motor do imperialismo ser a necessidade de exportação do capital excedente nos países centrais: assim, se tal excedente fosse investido em infraestrutura interna, poder-se-ia reduzir a atuação imperialista na periferia. Neste sentido, Harvey propõe que “a construção de um novo 'New Deal' liderado pelos Estados Unidos e

---

452 MANDEL, Ernest.

453 ASHMAN, Sam. *Symposium on David Harvey's The New Imperialism*: Editorial Introduction. London: *Revista Historical Materialism*, v.14, n.4, 2006, p. 7.

454 WOOD, Ellen Meiksins. *A reply to critics*. London: *Revista Historical Materialism*, v.15, n.3, 2007, p. 170.

455 HARVEY, David. *O novo imperialismo: acumulação por espoliação*. Biblioteca da CLACSO, p. 116, 120. Publicado originalmente em *The Socialist Register*, v.40 (The new imperial challenge), 2004.

456 HARVEY, David. *O novo imperialismo: acumulação por espoliação*. Biblioteca da CLACSO, p. 112-3. Publicado originalmente em *The Socialist Register*, v.40 (The new imperial challenge), 2004.

457 HARVEY, David. *O novo imperialismo* [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 144.

458 FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 65.

pela Europa, é por certo (...) uma meta suficientemente ampla pela qual lutar na atual conjuntura”<sup>459</sup>. De acordo com John Smith, Harvey conclui seu trabalho de uma forma “medonhamente reformista”, ao defender que “um retorno a um ‘new deal’ imperialista mais benevolente, preferencialmente alcançado por meio do tipo de coalizão de poderes capitalistas que Kautsky muito tempo atrás previu” (embora Harvey não mencione, como lembra Bob Sutcliffe, que Kautsky argumentou como este “ultra-imperialismo” seria ainda pior que o imperialismo de 1914<sup>460</sup>) é algo “sem dúvida suficiente para lutar por na presente conjuntura”. John Smith argumenta como Harvey parece ter esquecido o que escreveu duas décadas antes, no “Limites do Capital”, onde defende que “o mundo foi salvo dos terrores da Grande Depressão não por algum glorioso new deal ou pelo toque mágico da economia keynesiana nos tesouros do mundo, mas pela destruição e morte da guerra global”<sup>461</sup>. Na leitura de Foster, “as razões do porquê um novo ‘imperialismo coletivo’, liderado pelos Estados Unidos sob a bandeira de um novo New Deal, significaria uma ‘trajetória imperial benevolente’ (...) são deixadas sem explicação”, sendo “certamente questionável, a partir de uma perspectiva socialista, se qualquer política imperialista é algo ‘para lutar por’”<sup>462</sup>. Bob Sutcliffe também se diz “chocado” ao ler a “chamada ao anti-imperialismo de hoje a uma reversão a algo que soa como imperialismo clássico como a melhor opção”<sup>463</sup>.

Já Meiksins, em sua conclusão, diz que a Doutrina Bush “atestou os riscos e as instabilidades de um império global que depende de muitos Estados locais, de uma economia global gerida por administrações locais e por Estados nacionais que são vulneráveis a desafios de lutas verdadeiramente democráticas”. Essa “disparidade entre o poder econômico global e seus apoios políticos locais” abriria um “crescente espaço para oposição”. Assim, para Paul Blackledge, editor da *Historical Materialism* que escreve a apresentação do dossiê sobre “O império do capital”, a análise de Wood, “em contraste ao reformismo, insiste que os socialistas devem lutar por reformas dentro do capitalismo e buscar ligá-las à luta mais abrangente, mesmo que mais difícil, contra o capitalismo”. A meu ver, ao atentar para a enorme dependência que possuem as economias nacionais em relação ao mercado mundial, Meiksins insiste em como o enfrentamento ao império do capital clama pelo rompimento revolucionário dos países periféricos com os imperativos econômicos impostos pelas grandes potências capitalistas.

459 HARVEY, David. *O novo imperialismo* [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014, p. 169.

460 SUTCLIFFE, Bob. *Imperialism old and new*. London: *Revista Historical Materialism*, v.14, n.4, 2006, p. 74.

461 SMITH, John. *Imperialism in the Twenty-First Century: globalization, super-exploitation and capitalism’s final crisis*. New York: *Monthly Review Press*, 2016, p. 202.

462 FOSTER, John Bellamy. *The New Imperialism of Globalized Monopoly-Finance Capital: an introduction*. New York: *Revista Monthly Review*, v.67, n.3, 2015, p. 11.

463 SUTCLIFFE, Bob. *Imperialism old and new*. London: *Revista Historical Materialism*, v.14, n.4, 2006, p. 76.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- ARENDDT, Hannah. **Imperialism**. New York: Harcourt Brace Janovich, 1968.
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX** [1994]. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2013.
- ASHMAN, Sam. **Symposium on David Harvey's The New Imperialism**: Editorial Introduction. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2006.
- ASHMAN, Sam e CALLINICOS, Alex. **Capital Accumulation and the State System**: assessing David Harvey's 'The New Imperialism'. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2006.
- BLACKLEDGE, Paul. **Symposium on Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital**: Editorial Introduction. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007.
- BORÓN, Atilio. **Imperio & Imperialismo**: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- BOSE, Prasenjit. **'New' Imperialism?** On Globalisation and Nation-States. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007.
- BRAGA, Ruy. **A era da pilhagem**. Blog da Boitempo, 2015.
- BRENNER, Robert. **What is, and what is not, imperialism?** London: Revista Historical Materialism v.14, n.4, 2006.
- CALLINICOS, Alex. **Imperialism and global political economy**. Cambridge: Polity Press, 2009.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital** [1994]. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François. **The Economic Foundations of Contemporary Imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007.
- CORRÊA, Hugo. **Guerra e paz no capitalismo contemporâneo** (revisitando o debate sobre a necessidade do imperialismo). Belo Horizonte: anais do XVIII Encontro Nacional de Economia Política (ENEP), 2013.
- FINE, Ben. **Debating the new imperialism**. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2006.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FOSTER, John Bellamy e McCHESNAIS, Robert. **The Endless Crisis**: how Monopoly-Finance Capital produces stagnation and upheaval from the USA to China. New York: Monthly Review Press, 2012.

- FOSTER, John Bellamy. **The New Imperialism of Globalized Monopoly-Finance Capital**: an introduction. New York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015.
- HART-LANDSBERG, Martin. **Capitalist Globalization**. Nova York: Monthly Review Press, 2013.
- HARVEY, David. **Spaces of Hope**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo** [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação**. Biblioteca da CLACSO, p. 109-10. Publicado originalmente em The Socialist Register, v.40, 2004.
- HARVEY, David. **Comment on commentaries**. London: Revista Historical Materialism v.14, n.4, 2006.
- HARVEY, David. **In what ways is the new imperialism really new?** London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações** [2007]. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HOBSBAWM, Eric. **Prefácio**. Em KIERNAN, Victor. Estados Unidos, o novo imperialismo: da colonização branca à hegemonia mundial. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)** [1994]. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOEVELER, Rejane. **A internacionalização do estado na história contemporânea: posições de um debate crítico interdisciplinar**. Alagoas: Revista Crítica Histórica, n.9, 2014.
- KATZ, Claudio. **Bajo el imperio del capital**. Buenos Aires: Espacio Crítico Ediciones, 2011.
- KIERNAN, Victor. **Estados Unidos, o novo imperialismo: da colonização branca à hegemonia mundial**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.
- LEITE, Leonardo. **A lógica do império do capital** (uma homenagem à Ellen Wood). Blog da Boitempo, 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/01/15/a-logica-do-imperio-do-capital-em-homenagem-a-ellen-m-wood/>.
- LENIN, Vladimir. **O Imperialismo**, fase superior do capitalismo [1916]. São Paulo: Centauro Editora, 2010.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985.
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. São Paulo: Editora Huicitec, 1978.
- MAGDOFF, Harry. **Primitive Accumulation and Imperialism**. New York: Revista Monthly Review v.67, n.5, 2013.

- MARQUES, Rosa Maria e NAKATANI, Paulo. **A finança capitalista**: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo. Uberlândia: Revista Economia Ensaios, v.24, n.1, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital**, Livro I [1867]. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **O Capital**, Livro I [1867]. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro** [1867].
- McNALLY, David. **Turbulence in the World Economy**. Revista Monthly Review, v.51, n.2, 1999.
- NOONAN, Murray. **Marxists theories of imperialism**: evolution of a concept. Tese de doutorado apresentada na Victoria University, 2010.
- PANITCH, Leo e GINDIN, Sam. **The making of global capitalism**: the political economy of American Empire. London/New York: Verso, 2012.
- PAULANI, Leda Maria. **Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil**. Em RIZEK, Cibele; BRAGA, Ruy e OLIVEIRA, Francisco. *Hegemonia às Avessas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. **Globalization unmasked**: Imperialism in the 21st century. London: Zed Books, 2001.
- ROBINSON, William I. **The pitfalls of realist analysis of Global Capitalism**: a critique of Ellen Meiksins Wood's Empire of Capital. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007.
- SCREPANTI, Ernesto. **Global Imperialism and the Great Crisis**. New York: Monthly Review Press, 2014.
- SMITH, John. **Imperialism in the twenty-first century**. New York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015.
- SMITH, John. **Imperialism in the Twenty-First Century**: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis. New York: Monthly Review Press, 2016.
- SUTCLIFFE, Bob. **Imperialism old and new**. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2006.
- SUWANDI, Intan. **Behind the veil of globalization**. Nova York: Revista Monthly Review, v.67, n.3, 2015.
- SWEEZY, Paul e BARAN, Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- TOUSSAINT, Eric e ZACHARIE, Arnaud. **Dívida externa, mecanismo de extração de riquezas**. Em AMIN, Samir e HOUTART, François. *Mundialização das resistências: o estado das lutas*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo** [1999]. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WOOD, Ellen. **O império do capital** [2003]. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

WOOD, Ellen. **Imperialismo dos EUA**: hegemonia econômica e poder militar. São Paulo: Revista Crítica Marxista, n.19, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. **Logics of power**: a conversation with David Harvey. London: Revista Historical Materialism, v.14, n.4, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. **A reply to critics**. London: Revista Historical Materialism, v.15, n.3, 2007.